

CUNHA LEAL

COISAS DO TEMPO PRESENTE

CÂNTARO
QUE VAI À FONTE...

Edição do Autor

LISBOA

Julho de 1963

LIVRARIA PETRONY

90, R. DA ASSUNÇÃO, 90

4/710

Reservados os direitos de reprodução e tradução

CUNHA LEAL

COISAS DO TEMPO PRESENTE

C Â N T A R O
QUE VAI À FONTE...

Edição do Autor

LISBOA

Julho de 1963

ÍNDICE

| | |
|--------------------|--------|
| Dedicatória | Pág. 7 |
| Prefácio | 11 |

CAPÍTULO I

| | |
|---|-----------|
| Os paradoxos da vida contemporânea | 27 |
| 1. <i>Da acção depressiva da educação na capacidade intelectual dos seres humanos</i> | 27 |
| 2. <i>O trânsito da tendência insurreccional para um estado de mero inconformismo das massas populares</i> | 36 |
| 3. <i>A ordem improgressiva e a desordem criadora</i> | 48 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|-----------|
| Em que se fala de autocracia e da teoria do ressentimento | 57 |
| 1. <i>Psicologia do autocrata</i> | 57 |
| 2. <i>Uma estéril tentativa de domesticar a opinião mundial</i> | 71 |
| 3. <i>Uma unidade postiça em face de um perigo real</i> | 86 |

CAPÍTULO III

| | Pág. |
|---|------|
| Na floresta dos enganos | 101 |
| 1. <i>Em que se fala do Estado democrático</i> | 101 |
| 2. <i>Um pouco de história pregressa</i> | 119 |
| 3. <i>A revolução traída</i> | 138 |

CAPÍTULO IV

| | |
|--|-----|
| Portugal e as suas deficiências técnicas e culturais | 167 |
| 1. <i>A técnica e a cultura</i> | 167 |
| 2. <i>Países plenamente desenvolvidos, medianamente desenvolvidos, subdesenvolvidos, quase selvagens e selvagens</i> | 182 |
| 3. <i>Portugal, o Espaço Português e o Mercado Comum Europeu</i> | 197 |
| Anexos — O meu combate visto por um português, dois espanhóis e um colombiano | 221 |
| 1. <i>Diz um português amigo</i> | 223 |
| 2. <i>Diz um espanhol discordante</i> | 229 |
| 3. <i>«Un autre son de cloche» de um espanhol e de um colombiano</i> | 234 |

IN MEMORIAM

DE SUA SANTIDADE, O PAPA JOAO XXIII,

que, através de todas as manifestações do seu Pontificado e, em especial, em sua última e luminosa Encíclica — *Pacem in Terris* —, procurou dulcificar a amargura espiritual da infundável legião das gentes humilhadas e ofendidas, que têm fome e sede de liberdade, de justiça, de pão, de educação, de segurança e de consideração social, instilando em seus corações o conforto de uma esperança;

A Ele, que, para conseguir tão nobre objetivo, não hesitou em castigar a filáucia de ovan-tes disfrutadores de uma Autoridade e um Poder, instituídos por Deus como condição *sine qua non* de paz e progresso nas sociedades humanas, mas de cujo exercício esses hierar-cas nem sempre são dignos, por não saberem manter-se dentro de moldes sensatos e respeitadores da pessoa humana;

A Ele, que, serenamente, inseriu nesse excelso Documento, entre incontáveis verdades,

as que, a seguir, com a devida vénia, se transcrevem:

1) «Uma convivência baseada unicamente em relações de força nada tem de humano: nela vêem as pessoas coarctada a própria liberdade, quando, pelo contrário, deveriam ser postas em condição tal que se sentissem estimuladas a procurar o próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento.»

2) «A lei humana tem valor de lei enquanto está de acordo com a recta razão: derivando, portanto, da lei eterna. Se, porém, contradiz a razão, chama-se lei iníqua e, como tal, não tem valor de lei, mas é um acto de violência.»

3) «De modo nenhum se deve usar para vantagem de um ou de poucos a autoridade civil constituída para o bem comum de todos» — verdade já enunciada pelo grande Papa Leão XIII.

4) «A função primordial de qualquer poder público é defender os direitos invioláveis da pessoa e tornar mais viável o cumprimento dos seus deveres.»

5) «Exige o bem comum que os poderes públicos operem positivamente no intuito de criar condições sociais que possi-

bilitem e favoreçam o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres por parte de todos os cidadãos. Atesta a experiência que, em faltando por parte dos poderes públicos uma actuação apropriada com respeito à economia, à administração pública, à instrução, sobretudo nos tempos actuais, as desigualdades entre os cidadãos tendem a exasperar-se cada vez mais, os direitos da pessoa tendem a perder todo o seu conteúdo e compromete-se, ainda por cima, o cumprimento do dever.»

6) *«O poder judicial administre a justiça com imparcialidade humana, sem se deixar dobrar pelos interesses de uma parte.»*

7) *«O sucederem-se os titulares nos poderes públicos impede o envelhecimento da autoridade e assegura-lhe a renovação de acordo com a evolução social.»*

8) *Um acto de grandíssima relevância efectuado pelas Nações Unidas foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem... Contra alguns pontos particulares da Declaração foram feitas objecções e reservas fundadas. Não há dúvida, porém, de que o documento assinala um passo importante*

CANTARO QUE VAI À FONTE...

que adoptam atitudes suspicazes para com os adversários, sem excepção daqueles que, como eu, são insuspeitos de desamor pela Pátria. Mas isso é assunto a versar, ulteriormente e com mais vagares, como, de facto, merece.

Bem vistas as coisas, tudo isto decorre da pretensão dos Estados autocráticos, vinda das profundidades da história, de que só eles são susceptíveis de guiarem os povos com saber e eficiência. O Dr. Lobo Vilela, no seu belo opúsculo — Do Sentido Cómico e Trágico da Vida —, aborda este fascinante problema ao longo da sua clarividente análise da evolução da Tragédia na época clássica da Grécia. Peço-lhe vénia para a transcrição de um trecho do seu estudo:

«Em Suplicantes, Eurípedes põe em confronto as instituições políticas que fizeram a prosperidade de Atenas com as dos Estados governados por tiranos. Quando o arauto de Tebas inquire quem é o tirano que governa em Atenas, Teseu explica-lhe: «Estrangeiro, começaste por enganar-te, julgando que encontrarias aqui um tirano. Esta cidade não obedece a nenhum monarca: é livre. Nela o povo é soberano e o poder muda anualmente de mãos». O arauto mostra-se admirado: «Como é que o povo, incapaz de um raciocínio exacto, poderia conduzir a cidade

pelo melhor caminho?» Mas Teseu observa-lhe: «Nada é mais funesto a uma cidade do que um tirano: as leis não são as mesmas para todos; há um só que manda e dispõe da lei; não há igualdade... A liberdade reina onde o arauto pergunta: quem quer propor alguma coisa para bem da cidade? Quem quer falar manifesta-se, quem nada tem a dizer guarda silêncio. Poderá haver mais bela igualdade entre os cidadãos? Onde quer que o povo é soberano, tem conveniência em ter ao seu serviço os mais hábeis cidadãos; um tirano, pelo contrário, considera-os inimigos e persegue os melhores, aqueles que julga capazes de pensarem e de fazerem sombra à sua tirania.»

Até aqui discreteou o Teseu dos Suplicantes. Pouco mais teria eu que acrescentar à sua tirada euripedesca se, atrevendo-me às altas cavalarias da dramaturgia, congeminasse uma tragédia — «Os Protestantes» — e nela acusasse os tiranos e tiranetes cá da casa de atacarem com dureza e inverdade os seus adversários, servindo-se para isso da imprensa, da rádio, da rádiotelevisão e da tribuna pública, e de lhes vedarem, parcial ou integralmente, o direito de resposta em sua defesa, ainda quando estivesse em jogo a honra desses míseros ilotas. Contento-me, pois,

CANTARO QUE VAI A FONTE...

à falta de melhor, com as afirmações daquela personagem de Eurípedes sobre tão controvertida matéria, na doce esperança, quiçá illusória, de que, depois de milénios de estacionamento tumular e de glória do autor, não lhe façam a imerecida afronta de lhe amputarem trechos de uma das suas obras imortais com o lápis azul de qualquer inquiridor da Censura, obediente ao critério de que só sejam dignos de consideração e respeito os solenes conceitos de qualquer imperador, mesmo dos de trazer por casa, seja ele César Augusto ou Adriano.

*

Para justificação de tão abstrusa maneira de proceder, o regime vigente em Portugal parte do principio de que o cidadão, tal como o concebem e confeccionaram os sistemas democráticos, representa um indigesto artifício institucional, por isso que os individuos — simples diferenciais do integral nacional — só como membros da célula orgânica social, que é a família, ou como executantes de tarefas económicas de produção ou comércio deveriam intervir na vida política do conglomerado pátrio. Mas os seres humanos, sem excepção, são outrossim consumidores, sendo isso, por um lado, o traço de união entre todos e constituindo, por outro lado, com

frequência, um poderoso motivo de discordância colectiva tanto com a generalidade dos grupos económicos como com o próprio Estado, quando se alie com esses grupos e deixe de desempenhar, eficientemente, o seu papel de árbitro e mediador. Em tais condições, como recusar ao complexo dos cidadãos o direito de efectiva intervenção na mecânica funcional do Poder Político? Isso representaria a plena e inconveniente confissão de que este estaria, aviltantemente, subordinado ao Poder Económico, com a sua ilimitada tendência corruptora, que acabaria por gerar um Estado Plutocrático. Por isso, ao constitucionar-se, o regime, por uns resquícios de pudor político, se viu forçado a prover-se de uma Assembleia Nacional, com poderes de fiscalização, que, raramente, vem levando a sério, e com percentagem tão mínima de acção legislativa que quase se torna inexistente. Mais uma vez se empregou um manto diáfano para cobrir uma nudez forte...

Para quem, como eu, visionava a Pátria com fugazes aparências de crescer em potencialidade financeira, mas, na realidade, constatava a sua submissão a uma directriz desmoralizante e improgressiva na ordem económica, só haveria uma forma especial de intervencionismo crítico: o que viesse a exercer através das Assembleias Gerais das sociedades anónimas, de que tivesse a possibilidade de constituir-me em accionista

com a capacidade estatutária suficiente para nelas participar. Pegaria assim na palavra aos governantes e interviria aonde e como me fosse consentido. Acontecia, porém, ser muito restrito o âmbito dessa minha acção, por, só excepcionalmente, exceder uma centena o número dos assistentes a essas reuniões. Acabei por solucionar o problema, chamando em três livros, que publiquei, a atenção da grei para os aspectos mais ineficientes ou despudorados da actividade do Poder Económico e para o consentimento, tácito ou expresso, que o Estado estava facultando a procedimentos menos curiais.

Para muita gente as minhas revelações constituíram autêntica e desagradável surpresa. Presupunha-se, vagamente, que as coisas no campo económico não estavam correndo nem com regularidade nem com um mínimo de respeito pelas regras que devem presidir a todo o fenomenalismo humano, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual. Só uma reduzidíssima minoria de portugueses, tão insignificante, numericamente, que não poderia influenciar a opinião do complexo nacional, estava em condições de fazer uma ideia — e, ainda assim, muito pálida — dos limites até onde se atrevera a alçar-se a avidez de certos elementos dirigentes da economia nacional, «doublés» em muitos casos de membros do escol político do regime. A verdade sobrepujava tudo quanto se pressuporia. Mas,

depois de se embrenharem na floresta dos números dos meus livros, por mais que se tentasse mostrar cínica indiferença perante as minhas revelações, por mais embotada que a todos se afigurasse a sensibilidade moral de um agregado populacional esmagado pela opressão, não se tornou possível à própria Assembleia Nacional conservar-se inerte perante o surdo estremeção nacional. Nessa circunstância se filiou a aprovação da Lei 2105 visando a redução dos proventos dos corpos gerentes de certos sectores das sociedades anónimas a limites razoáveis — doutrina salutar que, na sua aplicação prática, se vem procurando, teimosamente, inutilizar ou, quando menos, minimizar com o recurso a procedimentos irregulares, a que o Estado se tem mantido indiferente, como se o caso não fora com ele. Alertada a Nação sobre a moralidade e a eficiência da economia colectiva, entendi, porém, que seria excessivo da minha parte continuar a bater a mesma tecla, sob pena de parecer movido por despeito ou azeda malevolência.

No entanto, ia-se desenvolvendo, com carácter de irreversibilidade, o processo da descolonização, perante o qual, não obstante as raras, se bem que teimosas, advertências, que, de longe em longe, me eram consentidas por môr do afrouxamento da Censura Prévia durante os episódios das nossas comédias eleitorais, o Governo do país se limitava a assumir atitudes de imperti-

nência ou de desdenhosa confiança menos no seu direito, sob alguns aspectos contestável, do que na sua autoridade, essa absolutamente inexistente, no campo internacional. O autocratismo português resolveu usar na ordem externa os mesmíssimos métodos desde sempre adoptados na esfera nacional. Em face de tal grau de inconsciência, o meu patriotismo ia, pouco a pouco, resvalando para um autêntico estado de angústia. Com flagrante ingenuidade, os oráculos nacionais esqueciam-se de que, para além dos nossos limites fronteiriços, não dispunham dos enormes contingentes efectivos de uma inumana PIDE, com a sua rede tentacular de cumplicidades auxiliares, remuneradas à jorna. Procediam, em todo o caso, como se assim fosse.

Foi então que, com maior frequência, dei em formular a mim próprio esta interrogação, que acabou por se tornar obsessionante: onde está a tua dignidade de homem encanecido pelos anos, onde está o teu amor pela Terra em que viste a luz do dia, pelos pobres mortos que dizes venerar, pelos vivos a quem desejas ajudar a preparar melhor futuro do que o seu negregado presente, se, a pretexto da tua velhice e dos teus achaques, acabas por emudecer como uma carpa, se não gritas a tua dor ou, pelo menos, no caso de te taparem a boca, não arrancas à tua pena toda a sua capacidade de vibração emotiva, não para derrubares governos — não é essa a fun-

ção da gente da tua idade —, mas para lhes recordares as suas inequívocas obrigações para com uma Pátria gerada pelos que nos precederam e entrada em transes de agonia em grande parte por culpa dos senhores e donos do Poder Político?

Quando, na minha longínqua infância, a minha saudosa bisavó Maria Salvado, que nascera em 1800 e veio a falecer em 1900, me narrava episódios da sua fuga, arrastada pelos seus pais, para escaparem aos soldados invasores de Junot, sentia espriar-se pela minha alma uma onda de indignação e de revolta. E agora, com os meus setenta e tantos anos, a minha vibratibilidade patriótica ter-se-ia atenuado em relação à de antanho e seria susceptível de encarar um fenómeno de ainda mais trágicas proporções sem uma explosão saída ab imo pectore? Enganar-me-ei, porventura, ao supor que vislumbro para o nosso sistema de defesa do todo nacional caminho mais seguro do que aquele por onde enveredou o autocratismo português? Tudo é possível, embora, firmando-me nos factos conhecidos, o não acredite. A verdade pode revestir-se de uma pluralidade de formas, que subvertem em todo o bom democrata a ilusão de dispor do monopólio da não-comissão de erros. Às vezes, até o inverosímil consegue realizar-se. Credo quia absurdum — asseveram certos espíritos eivados de cepticismo. Mas, no nosso caso, afigura-se-me

que só a via traçada por mim poderá conduzir-nos a uma, se não integral, ao menos parcial salvação. Calar-me, quando penso desta maneira, como seria factível?

*

Dentro de uma série de estudos, subordinados ao título genérico de «Coisas do Tempo Presente», foi, por isso, surgindo com intervalos anuais uma colectânea de três livros, em que, sem o mínimo propósito de agradar ou desagradar a gregos ou troianos, foram por mim abordados vários aspectos do problema da salvação da Pátria nesta crise tão grave da sua existência. Não vou remoer o assunto, que, além de tudo o mais, me parece por ora esgotado. Talvez no futuro — se não vier a intervir com carácter preventivo a Mesa Censorial — se torne imprescindível versá-lo de novo, para se extraírem dos factos que forem ocorrendo e se adivinham como prováveis em conjuntura não muito distante as conclusões que a lógica venha a impor. Se apenas atendesse às conveniências políticas da opposição, recomendaria no tocante aos actuais governantes: Não lhes bulam por amor de Deus! Deixem que eles triunfem por milagre e, em tal hipótese, até de nós, seus adversários irreduzíveis, não devem esperar outra coisa senão vee-

mentes aplausos! Mas se, como tudo parece indicá-lo com um grau de quase certeza, a derrocada dos seus procedimentos for estrondosa, então há que chamá-los à responsabilidade dos seus destemperos e irreflexões.

O pior é se com eles sossobra a própria Pátria. E, olhando o problema sob este critério, a nossa atitude tem de ser completamente diversa, importando que alertemos a grei e chamemos, respeitosamente, a atenção de quem foi investido na alta função de Chefe do Estado para a conveniência de não hesitar em remover os obstáculos de que possa resultar a ruína da nossa pobre Nação, com passante de oito séculos de vivência, demonstrativos de que não procede de mero acaso histórico. Não me acoimem — o que seria falso — de sonhar com transformações catastróficas. Homem de paz, prefiro a evolução acelerada a cavalgadas tumultuárias dos jinetes do Apocalipse. Farto estou eu de aturar a embófia de vencedores desmandados. Ao verificar que a Pátria corre o grave risco de se precipitar de escantilhão por um despenhadeiro, ninguém terá o direito de me impedir que clame a minha angústia, procurando dizer, com meridiana honestidade, o que penso sobre o presente e o futuro.

E, para tanto, este livro pretende definir, entre outras coisas, a psicologia dos dirigentes, que, em meu entender, estão infelicitando o país.

Não é meu intuito ofendê-los, mas, sim, ajudá-los a compreenderem-se a si próprios. Os seres humanos usam estudar, com minúcia, o que se passa em torno de si, mas não é muito frequente que se percam em tarefas de introspecção para se examinarem a si próprios com serena imparcialidade. Talvez, por isso, não seja mau vir em seu auxílio, fornecendo-lhes uma pauta para os seus exames de consciência. É bem pouco plausível que venha a ser coroada de êxito esta minha tentativa de afastar os governantes da senda por eles trilhada e assinalada até hoje por demasiadas violências. Ao solicitar-lhes que a todas as vítimas do seu historial político não juntem a da Pátria, o que não mereceria perdão nem dos homens nem de Deus, cinjo-me à crença no seu catolicismo, que oxalá não seja mero religiosismo ostentatório.

E aqui me têm, de novo, a combater. Assim tenho vivido, assim hei-de morrer. Quando as minhas costas tendem a curvar-se e as minhas pernas artrosiadas a emperrar, minha Mulher usa desferir-me este imperativo conselho: endireita-te e caminha com passo seguro, para que os outros te não suponham em estado de caducidade. E, quando mais não seja para lhe ser agradável, como ela a todos os títulos merece, lá procuro verticalizar a espinha dorsal e imprimir às pernas uma rijeza e segurança, de que já vão carecendo, não para me candidatar a futuras

intervenções directas no condicionalismo da vida pública portuguesa, mas, menos ambiciosamente, para infiltrar nos meus concidadãos a esperança de que, durante alguns anos, ainda lhes não faltarão a minha experiência e a minha lucidez espiritual, que não procura, obstinadamente, agarrar-se a ideias ultrapassadas do passado nem submeter-se a todas as extravagâncias dos tempos em curso.

*

«Mas tu pensas que te vão deixar dizer isso tudo?» — pergunta-me alguém a quem confidenciei o plano deste livro e a minha firme intenção de o escrever e publicar. E acrescentou: «olha que tantas vezes vai o cântaro à fonte até que um dia por lá fica!» Ouvi-o atentamente e, encolhendo os ombros, retorqui-lhe: «mas, se esse é o destino de muitos cântaros, deixa que o que vou fabricar corra o risco de fracturar-se, se assim o determinarem, injustamente, a turbulência e a maldade humanas.»

8-IX-1962.

CUNHA LEAL

CAPITULO I

OS PARADOXOS DA VIDA CONTEMPORÂNEA

1. *Da acção depressiva da educação na capacidade intelectual dos seres humanos.*

Quem se não debruçou dia a dia, quase hora a hora, sobre o berço em que, por entre gemidos, vagos sorrisos indefinidos e sonos prolongados, se agita ou repousa um filhinho ou um netinho recém-nascido ;

quem se não embeveceu, enternecido, na contemplação de um desses novelinhos de carne em que quase se torna apenas aparente o instinto de conservação sob a forma da fúria gluttona de chupar os seios maternos ou o repleto «biberon» em que se tenta, «tant bien que mal», substituir o leite gerado pelas glândulas mamárias, de que a sempre sábia natureza houve por

bem dotar o generoso peito das suas progenitoras ;

quem, na ânsia insaciável de ir observando a lenta evolução dessas frágeis criaturinhas, não teve ensejo de assistir ao dobrar do seu riso, à vaga e indecisa penetração do mundo circundante nos seus olhos escancarados e inocentes, em que, na frase de um poeta já morto, mas imortal, se espelha às vezes «a cor sagrada do violeta azul do infinito» ;

quem não seguiu os primeiros e difíceis tateamentos do seu engatinhar e da sua marcha indecisa e, com o progressivo e doloroso afloramento dos dentinhos nas suas gengivas desguarnecidas, não ouviu, comovido, o encantador balbuciamiento das primeiras sílabas articuladas, sucedâneas episódicas de um choramingar, ora doce, ora entrecortado de raivosas impaciências ;

quem, posteriormente, após relativamente curta evolução, não prestou ouvidos atentos ao maior milagre espontâneo da inteligência humana, tal seja o da transmutação de palavras sem conexão lógica em linguagem articulada, com os verbos empregados no modo, tempo e pessoa indicados pelas mais exigentes regras gramaticais, com o sujeito, predicados e complementos sob a forma própria e na localização oportuna, sem erros no sexo e na singularidade e pluralidade dos vocábulos, consoante, mais tarde, lhes haverá de ser requerido, com imperti-

nente autoritarismo, por compêndios escolares, de tipo único e rendoso, que, por felicidade, ainda lhes são inteiramente estranhos;

quem não ficou, lá de quando em quando, em estado de estupefacção em face da inesperada agudeza de raciocínio de tenros infantes, diante dos quais, com desenfado, pessoas circunspectas e compenetradas do seu valor pessoal se não pejam de abordar temas, que, na sua embófia, supõem letra morta para os seus minúsculos ouvintes, provando-lhes estes, à saciedade, com aquelas suas oportunas, quando não maliciosas, observações, que importa percatar-se da sua desdenhada acessibilidade intelectual;

quem não se deu ao trabalho de reflectir, com algo de profundidade, sobre todos estes cambiantes de um problema transcendental, torna-se insusceptível de atingir duas verdades, aliás elementares, que passo a enunciar esquemáticamente:

1) A faculdade da inteligência pode ter, e tem, diversas gradações nos vários exemplares da espécie humana, mas, salvo casos excepcionais, até mesmo nas pessoas menos favorecidas atinge acuidade digna de consideração.

2) Só a acção depressiva de um ambiente físico e espiritual de estreitas limitações e, para os que conseguem escapar um tudo nada mais a essa pejorativa circunstância, a criminosa orientação estatal, familiar e professoral de uma

educação de baixo estofa conseguem amputar as asas com que a razão humana quisera abalançar-se a largos voos e reduzir e contrariar a influência benéfica dessa entidade extramundana, que é o espírito, para me servir de um conceito do Dr. Germano Rocha no seu recente ensaio de uma «Nova Filosofia Cristã».

Por outras palavras, as criaturas surgem na vida com uma dose nada despicienda de facilidade de compreensão. Por um erro sistemático, que procede das profundidades da história, as gerações anteriores à sua capricham em estancar neles a *vis* criadora dessa faculdade.

Quando um frágil infante começa a sentir na sua consciência o poderoso acicate da razão, vê-se rodeado e como que penetrado de um caos físico e espiritual à primeira vista inextricável e gerador de fundas perplexidades. Reconhece, vagamente, a necessidade de recortar no seio dessa aparente confusão certo número de realidades materiais e morais, estabelecendo entre as mais afins determinadas correlações. Aspira, assim, quase por instinto, a firmar no meio da desordem aparente do mundo uma ordem transcendental, que o torne compreensível e harmonioso e de que um primeiro esboço se lhe depara na alternância do dia e da noite e na sucessão das estações do ano, embora estes fenómenos não deixem de revestir-se de diferenciações perturbadoras de uma monotonia talvez indesejável.

Procura servir-se da experiência e pretensa sabedoria dos mais velhos para que o ajudem a aplacar a sua insaciável curiosidade intelectual.

Como até certa altura, aliás recente, da história contemporânea era extremamente limitado o plasma material e espiritual a cujo conhecimento tinham conseguido alçar-se os antepassados das classes sociais mais desvalidas e desse caos inorgânico havia sido extraído por eles um restrito número de aparentes realidades e ilusões, entrelaçadas de modo simplista, as sucessivas gerações destes deserdados da sorte, por isso que eram privadas do acesso ao conhecimento das novas aquisições gradual e progressivamente extraídas do acervo do caos mundial, não tinham modo nem maneira de utilizarem a chama divina da sua inteligência natural. Esta era conservada em estado primitivo e embrionário, pelo que os seus portadores se resignavam a aceitar as arcaicas concepções dos seus maiores, despin-do-as, em todo o caso, sob o acicate da fome, da resignada conformação material, que, com a esperança de problemática fartura na vida do Além, tornava mais suportável a miséria reinante na vida do Aquém. Essa pobre coorte de «humilhados e ofendidos» guardava, sequer ao menos, no relicário das suas almas a chama divina, se bem que bruxuleante, de uma potencialidade intelectual que educadores de pacotilha tinham caprichado em emurcheecer e que só aguardava

a hora não muito distante do forçado alongamento da sua base referencial de reflexões, através da insistente propaganda da rádio e da televisão, para uma espontânea e profunda excitação da sua actividade de recorte e relação de novas e fulgurantes realidades, de cujo conhecimento a sua mente já não poderia ser privada pela acção compulsiva de tirânicos poderes estatais.

Isto pelo que diz respeito aos pobres ilotas das sociedades contemporâneas menos evoluídas, «verbi gratia» a portuguesa. No tocante aos mocinhos das classes possidentes, de maior ou menor capacidade financeira e económica, os Estados típicamente reaccionários curam de instruí-los e educá-los por métodos inquisitoriais de deformação intelectual, que chegam a atingir as raias do inverosímil. Pouco a pouco, ano após ano, vai-se acentuando a mecânica do autoritarismo na subministração de conhecimentos. O mestre deixou de ser o estudante mais velho que orienta e disciplina por formas de persuasão o contacto entre os seus discípulos ou, antes, os seus companheiros e o complexo dos factos materiais e espirituais, que os cercam e pretendem dominá-los, quando se impõe que, na medida do possível, seja o homem a canalizar ou domesticar as forças naturais, quando pacíficas ou desencadeadas. O mestre preocupava-se com traduzir na cátedra o critério funda-

mental dos regimes políticos autoritários, a saber: «quem manda manda bem!» Ele propõe-se já não apenas submeter, com ar vagamente longínquo e depreciativo, os seus míseros discípulos, mas, com um pouquinho de jeito e manha, perverter a própria obra de Deus. Se a palmatoada física caiu em desuso, agiganta-se no horizonte escolar a palmatoada moral. Os exageros da percepção intelectual dos seus discípulos são encafuados à viva força nas geenas do seu subconsciente: tornam-se, em absoluto, incómodos para mestres para quem a pedagogia, transformada em processo de gerar imbecis ou fabricar espertalhões, é relegada para a categoria de arte menor.

Cooperando, conscientemente, nesta acção deformadora, os Estados reaccionários atafuham os programas do ensino secundário, quando não os do primário, de longas e intermináveis enumerações de factos, que, em grande parte, só servem para fatigar a memória dos educandos e para confundir e perturbar a sua capacidade de raciocinar sobre eles. Não se faz a sensata destriça do que é fundamental e do que é dispensável para a compreensão do mundo na fase primária e secundária da subministração de conhecimentos. O ensino liceal, esse, penetra sem hesitações e perturbantes reflexões por domínios mais próprios do profissionalismo superior. Não se incita o aluno a recortar no caos

envolvente realidades incontroversas e a correlacioná-las com argúcia impregnada de seriedade. Impõem-se-lhes, dogmàticamente, os recortes oficiais e não se cuida de induzi-los à concepção do modo lógico como, pouco a pouco, se conseguiu estabelecer essa relação. A criança intrinsecamente inteligente e viva, que, sem mestre, por um autoesforço de apreensão do que em torno de si se passava, adquiriu a técnica da elaboração do pensamento lógico e a arte de traduzi-lo em modalidades quase perfeitas de linguagem, logo que um professor sabichão lhe meteu nas mãos um compêndio gramatical, sentiu surgir em si uma espécie de minimização do seu intelecto: sabia até então exprimir-se com relativa facilidade e passou a balbuciar com crescente enervamento. O que para ela era compreensível desceu à categoria de um dos muitos mistérios encerrados no tabernáculo do saber, sem que ninguém lhe queira confiar a chave com que se lhe tornaria possível abri-lo.

Em suma, a escolaridade amplia, desordenadamente, o conjunto dos conhecimentos supostos necessários para o triste educando, sem lhe esmiuçar o modo racional de seleccioná-los, identificá-los e entrelaçá-los. E assim, com imperdoável carência de tecnicidade, em vez de agudizar-lhe a faculdade intelectual, atrofia-a — repito — em benefício da memória, mas acaba, a seu turno, por fatigar esta, predispondo-a, por

uma fatalidade orgânica, para expelir de si, como se se tratara de carga indesejável, volumosos fardos de minuciosidades, apenas arrumadas e conservadas até à altura de uma aprovação, com ou sem exame preliminar, da matéria a que se reportem. Criam-se assim nas prateleiras da memória do escolar lugares vazios para o armazenamento de novas miscelâneas de saber fugidio. E este encher e desencher consecutivos de outros tantos frangalhos de conhecimentos só cessam quando, obtida a carta de profissional, o seu beneficiário toma a seu cargo aproveitar parte do que lhe ensinaram, mais ou menos descuidadamente, e, através de constante e profícuo estudo, orientado agora por si próprio, com o insistente recurso aos institutos técnicos de investigação e aplicação científica, procura especializar-se, agarrando-se, com obstinação, ao que os outros descobriram e procurando acrescentar-lhe alguma coisa arrancada à sua própria capacidade de inovação. Mas quantos e quantos não chegaram a essa altura decisiva da sua vida com a sua inteligência natural de tal forma, por desuso, anquilosada e com a sua vontade já tão enfraquecida que nunca chegarão a passar de advogados desesperançados, de medicastros sem ciência nem clientela, de engenheiros sem estos criadores, de diplomatas restringidos aos sala-maleques do estilo, de contabilistas rotineiros e de economistas de meia tijela!

É inegável que surgem, lá de longe em longe, seres de eleição, que não só conseguem escapar a esta acção depressiva da educação reaccionária e brilhar em todos os ramos do saber, mas são capazes de ir bem mais longe, penetrando na própria intimidade dos segredos de Deus e revelando ao mundo atónito tão fundamental acervo de conhecimentos que nada nem ninguém parece capaz de fazê-los deter. Para essas criaturas não contam as distâncias interplanetárias; e os mistérios da electrónica permitem-lhes imprimir à matéria inerte aparências de uma virtuosidade intelectual susceptível de bater, de longe, com a instantaneidade dos seus raciocínios, o homem de carne e osso.

Simplemente, esses autênticos seres milagrosos não se formam sob o impulso da educação recebida, mas sim apesar das insuficiências dessa aprendizagem escolar. E em Portugal homens dessa estirpe não se resolvem a aparecer...

2. *O trânsito da tendência insurreccional para um estado de mero inconformismo das massas populares.*

Tal é o panorama social comum a muitos países em estado de subdesenvolvimento económico e político, entre os quais — repito com má-

goa — não é possível deixar de incluir Portugal, por mal dos nossos grandes pecados colectivos. Sem vislumbres de um partidarismo de baixo estofo, as suas desoladoras características são entre nós as que, a seguir, passo a enunciar:

1) a inexistência de valores individuais de estirpe superior, susceptíveis de serem catalogados na categoria de génios, destes que são predestinados para darem poderosos impulsos ao idealismo, à ciência e à técnica de uma humanidade em transes de parturejamento de nova era da cultura e da civilização;

2) a elevação artificial ao papel de escol político-social de um grupo de mesquinhos sectários, cujo espírito foi viciado por uma preparação defeituosa e que, a seu turno, se obstinam em transformar o aparelho educativo estatal e particular numa espécie de «torturarium» cerebral, impedindo os escolares de circunvagarem os olhos em todas as direcções e sentidos — única forma de apreenderem uma visão de conjunto do mundo físico e espiritual — e querendo, raivosamente, forçá-los a contemplar as realidades terrenas e extraterrenas através de um óculo apontado, perenemente, para um ponto determinado;

3) a existência de um sector social, que ascendeu aos graus superiores do ensino e que, constatando os tenebrosos efeitos de uma aprendizagem deformadora, tenta corrigir as suas deficiências mercê de um autoesforço sistemático

que seja capaz de restituir à sua inteligência uns vislumbres da frescura e vivacidade infantil e de recortar no caos físico e espiritual envolvente realidades nem sempre coincidentes com as oficiais e relacionadas entre si de modo autónomo, lutando esse desamparado sector de inconformistas com as múltiplas dificuldades inerentes à excomunhão estatal, entre elas a impossibilidade de livre associação e troca de ideias, o que restringe, altamente, a proficuidade dos seus esforços de aperfeiçoamento individual e colectivo e o aponta como alvo preferencial dos rancores da acção de contenção policial;

4) um extensíssimo agregado populacional, sempre predisposto para as explosões de um inconformismo gerado pela incidência sobre ele de circunstâncias materiais aviltantes, assumindo, hoje em dia, a clássica revolta virtual das massas, ainda não pervertidas intelectualmente, aspectos de latência assás diversos dos do passado, do que passo a ocupar-me, consecutivamente, com merecida detença e atenção.

A insurreição das massas tomou, de início, a configuração da revolta da fome, mas, em todas as circunstâncias, não deixou de albergar em seu seio o signo da repulsa pelos múltiplos privilégios das classes superiores, que capricharam em relegar para uma condição de abjecta inferioridade o grosso das populações nacionais.

Estas sentiam-se as vítimas propiciatórias imoladas na ara de uma orgânica social defeituosa, que lhes impunha o esgotamento da sua energia vital muito para além do que seria admissível, e isto com o objectivo da manutenção de uma hierarquia pomposa, cuja incontestável incapacidade intelectual e moral e cuja preguiça consideravam como imerecida afronta à sua degradante miséria. O cristianismo, que a alta visão a superioridade, a todos os títulos, de S. Paulo soubera generalizar ao mundo imperial romano na fase do seu advento, recrutara os mais fiéis dos seus devotos entre o rebanho dos escravos na soturnidade das catacumbas, mas, quando Constantino, séculos volvidos, o elevou à categoria de religião oficial do Estado, resvalou, insensivelmente, da alta posição moral de aliado dos escravos contra os seus senhores para uma posição diametralmente oposta, o que, de certo modo, degradou a sua influência entre os povos do Velho Continente.

Sempre que se atenuava a força de coacção, subtilmente mantida pela orgânica estatal sobre as populações rurais e citadinas, o ódio armazenado no seu subconsciente assumia aspectos trágicos de anarquia e revindicta social. Não se podem esquecer, no decurso da Grande Revolução Francesa, os incêndios e sangueiras da «jacquerie» nos campos e o prazer sádico com que nas cidades as multidões ensandecidas assis-

tiam ao espectáculo arrepiante da guilhotina, em que acabara por consubstanciar-se o grito inicial de «les aristocrates à la lanterne». Cerca de 130 anos depois, o advento da Revolução bolchevista veio a assumir características bem mais trágicas no que se refere à libertação, por tanto tempo contida, do furor dos miseráveis espoliados contra os fartos espoliadores. Um calafrio de horror e de espanto infiltrou-se até aos mais íntimos recessos daquelas almas em que se refugiara, no meio do pandemónio universal, um sentimento de equilíbrio e justiça social; mas essas mesmas, se não achavam desculpáveis os excessos cometidos durante qualquer destes significativos episódios históricos, nem por isso deixavam de achá-los compreensíveis. A cólera pode ultrapassar os limites da justiça, mas as suas manifestações são tão previsíveis como certos fenómenos naturais, implacáveis na sua fúria destruidora.

Assentemos, por conseguinte, em que o fenómeno da rebelião das massas deve, em regra, degenerar em cataclismo social, que se torna imperativo evitar. Será possível atingir esse generoso objectivo? Para tanto, é indispensável fazer penetrar no espírito das classes desvalidas a convicção de que os seus verdadeiros interesses podem ser melhor preservados por um processo evolutivo acelerado do que por métodos catastróficos, que, na ânsia da satisfação de ódios

recalcados, se não preocupem com ocasionar a ruína da economia nacional, para reparar a qual se tornem necessárias longas décadas de sacrifícios inenarráveis, de modo que, ao atingir o alvo de uma vingança insaciável, se não poupem os mais vitais interesses dos próprios vingadores.

Hoje, este sensato «desideratum» afigura-se bem mais praticável do que se supunha na primeira metade da centúria em curso. A intensificação do fenómeno da irrigação, que leva a água às terras sequiosas, e o parcelamento forçado das grandes propriedades rústicas através de uma obra de colonização interna, com o sistema cooperativista a assumir funções primaciais, entre elas a da subministração de equipamentos mecânicos para poupança de mão-de-obra e a minimização de intermediários parasitas, com os serviços agronómicos estatais a orientarem a selecção das culturas e dos processos mais apropriados para se extrair do agro a maior utilidade possível, fazem entrever a possibilidade de se atingirem três finalidades basilares, sem o recurso à subversão social: 1) saciar, em larga escala, a fome histórica de terra dos camponeses; 2) aumentar a produtividade dos seus esforços em benefício próprio e não do de uns tantos centenares de fartos e mesquinhos latifundiários; 3) dar a esses cultivadores a consciência da vital importância do seu papel

na vida nacional. Está sendo este o mais sensato processo de se desviar a atenção do sector rural de uma socialização integral dos campos, contrária, no fundo, à sua idiossincrasia, que comporta a ideia da laboração da terra, com o eclipse da função parasitária de terceiros, sem excepção da do próprio Estado.

Pelo que diz respeito ao operariado industrial, a sua ascensão social vem-se processando de maneira impressionante em todos quantos países se estão alçando a alto grau de civilização, quer estejam submetidos a instituições de um neo-capitalismo, que procura adaptar-se às realidades incontroversas da vida contemporânea, quer estejam adstritos a fórmulas maleáveis de cariz socializante. Essa dignificação do trabalho humano tanto de tipo predominantemente manual como de tipo predominantemente intelectual está-se revestindo, entre outras, das seguintes características:

1) salários elevados, que, sobretudo no tocante ao operariado especializado, atingem níveis que ultrapassam os limites do que poderia classificar-se de satisfatório;

2) férias obrigatórias com os alongamentos suficientes no tempo para que possa operar-se a franca recuperação da sua capacidade energética, desfalcada no decurso de um ano pela forçada assiduidade ao trabalho, acrescentando-se a esta concessão o pagamento não só dos salá-

rios normais, mas também de subsídios complementares, para que os seus beneficiários possam encontrar em ambiente diverso do habitual as distrações inerentes a formas de vida menos embrutecedoras ;

3) assistência eficiente, através da Previdência oficial e do seguro obrigatório, em casos de doença e de acidentes no trabalho, com auxílio suplementar, por parte do patronato, quando se reconheça que aqueles subsídios não atinjam um volume, que possa considerar-se suficiente ;

4) protecção adequada aos profissionais do sexo feminino em função das suas normais características fisiológicas, sobretudo em casos de gravidez e após o parto ;

5) limitação dos antigos poderes discrecionários dos empresários no tocante às regras de admissão, promoção e despedimento do pessoal ao seu serviço, mediante um condicionalismo fixado em convenções colectivas de trabalho ;

6) tendência para a ampliação de uma obra patronal de assistência social, em que se entrelacem, com certa maleabilidade, os aspectos materiais com os espirituais ;

7) instituição de cursos de aperfeiçoamento técnico dentro das empresas para assim se elevar o nível profissional e o rendimento individual dos seus servidores dentro de horários de trabalho com propensão para progressivo decréscimo ;

8) estabelecimento de um regime disciplinar, em que o respeito pela hierarquia não faça esquecer a justiça devida aos funcionários de todas as categorias;

9) obrigatoriedade da atribuição ao pessoal de uma percentagem nos lucros das empresas, pelo menos dupla da que, estatutariamente, fosse atribuída ou, extraordinariamente, votada nas Assembleias Gerais ao conjunto dos corpos gerentes, princípio este em que, na prática, viria a traduzir-se o reconhecimento de que os ganhos sociais são a resultante da acção conjugada dos capitais investidos com a do trabalho em qualquer das suas duas modalidades — a intelectual e a manual —, na última das quais, de resto, a função cerebral tende a assumir aspectos cada vez mais preponderantes;

10) instituição compulsiva, pela época do Natal, de uma gratificação nunca inferior a um mês de vencimento ou salário;

11) irresistível impulso para se ir acen tuando, gradual e progressivamente, a dignidade do trabalho e dos seus executantes, traduzindo-se esta tendência na obrigatoriedade de se lhes atribuir representação efectiva nos corpos gerentes de sociedades com um capital e fundos de reserva superiores a determinados limites e na instituição do princípio da reforma na velhice.

Em face de um panorama, que tenda a assumir esta configuração, é lógico que a excitabili-

dade do vírus revolucionário das massas populares comece a atenuar-se sensivelmente, dando lugar a um estado semieufórico de satisfação, concomitante da esperança de virem a ser atingidos graus crescentes de ascensão social, para a qual se não lobrigue termo definitivo. É claro que a perdurabilidade dessa atitude de reclamações de âmbito cada vez mais vasto deveria desembocar numa situação de integral socialização, subvertendo-se o capitalismo privado para dar a vez ao capitalismo do Estado, mais ou menos centralizado. Surge, porém, nessa altura um problema de aspecto transcendental, que, baldadamente, se procura minimizar: o de saber se, embora dando às classes trabalhadoras o enorme prazer espiritual do desaparecimento dos últimos vestígios de odiados privilégios sociais, o patrão Estado, com os seus vícios funcionais, seria susceptível de fornecer às grandes massas populacionais vantagens de toda a ordem superiores àquelas que, por exemplo, lhes estão sendo proporcionadas na actualidade pelo sentido prático do embora indigesto capitalismo norte-americano. Em reduzidas palavras, tudo está em saber se um sistema socialista, de feição ásperamente comunista ou, na medida do possível, democrático, pode provocar uma excitação da máquina económica mais intensa do que a decorrente da ingeniosidade da iniciativa particular, desde que se generalize por toda a super-

fície da Terra uma integral socialização, desaparecendo assim a atitude competitiva de dois sistemas diferenciados.

Para cá da chamada «*Cortina de Ferro*» não desapareceram, por completo, os teóricos partidários da rebelião à mão armada da população trabalhadora, mas, em boa verdade, a sua atitude vem-se revestindo de uma maleabilidade cada vez mais sensata, se não discreta. A 5.^a Coluna comunista, sobretudo na Itália e na França, continua a atingir proporções um pouco assustadoras para a burguesia timorata, mas o grosso do operariado insiste, por sistema, em manifestar a sua preferência pelas conquistas sociais lentas, mas seguras, no que, por questão de tática, quanto mais não seja com o objectivo de perturbar a regularidade da vida administrativa desses grandes países, se resigna a acompanhá-lo a grei comunista nacional.

E — coisa curiosa! —, apesar da aparente ruptura da paz social no Ocidente Europeu, o progresso de todos os países democráticos desta zona, desde que o Plano Marshall iniciou o carrilamento do seu condicionalismo económico, tem sido qualquer coisa de miraculoso. As intermináveis ruínas ocasionadas pelos impiedosos bombardeamentos da Segunda Grande Guerra Mundial estão quase inteiramente reparadas. Os caminhos de ferro funcionam às mil maravilhas, sendo os da França considerados como os me-

CANTARO QUE VAI A FONTE...

lhores do mundo. As rodovias estão atingindo o ápice da perfeição. Os transportes aéreos multiplicam-se, sendo insuperável o ritmo do seu progresso. Os aproveitamentos hidro-eléctricos marcham a passo de gigante e está-se entrando no caminho da montagem das primeiras centrais electro-atómicas. As indústrias básicas e de aplicação estão-se desenvolvendo sob o signo da racionalização, com a vertiginosa modernização dos seus equipamentos e o seu funcionamento pelos métodos mais lógicos. A crescente especialização do operariado faz aumentar em escala cada vez maior o nível da sua produtividade, transformando-se, a bem dizer, as suas exigências em motivação de progresso e não em causa de estagnação. A agricultura também se não conservou estranha a este surto de progresso. A Comunidade do Carvão e do Aço, o Eurátomo e o Mercado Comum estão preparando o advento de uma confederação ou federação da Europa Ocidental, com base num indestrutível sistema político de democracia e com o objectivo generoso de fazer ultrapassar aos seus sectores em estado de subdesenvolvimento esta pejorativa situação económica.

3. *A ordem improgressiva e a desordem criadora.*

Não pode haver Estado viável sem a instituição de um complexo de princípios e regras, de cumprimento compulsivamente obrigatório, pretendendo-se com isso atingir dois objectivos primaciais :

1) definir a competência e o modo de exercício da actividade dos vários servidores do Estado, distribuindo-os por certo número de Poderes e, dentro de cada um deles, atribuindo-lhes, através de adequado escalonamento hierárquico, uma lógica seriação de dependências, com a necessária e inflexível imputação de direitos e deveres funcionais ;

2) indicar aos cidadãos, com precisão insusceptível de erradas interpretações, quais sejam os graus de liberdade que não devam ser ultrapassados pela sua acção individual ou colectiva, dando-se-lhes, em todo o caso, a certeza de que, se os não excederem, não possam ser considerados pelos vários órgãos do Estado como passivos de quaisquer responsabilidades e das correlativas sanções.

As pessoas sisudas, que a si próprias se supõem dotadas de solvência intelectual, imputam à ordem a motivação fundamental do progresso

das sociedades. Parece, portanto, que, antes de mais nada, importa dar de tal conceito uma definição adequada.

Sem me preocupar por ora com esta dogmática correlação entre ordem e progresso, afigura-se-me que será condição *sine qua non* para que a primeira tenha existência real ou, pelo menos, nominal que se verifiquem estas duas circunstâncias :

1) os órgãos do Estado terão que se cingir, estrita e abnegadamente, ao cumprimento dos seus deveres, sem nunca abusarem dos seus direitos em detrimento dos interesses dos cidadãos, quando não haja motivo eficiente para tanto ;

2) os cidadãos terão que abster-se de propositadas vulnerações dos preceitos legais, que, sem forma abusiva, subordinem e limitem a sua actividade.

Se é o funcionalismo público o progenitor de frequentes e propositadas anormalidades nas relações entre o Estado e os seus súbditos, não é de estranhar que se constatem alterações materiais da ordem, sobretudo quando estes não encontrem num Poder Judicial, que haja perdido a sua fundamental característica de independência, o amparo e a protecção contra os desmandos dos governantes e dos seus agentes, desde os mais modestos até aos mais graduados. Em tais emergências parecem mais do que compreensíveis, desculpáveis os protestos dos cida-

dãos, até mesmo quando se reflitam em alterações da tranquilidade nas ruas e praças públicas, por isso que, quando assim seja, os autênticos desordeiros não são os que se acolham a métodos violentos de reacção, mas sim todos quantos se não pejam de abusar dos seus poderes funcionais para fazerem suceder ao império da lei o culto abusivo da força e o desrespeito insolente pelos direitos alheios, como se fossem meros motivos de irrisão para brutamontes encartados.

Para disfarçarem a arbitrariedade destes procedimentos, os Estados autocráticos curam de operar a gradual restrição da gama das liberdades legítimas dos cidadãos pela adaptação do condicionalismo jurídico nacional a uma concepção abusiva da onnipotência da autoridade dos Poderes Públicos e da minimização do valor do homem. Claro está que esta absurda relatividade de posições só é susceptível de perduração pelo empolamento contínuo das forças da repressão, gerando-se pelo entrelaçamento imane das coisas, Estados Policiais, que nunca se dão por satisfeitos com a eficiência compulsiva já atingida, procurando ultrapassar na fase seguinte os excessos e as subtilezas da fase anterior. Em circunstâncias desta natureza, a calma aparente da vida exterior, própria para impressionar, favoravelmente, turistas apressados, coincide com estados virtuais de revolta na vida

interior, que, por vezes, ficam aguardando, durante anos ou mesmo décadas intermináveis, o momento favorável para trasvasarem das almas para as ruas. Isto não impede os desordeiros encartados do Poder de encontrarem na ilimitada multiplicação e no aperfeiçoamento do seu aparelho de preservação de uma ordem aparente, mas fictícia, motivos de tranquilização, que em dado, embora longínquo, momento darão, por certo, a vez a um pânico abjecto, a um grito de «salve-se quem puder», precisamente quando já não haverá muitas probabilidades de escapatória para os abusadores dos dias em curso.

Como é que se compreende a gestação de tão absurdas situações em que a filáucia desmandada de poucos impõe a uma incomensurável maioria de descontentes uma autoridade sem vislumbres de lógica? Quase sempre se sucedem a estados de desordem gerados e consentidos por Poderes Públicos, que deixaram degradar, em absoluto, o princípio da Autoridade e tornaram anárquica e ingovernável a rua. Um erro acarreta sempre outro de sentido contrário. Ao decaimento da força estatal vem substituir-se a sua monstruosa amplificação.

Os regimes sobrevindos após essas fases tumultuárias fazem consistir a sua suprema gloriola na restauração da ordem mercê da aplicação de uma espécie de «colete de forças» a uma nação atacada de desequilíbrio mental. A grei

deixa de ter os mais ligeiros vislumbres de autonomia e de liberdade de acção. O Estado indica-lhe certo número de tarefas e impõe-lhe a sua execução por férreos métodos de disciplina, de que não anda arredado o uso do chicote. Quais são as circunstâncias de que deva resultar o progresso de um país? Do equilíbrio entre o espírito de iniciativa individual e a conveniência de que esta se não exerça por formas absolutamente atrabiliárias. Se se suprime o primeiro elemento deste binário, se o Estado ousa substituir-se, integralmente, aos cidadãos na função inspiradora de novos processos para se atingirem níveis mais altos tanto na ordem material como na espiritual, então as sociedades humanas são atacadas de anquilose, assemelhando-se a sonâmbulos, que se arrastam com extrema dificuldade e deixam aumentar cada vez mais o distanciamento que as separa daqueles países em que a ingerência estatal se não atreveu a tolher-lhes a liberdade de movimentos.

Chega-se a determinados períodos em que os tiranos e tiranetes dos chamados, impròpriamente, regimes de ordem sentem que esse atraso dos povos submetidos à sua implacável férula resulta altamente perigoso para o seu futuro e é muito bem capaz de conduzi-los a degradantes situações de inviabilidade nacional. E, então, o cúmulo da desfaçatez consiste em que os autores da catástrofe em perspectiva se ponham a cul-

par industriais, agricultores, comerciantes e consumidores destas pejorativas conjunturas, fingindo ignorar que elas foram provocadas pela sua aberrante inconsciência. Em vez de baterem no peito um humilde «me poenitet», esses mandões desnorteados trespagam para as suas vítimas as culpas próprias, sem se demitirem do papel de estadistas geniais, que tiveram tão somente o mau sestro de conduzirem pelas veredas do progresso réguas de imbecis, que teimam em parar no meio da caminhada, por mais chicotadas que os condutores insistam em aplicar-lhes nos derreados lombos. Em tais emergências, a ordem e o progresso deixam de acasalar-se com fecunda harmonia; e, afinal de contas, quando elevada a primeira a excessos condenáveis, não há mais remédio do que reconhecer que, considerada em si mesma, essa sacrossanta ordem se torna improgressiva sempre que o condicionalismo jurídico, de que ela decorra, tolha, em excesso, o espírito de concepção e criação, que Deus instalou no íntimo dos seres humanos, para os tornar mais exigentes nas suas aspirações e mais insatisfeitos quanto à contextura das obras por eles realizadas.

Compare-se a nossa actual posição de país descabeladamente ordeiro com, por exemplo, a da França e a da Itália. Percorrem a superfície dessas nações correntes contraditórias. Parecem intermináveis as exigências das suas massas po-

pulares no sentido de que lhes sejam consignados estados mais elevados de vida material e espiritual. Sucedem-se as greves como contas de um rosário interminável. Não se reprimem, impiedosamente, à caronhada ou a tiro, as reclamações dos insatisfeitos. Não se projectam comunistas e comunistoides no caldeirão fervente de Pero Botelho. Eleições livres — fazem os senhores uma pálida ideia do que possam ser eleições livres? — levam aos parlamentos representantes legítimos dos sectores inconformistas do «status» social e político. As discussões travadas nas assembleias do Poder Legislativo perdem, por vezes, o aspecto comedido e amaneirado que entre nós lhes empresta a oratória longamente meditada e discretamente pautada dos papuluchos escritos e gaguejados. Ao regime do Partido Único, que tem a sua origem histórica nos «carneiros de Panúrgio», contrapõe-se a multiplicidade de Partidos, representando difusas, quando não confusas, manifestações de aspirações na aparência desencontradas, no fundo concordantes, visto que todas se podem consubstanciar numa só: o desejo de ascensão material e espiritual das colectividades nacionais. Os homens alçados aos mais altos postos do Poder Político e Económico não serão quiçá, bastas vezes, os mais fadados para as tarefas da suprema governação, mas, sequer ao menos, não são para a grei vagos desconhecidos, que hajam

sido topados por acaso em ignotos desvãos da «domus» colectiva.

E o que é que deriva desta aparente desordem social? Governos episódicos, que se sucedem com excessiva rapidez, mas sem quebra de um progresso, que resulta da autonomia de inspiração e de acção de quantos sintam em si uma centelha divina, não contrariada por uma competente e eficiente burocracia. Esta resiste, impávida, a todas as mutações do cenário da política estatal e respeita e incita, de facto, a força criadora da nação, sempre que nela reconheça virtualidades dignas de consideração. Bem vistas as coisas, a desordem nestes países alça-se a um grau de fecundidade, que é uma autêntica benção de Deus. Não se atreveriam a aparecer nestas colectividades panegiristas com a coragem suficiente para se dirigirem, dogmáticamente, aos seus concidadãos com frases imperativas deste calibre: «chuta! Não façam barulho, deixem trabalhar o Homem em silêncio perfeito!» Como se um grupo de gente viva houvesse de transformar-se pelo uso da força em habitantes de um cemitério! Em países livres e progressivos, louva-minhices deste calibre seriam recebidas à gargalhada...

É certo que também nessas nações podem surgir homens, que, como o General De Gaulle, sejam três vezes grandes: pela altura física, pela benção patriótica e pela coragem moral. Mas

até esses, quando se julgue lobrigar neles uma centelha de excessivo autoritarismo, são colocados sob suspeição pelos povos, que ainda não conseguiram esquecer as figuras de tragédia e de criminalidade de um Hitler e de um Mussolini, isto sem falar nos seus tristes copistas, sem laivos de autêntica grandeza e com superabundância de mediocridade em torno de si.

Ordem improgressiva e desordem fecunda — tais são os dois polos da vida contemporânea!

CAPÍTULO II

EM QUE SE FALA DE AUTOCRACIA E DA TEORIA DO RESSENTIMENTO

1. Psicologia do autocrata.

O autocrata é uma criatura que sente em si a irresistível e viciosa predisposição do mando. Pode ser maior ou menor a vastidão do mundo em que tente exercer a sua ingénita vocação: o mero meio familiar; um sector regionalista de relativa restrição ou amplitude; um país inteiro; ou um conjunto de nações que, em favor da sua, perderam parte dos seus graus de soberania. A justificação por ele aduzida para esta ânsia de domínio procede da diabólica convicção de que o seu espírito se alçou a uma visão mais perfeita que a dos outros homens sobre o modo mais adequado de ordenação e entrelaçamento dos factores materiais e espirituais que

hajam de proporcionar a felicidade ao grupo social sobre o qual se exerce a sua acção preponderante, fugindo no entanto, como o diabo foge da cruz, de se embrenhar na análise do condicionalismo gerador dessa coisa complexa, que é a tal felicidade. A ordem pela qual se bate, como um desesperado, consiste na cega obediência a esta concatenação de elementos arbitrariamente seleccionados pelo autocrata e por ele erigidos à categoria de dogmas, sem uma precisa definição do seu conteúdo.

Se, para o democrata visceral, além dos atributos de Deus, só existem verdades relativas, de modo que, encarando as realidades de pontos de vista diversos daqueles em que ele se coloca, elas podem e devem, em regra, surgir com configurações diferentes, o que o induz à tolerância para com os conceitos alheios, para o autocrata, ao invés, as suas verdades revestem-se do carácter de absolutas, de modo que quem ouse pô-las em dúvida e encontrar-lhes senões desce à categoria de um miserável heresiarca, a encaixar no caldeirão infernal de que só raros conseguem escapar.

Mas, lá de vez em quando, os planos delineados pelo autocrata vão esbarrar de encontro a obstáculos insuperáveis. Para um democrata, isso significaria a urgente necessidade de corrigi-los, com o objectivo de que escapasse à catástrofe em perspectiva ou já em começo de efecti-

vação aquilo que ainda fosse susceptível de salvação. O autocrata, esse, recusa-se, porém, a confessar a possibilidade de ter errado, para se não operar a destruição do seu mito pessoal de onisciência e o abandono da sua posição de domínio a substitutos mais maleáveis, que possam reduzir ao mínimo os prejuízos impendentes sobre a colectividade. Por isso, mantém, obstinadamente, o seu ponto de vista contra ventos e marés. Mas para quê? Com que finalidade? Esperando que se produza, inesperadamente, um milagre, que venha a restituir aos seus juízos a infalibilidade só aparentemente perdida. É possível que, na intimidade do seu ser, ele se ponha, às vezes, como em solitária hora de desalento sucedeu ao próprio Cristo, a perguntar a Deus por que é que o está abandonando. E, se este lhe voltar as costas, sem se dignar responder-lhe, será mais fácil que o autocrata acuse Deus de heterodoxia do que se resolva, com humildade, a reconhecer o seu erro. Sim, por isso que até Deus pode enganar-se: só o autocrata é incapaz de deslises desta natureza.

O observador imparcial é forçado a admitir que o autocrata seja assim conformado, como não podem ser diferentes certas calamidades naturais. O aspecto mais incompreensível deste problema reside na aceitação do domínio destes seres vincadamente egocentristas por avultados sectores das chamadas «élites» sociais e na mons-

truosidade da improvisação de forças policiais, preventivas e repressivas, que lançam mão de métodos de crueldade tão implacáveis que é necessário recuar até épocas longínquas da história para depararmos com fenómenos similares.

Hemos de reconhecer que há homens que nasceram com alma de escravos voluntários. A nobre independência da autodecisão em todas as graves contingências da vida preferem o humílimo prazer de se submeterem aos juízos alheios. O horror das responsabilidades impregna-lhes a alma de cruciantes incertezas. Para gente deste jaez obedecer é bem mais cómodo do que assumir atitudes autónomas. A essa conformação especial chamam *a glória de servir*, quando, em boa verdade, uma tal orientação só revela absoluta incapacidade para encarar a vida com a alta dignidade de que ela deva estar impregnada. Não se atrevem a mirar o céu azul com a vaga esperança de serem merecedores de entreverem a face de Deus, contentando-se com contemplar, com olhos ávidos, a escudela onde se lhes torne possível saciar apetências materiais e andando, perenemente, ausente deles a ideia de matar a fome de valores superiores de ordem moral.

Quando esses homens, alçados tantos deles a graus elevados de saber, deparam com alguém, que seja capaz de suprir por férrea acção de comando as suas indecisões espirituais e, ao

mesmo tempo, de não se esquecer de proporcionar ampla satisfação às suas necessidades estomacais, desce sobre as suas almas uma beatitude inultrapassável. Eis o dono por cuja acção de comando estavam esperando com ansiedade, porquanto lhes serviria para superar a sua inferioridade anímica sob as aparências de uma luminosidade planetária, reflectora da luz ofuscante de um sol alheio, alçando-os outrossim aos gozos de uma digestibilidade sem úlceras. Ai de quantos se empenhem em tentar pôr em dúvida a sua fé e a dos outros na altitude espiritual do seu grande Homem! Que o duro gestapismo faça recair sobre esses pecadores relapsos todo o peso da sua autoridade sem limitações e sem escrúpulos — tais são os ardentes votos desses homens a quem se pretende atenuar *a fé e a esperança*, dois dos grandes pilares do seu mundo espiritual, já que o outro, *a caridade*, o enterraram para sempre por entre os vastos escombros desses quizilientos regimes de violências.

Quase dois milénios de cristianismo tinham-se empenhado em domesticar os primevos instintos de ferocidade da alma humana com a criação de um complexo de inibições morais, que houve a tola ilusão de supor que já não poderiam ser atiradas para a sucata da história. Pouco a pouco, as legislações dos chamados povos civilizados foram dando guarida a esses doces imperativos de ordem moral. Pois bem,

menos de meio século de sistemas autocráticos foi quanto bastou para desgastar este verniz de dulcificação dos costumes humanos, fazendo reviver, se não ultrapassar, os horrores de antanho, as torturas dos autos de fé e as perseguições das guerras civis. Esta decadência moral não foi gerada de um jacto, como se se tratara de inesperada explosão vulcânica. Em certo momento, um fanático autocrata ousou dar o primeiro passo. Logo outros lhe seguiram no encaço, indo mais além, sempre mais além. Todos se recordam ainda do horror provocado na Itália, no início do apogeu do fascismo mussoliniano, pelo assassinato de Matteoti, deputado socialista recalcitrante. Tremeu nos seus fundamentos este regime autocrático, por mais que o Duce tentasse trespassar para Rossi e outros subalternos a responsabilidade do nefando atentado. Não muitos anos volvidos, em pleno Parlamento germânico, Hitler, com uma dose maior de cinismo, avocou a si a plena responsabilidade de ter ordenado, sem sequer um simulacro de julgamento, a morte de uns tantos companheiros seus dos primórdios do nacional-socialismo, à execução de alguns, como à do seu lugar-tenente Rhoeme, presidiu em pessoa. Referiu-se a qualquer coisa como o assassinato de 70 criaturas, quando, nessa noite trágica, o número de vítimas excedeu dois milhares. A coragem de confessar ficou-lhe no começo da hecatombe. Em qual-

quer hipótese, em vez de merecidos vitupérios, foi saudado com uma trovoada de aplausos. Em menos de uma década, o cristianismo tinha perdido no mundo pretensamente civilizado grande parte da sua força inibitória.

E isto não parou por aí: foi muito mais além. É um fenómeno tão fatal como o destino que a violência, desde que desencadeada, gera excessos de intensidade sucessivamente crescente. Os inumanos procedimentos da Gestapo e das S.S. encontraram em Himmler o homem ideal que se mostrava indiferente a brutalidades desse calibre. O que se lhe requeria — e ele tinha aprendido, às mil maravilhas, a lição — era a eficiência e não a obediência a princípios de moral, considerados como sintomas de inferioridade e não de superioridade. Em volta destes chefes revoluteavam executantes talvez mais repugnantes ainda que esses mandões. Eichmann alçou-se à celebridade por não ter manifestado os mais ligeiros escrúpulos em cumprir a ordem de eliminar passante de seis milhões de judeus, de acordo com o ambicioso programa do extermínio de uma raça inteira, que tem dado ao mundo alguns dos seus expoentes mais altos no campo científico, literário e profissional. Outros criminosos da mesma espécie actuaram noutros sectores de destruição e de morte com exemplar regularidade. A guerra hedionda e brutal foi o lógico desenlace dos desmandos na ordem inter-

nacional de um autocrata sem forças internas de oposição. Agora, depois da sua morte espectacular, os seus próprios compatriotas deram em apelidá-lo de louco. Enquanto se mantinha em vida, chamavam-lhe génio. É entre estes dois extremos que oscila a classificação dos autocratas.

Até aqui, tenho-me abalançado a descrever o autocrata tipològicamente extrovertido, ou seja aquele que acredita, sem vislumbres de hesitação, na coincidência de quatro virtualidades intrínsecas na sua personalidade espectacular e «hors ligne»: um génio concepional e criador, que se exala dele como uma aura; a superioridade incontestável da sua férrea vontade sobre a de quantos o rodeiam; a sua predestinação para conduzir uma colectividade mais ou menos ampla à realização de finalidades, que lhe permitam ultrapassar-se a si própria; a audácia.

Nesta categoria de autocratas há que situar um Hitler e, em gradação um tudo nada mais modesta, um Mussolini. De facto, o que naquele acabara por se tornar uma ardente, uma fanática certeza, neste não passava de um estapa-fúrdio complexo de fé, gloriola e histrionismo. Um supunha-se um César, o outro representava o papel de César, ambos profundamente espectaculares, mas com a diferença correspondente à crença na reencarnação de um dos grandes da história antiga e ao enfatuamento de um genial

actor, que sabia, às mil maravilhas, que essa tal reencarnação não passava de uma ilusão de tablado cénico. Quando o primeiro asseverava, com guinchos demoníacos de histérico, que ia fixar para o milénio vindouro o destino da Alemanha e o da Europa, se não o do mundo inteiro, dizia uma enormidade, mas acreditava nela piamente. Quando o segundo, antes de lançar a Itália na voragem de uma guerra com muitas probabilidades de insucesso, asseverava, com vozeirão tonitruante, que «mais vale viver um dia de leão do que cem anos de borrego», deixava ejacular para fora da boca uma baboseira de irresponsável, que, no fundo, contrariava a sua própria concepção da história, correspondendo tão sòmente à fictícia noção de grandeza pessoal de um aventureiro, que se arrisca a jogar aos dados alguma coisa de mais alto que o seu próprio destino. Em boa verdade, o que para os italianos de boa tèmpera moral deva importar será a perenidade e a grandeza da sua Pátria e nunca a de qualquer episódico Duce, que um dia se tenha apoderado das alavancas de comando do Estado e o esteja conduzindo, como um ébrio inconsciente, às sacudidelas, aos arrancos, por trilhos pedregosos, ladeados por despenhadeiros. Afinal de contas, Hitler — o do arranjo mundial por um mínimo de dez centúrias —, quando chegou à irremediável conclusão da falência dos seus sonhos, suicidou-se, levando para

o Além — o mísero homúnculo! — a vaidosa ilusão de que com ele morria a Alemanha, no que se enganou como um primário que era, ao passo que Mussolini andou a monte pelo norte italiano, infestado de resistentes e patriotas, e acabou por perder a vida, não às mãos de si próprio, mas pela acção impiedosa dos que não lhe perdoaram que tivesse envolvido a sua Pátria numa aventura sem futuro. Em todo o caso, um e outro tiveram uma consolação suprema: com eles perderam, voluntariamente, a vida duas mulheres novas e formosas, que, no tremedal do pecado, tinham concebido um amor quase puro por dois desajeitados representantes do sexo masculino, sacrificando-se ao sonho inane de grandeza que eles tinham concebido para mal dos seus países e da humanidade inteira.

Mas há outro tipo de autocrata talvez mais rígido e mais complexo: não é, como os anteriores, um extrovertido, mas sim um introvertido, marcado para todo o sempre com a malfadada *tara do ressentimento*.

Num dos seus admiráveis estudos de historiógrafo, o saudoso Professor Gregório Marañon encarnou na personalidade do Imperador romano *Tibério* o exemplar histórico mais característico dos tiranos desta modalidade *sui generis*. Em cerca de sessenta páginas de um prefácio de transparente lucidez, digno de ser meditado

por todos os estudiosos das grandes aberrações universais, Marañon ocupa-se do que ele chama *a teoria do ressentimento*.

Segundo tão agudo analista dos confusos meandros da alma humana, as criaturas normais tendem a fazer seguir de imediata reacção toda e qualquer acção de que venham a ser vítimas. Se os ofendem corporalmente, procuram retorquir do mesmo modo; se os ferem com palavras duras e imerecidas, ou dão o troco com idêntica moeda oratória, ou, indo mais além sob a fúria da sua indignação, fazem seguir a uma sarai-vada verbal uma agressão física instantânea. As consequências podem revestir-se de maior ou menor gravidade, mas, em regra, o inicialmente ofendido, se é um ser sem propensão para íntimos recalcamientos, esgota a sua capacidade de indignação e vingança com a resposta dada *in acto* a uma attitude de hostilidade que julga injustificável.

Mas há outro tipo humano, felizmente menos frequente, que encaixa as afrontas recebidas sem manifestações de immediato protesto. Acumula dentro da sua alma uma dose de amargura ou, para me expressar com mais propriedade, de *ressentimento*, que lhe vai criando uma propensão psíquica, em que se misturam e confundem a timidez e o desejo de desforra. Os autores das ofensas inferidas passam para plano secundário, por isso que os causadores dos seus sofrimentos

íntimos, em certa altura da vida, são por ele englobados e consubstanciados num ser colectivo, a sociedade inteira, que, teimosamente, se escusa a tributar-lhe a consideração merecida, tratando-o como se fora minúscula peça de uma complexíssima engrenagem, quando, como íntima reacção contra as injustiças de que se supõe alvo, começa a agigantar-se nos recessos da sua alma a certeza do seu valor individual, o que, em face dos seus dissabores sociais, acentua mais e mais o seu desprezo *erga omnes*. A aspiração das criaturas assim tipològicamente definidas consiste em se imporem ao respeito e admiração não apenas de um restrito sector populacional, mas, sendo possível, de toda a grei nacional ou, ainda mais ambiciosamente, do conjunto das «élites» mundiais. Para os habitantes dos países regidos por Estados autocráticos, com os seus muros de separação, materializados ou não, a que se após a pitoresca designação de *Cortinas de Ferro*, esse grau supremo da ambição dos *ressentidos* decorreria de uma espécie de fenómeno de osmose através dos poros destes sistemas isoladores.

É durante a infância e os alvares da juventude que frequentes humilhações e sistemáticas inferiorizações, inerentes às desigualdades sociais, predispõem certos homens para a gestação de um complexo de *ressentimento* com fundas raízes nos seus espíritos. Dentre as vítimas, mar-

cadadas assim pelo destino, bem poucas conseguem — e sabe Deus à custa de quantos esforços! — libertar-se desta autêntica enfermidade anímica, mas muitas delas comprazem-se com essa sua conformação caractereológica e com os estragos que por ela vão sendo operados na sua personalidade. É frequente que esta não seja afectada nem na sua inteligência, que pode situar-se em nível elevado, nem na sua honestidade, indestrutível individualmente, se bem que tendo, como companheira, certa dose de descrença no que se refere aos seus concidadãos, afoitando-se a medir a sua utilidade no plano colectivo sem entrar em grande consideração com esse predicado moral essencialíssimo. Escrupuloso consigo mesmo, o *ressentido* tende a tornar-se em passaculpas, quando se trate daqueles que o cercam e lhe estão adstritos. Não se devem medir as intenções e procedimentos destes seres pela bitola normal. Há que descer até às profundezas das suas almas para se poder compreendê-los.

A grande maioria desses *ressentidos* não consegue ultrapassar mais que modestas posições sociais e fica alimentando a infindável legião dos azedos e descontentes, que, quando muito, se contentam, na medida do possível, com a ejaculação de críticas amargas e vagamente destrutivas, que não chegam a tornar-se desencorajadoras para os governantes, por isso que se confinam dentro das limitações impostas pela própria ti-

midez desses *ressentidos*. Mas, lá de quando em quando, um ou outro representante dessa seita espiritual é elevado, por obra do cego destino, às culminâncias do Poder. Tal foi o caso de Tibério e de alguns mais, do primeiro dos quais Marañon se armou em arguto biógrafo. Parece — observa ele — que, em tais condições, essa satisfação de aspirações íntimas, de ânsia sôfrega de consideração social, deveria trazer aos *ressentidos* a restituição da calma interior, de que a sua alma andara arredada. Pois acontece exactamente o contrário! Para eles, o destino encarregou-se de se sobrepor à injustiça dos homens, demonstrando a razão que assistia ao *ressentido*. Ele continua guardando sobre os seus compatriotas, até mesmo sobre aqueles que está servindo com generosidade de nababo, uma funda desconfiança. Quanto aos que persistem em se confessarem seus adversários, apesar do que o *ressentido* supõe serem as flagrantes benemêrências da sua acção material, eles são para o dominador — repito — os diabólicos representantes daquela heterodoxia, merecedora dos mais violentos castigos. A desconfiança sistemática sobre os primeiros cura de aplacá-la através das maiores cumplicidades no exercício da intolerância, mostrando-lhes assim que estão embarcados na mesma nau e que ou todos se salvam ou todos se afogam. Se algum dos fieis de ontem sofre uma reflectida evolução espiritual — seja

ela embora ditada pelos motivos mais honestos — a cólera do *ressentido*, de que passam a ser vítimas, excede — e isso é dizer muito — a que recai sobre os adversários de sempre. É a diferença a formular entre o renegado e o infiel. Este é um malfadado, que nunca esteve em condições de atingir o estádio da crença; aquele é o hipócrita que conhece as razões profundas da fé e, por conveniências pessoais, finge repeli-las.

O *ressentido* é, pois, ao mesmo tempo, um ser simples pela unilateralidade da sua posição espiritual e um ser complexo pela maleabilidade com que tenta, em vão, conciliar coisas sem possível acomodação, na ânsia de salvar o culto que começa por ter por si próprio e acaba por querer impor *urbi et orbi*, o que é bem mais difícil quanto à segunda parte do que quanto à primeira.

Deste último aspecto me vou ocupar sem mais detença.

2. *Tentativas de domesticação da opinião mundial.*

Admitamos a hipótese de que as circunstâncias permitiriam, de facto, a um homem *ressentido* instalar-se por um golpe ocasional de fortuna na direcção superior de um país, que até àquele momento quase ignorava a sua existência.

Supunhamos que certas faculdades intelectuais e volitivas deste beneficiário do acaso lhe teriam permitido fazer suceder a uma fase de desordem, decorrente da concomitância de circunstâncias extremamente adversas, umas de natureza interna, outras de aspecto internacional, uma época de acalmia, com a recuperação de relativa sanidade financeira. Consideremos, por outro lado, que essa tutela do governante introvertido se haveria revestido, por sistema inflexível, da redução da grei a um estado degradante de menoridade política, com os feiticistas do mandante a sustentar que a ordem deve ser imposta, sem necessidade de audiência do comum das consciências nacionais. Pondere-se outrossim que uma imprensa, dirigida pelos propagandistas do regime político vigente, sem vislumbres de consentimento da expressão das opiniões discordantes, teria feito prevalecer no país o conceito oficial de que a manutenção do equilíbrio orçamental, em vez de ser um simples *meio* para, em congregação com muitos outros, se proporcionar à colectividade dos governados um nível mais alto de vida material e espiritual, passaria a ser olhada como uma *finalidade* inviolável, ainda quando, para se evitar a sua vulneração, fosse necessário agravar a miséria nos lares e a ignorância nas almas. Concebamos ainda — tudo na região etérea das hipóteses — que o autocrata *ressentido* houvesse conseguido urdir

um aparelho policial de tal potencialidade e violência que, por muitos anos e maus, por décadas intermináveis, se fosse mostrando com a eficiência bastante para lhe garantir a segurança interna e fazer vingar na ordem externa este falso teorema: a paz observada nas ruas é sinal inequívoco da adesão da nação à tutela do autocrata, representando a fidelidade da Força Pública a confirmação desta verdade, sejam quais forem as borbulhas de inquietação espiritual que se verifiquem em certos recalitrantes, por isso que a saúde de uma colectividade não pode ser posta em dúvida lá por se constatarem numa restrita minoria casos isolados de doença.

Mas — sempre no domínio das hipóteses — haveria que criar um mito em torno do autocrata introvertido. Quando se trata de um extrovertido, é ele quem se encarrega de fabricá-lo com as suas epilépticas atitudes de arrogância, com a comediografia dos seus exageros, embora a sua tarefa seja facilitada pelo cenário improvisado por especialistas com o objectivo de realçarem o efeito da sua presença física e das suas faculdades intrínsecas de exibicionismo nos seus contactos com as grandes multidões. Desencadeado o movimento das massas populares pela persuasão nelas infiltrada de que depararam allí com o taumaturgo capaz de curar os males da sua Pátria e de a erguer a merecida posição de domínio e de mando, o resto torna-se fácil.

Os próprios defeitos do autocrata são, miraculosamente, transmutados em qualidades. Rostos de escandalosa antipatia e fealdade surgem aureolados — sem se saber como nem por que — de apolíneo encanto e beleza. Vozes roufenhas, que, no auge das grandes excitações, ora se assemelham ao uivar de lobos esfaimados, ora ao rosnar ameaçador de cães de guarda, assumem aos ouvidos dos seus devotos tonalidades de música celestial. Incitamentos à ferocidade transmitem-se às almas dos possessos, que os autocratas extrovertidos conseguiram jungir a si pelo cordão umbilical de uma grande ilusão com a força dimanante de um irresistível íman vital. Assim, pois, — repito — nestes casos o mito nasce por um fenómeno de autocriação e amplifica-se pela adesão das multidões até aos limites de uma loucura só explicável por artes de diabolismo.

Mas, com o autocrata introvertido, nada disto sucede. Ele surge das profundezas do seu hirsuto *ressentimento* como se fora improvisado por um mestre do ilusionismo no tablado de um teatro perante um público embasbacado. Pouco conhecido, é necessário que aqueles que dele lançaram mão em emergências graves se ponham a exaltar, hiperbòlicamente, os seus predicados para justificação de uma esperança, de início sem fundamento real de qualquer espécie. Se o improvisado taumaturgo carece de um mínimo de virtualidades, o sonho gerado com a sua ascensão ao

Poder esvai-se num ápice, e o homem volta a recolher-se à carapaça protectora do seu *ressentimento*, isolando-se cada vez mais do mundo exterior. Mas o recurso a estas criaturas só se verifica quando a Força Pública, em hora de extrema confusão na vida nacional, se resolve a impor a tal mística ordem em cujos milagres, à falta de melhor, se resigna a acreditar.

Ora o exercício do Poder Político, em épocas constitucionais, é sempre complicado. Verifica-se, permanentemente, a existência de dois pontos de vista, cuja conciliação se reveste das maiores dificuldades: o dos governantes, que entendem dever promover o acréscimo das receitas públicas até atingirem o volume das despesas orçamentais, situadas no ponto a que conveniências nem sempre justificáveis as fizeram alçar; o dos governados, que, ao invés, sustentam que é preciso comprimir o volume destas despesas de modo a coaduná-lo com a capacidade tributária do país, não afectando, por isso, para além de certos limites, os rendimentos nacionais, isto com o fim de não se impedir o gradual e progressivo acréscimo das capitalizações da grei e do seu investimento em empreendimentos económicos de incontroversa utilidade. Nestas condições, se o Estado exagerar o recurso à tributação e se, ainda por cima, absorver, sob a forma de empréstimos públicos, uma considerável fatia dos rendimentos nacionais sobran-tes em

cada ano, é talvez possível equilibrar as Contas Públicas e melhorar, simultâneamente, as infra-estruturas do agregado, mas sem se deixar a este condições reais para preencher o complexo industrial do país com as estruturas absolutamente indispensáveis. Às vezes, um modesto «deficit» orçamental, actuando, com certa energia, no sentido da compressão das despesas, pode não representar um perigo digno de fundas inquietações.

Imaginemos, posto isto, dentro do domínio das hipóteses em que este estudo por ora se está movendo, que era precisamente em torno deste problema que, em era do constitucionalismo, agravada por males internos e externos, giravam as discussões financeiras e económicas. Arrancar ao Parlamento um agravamento tributário exigiria a prévia manifestação da opinião pública, que ainda se não haveria tornado quantidade desprezível. Vamos até ao ponto de supor que, em dado momento, a simples pretensão de querer lançar sobre a grei um modesto gravame tributário teria sido o *quantum satis* para levar qualquer *União Económica* a formular protestos de tão desconforme violência que teriam penetrado pelo ambicioso âmbito de um levantamento militaresco. De momento, isso teria parecido excessivamente ambicioso, mas lá haveria chegado a hora do fenómeno revolucionário. E façamos de conta que os triunfadores de anta-

nho dessem em dizer, arrogantemente, a ministros arrancados, mercê do acaso, ao mistério da sua competência ou da sua incompetência, pouco mais ou menos, o seguinte: acabaram-se as hesitações e as limitações, por isso que lhes emprestamos a força suficiente para que exijam da nação o que lhes aprouver e impomos a esta a obrigação — perdoe-se-me mais um daqueles plebeismos tão do meu agrado — de «pagar e não bufar». Passar-se-ia assim de um extremo para outro extremo, tão indesejável como o primeiro. Perante o pávido silêncio da Nação, à qual, de entrada, ainda se não saberia o que pedir e como pedir, um novo Ministro das Finanças — continuo a acantonar-me nos plainos da imaginação — num só ano haveria elevado de um milhão de contos o *plafond* das despesas públicas, o que, em percentagem, corresponderia a um acréscimo bruto da ordem dos 60. O crédito do país teria descido a coisíssima nenhuma. Vamos mesmo até a admitir que, na ânsia de escapar a uma situação angustiosa, se tivesse invocado o socorro da antiga Liga da Sociedade das Nações, mas que as condições de fiscalização por ela impostas teriam sido repelidas num último sobressalto da dignidade nacional.

Haveria sido uma circunstância desta espécie que teria levado a Força Pública, aflita, a ir desencantar a não sei que vaga Escola um autocrata introvertido.

O novo astro ministerial não iria desenvolver o mais ligeiro esforço no sentido de fazer reverter as despesas públicas ao estado anterior ao que precedera o tal suposto alçamento revolucionário. A sua descrença na humanidade não lhe permitiria ignorar que nunca deu bons resultados interferir com as digestões dos partidários de um regime: dispor-se-ia, ao contrário, a conquistar adesões, não se opondo a voracidades estomacais. De entrada, ter-se-lhe-ia tornado muitíssimo mais fácil a realização daquilo que ao seu antecessor passara despercebido: mandar abrir os cordões às bolsas dos contribuintes e colher de dentro delas quanto bastasse para transformar em «superavit» um «deficit» escandalosamente crónico. Para tornar o facto mais instantâneo e frisante, por que ter demasias de escrúpulos num certo afeiçoamento do fenómeno? Por que não vulnerar os princípios, fazendo transitar de ordinárias para extraordinárias determinadas categorias de despesas e não estabelecendo adequada distinção entre despesas extraordinárias, que, por reprodutivas, poderiam ser liquidadas com o produto de empréstimos, e as que, por improdutivas, não deveriam ser a elas equiparadas? Tudo por hipótese — está bem de ver...

Mas, com estes e outros procedimentos, não seria de estranhar que o *milagre* do «superavit» viesse a esfusiar por esse país fora como re-

gueiro de pólvora em ignição e que se tentasse igual credulidade nos meios financeiros internacionais, embora certas publicações, entre outras as emanadas da extinta Liga da Sociedade das Nações, se lembrassem de fazer reparos aos resultados oficiais das suas contas de gerência. Sempre por hipótese...

O milagre inicial, verdadeiro ou duvidoso, que, com o rodar dos anos, acabaria por se revestir do carácter da autenticidade, seria suficiente para impulsionar dentro de certa medida o mito do autocrata, se se não tratara de um ser introvertido, se não fora a sua visceral repugnância por aparecer em público. Quais as razões explicativas de tal fenómeno, a existir? A sua psicologia de *ressentido*, com a sua invencível timidez, com o seu desprezo por uma grei, que teria ignorado ou minimizado a profundidade do seu *génio* até que ele, a bem dizer, lho teria metido pelas goelas dentro. Quando me ponho a magicar nestas coisas, ousou fantasiar o seguinte cenário para entrevistas suas com jornalistas estrangeiros, se elas, porventura, lhe fossem impostas pelo desenrolar dos acontecimentos. Os intrometidos periodistas formular-lhe-iam por escrito, com dias ou mesmo semanas de antecedência, as suas perguntas sobre os assuntos que os interessassem. No dia e hora aprasados, o pretenso entrevistado entregar-lhes-ia em sobrescrito cerrado as perguntas e corre-

lativas respostas nos idiomas dos dois interlocutores. O resto das conversações traduzir-se-ia numa autêntica inversão de posições: perguntas formuladas pelo autocrata e respostas ouvidas em comedido silêncio, como se se tratasse de um exame escolar feito por um mestre hermético e severo a um discípulo de duvidoso saber.

Para endeusar um autocrata com estas peculiaridades essenciais, para transformar aos olhos do público em positivas até mesmo as suas qualidades negativas, seria indispensável gerar o mito do homem do trabalho silencioso, do monge laico, que não se resigna a perder tempo com frioleiras. Seria assim que curariam de apresentá-lo aos seus concidadãos, se a hipótese ora formulada viesse a converter-se em realidade. Não me admiraria muito de que acabassem por descortinar-lhe vagas parecenças com qualquer figura ascética arrancada a tábuas de vetustos pintores, mais ou menos desconhecidos. Transmudar-se-ia um trabalho que não fugisse, por aí além, às regras da normalidade em carga exagerada, susceptível de derrear os ombros de um triste ser humano, se, de mais a mais, fosse pouco fornido de músculos e de gordura. Veriam nas consequências do seu *ressentimento*, com fundas raízes — repito — no alvor da sua juventude, o voluntário sacrifício à Pátria da doçura de constituir um lar. Atribuir-lhe-iam o firme propósito de restituir à instituição fami-

liar o papel preponderante que lhe deve competir como célula da orgânica social, para medição de cujo metabolismo basal ele se encarregaria de nos fornecer os ensinamentos desencantados pela sua divinatória ignorância. Nas suas peças oratórias, fabricadas com tantos cuidados e destinadas, em ocasiões solenes inevitáveis, a serem lidas com vocalização pouco grata a ouvidos refinados — sempre, não se esqueçam, por hipótese — os seus panegiristas, ansiosos pela revalidação do mito do autocrata introvertido, acabariam por descobrir, como em ostreira privilegiada, pérolas e mais pérolas literárias, que, em caso de desdenhoso apreço por parte de adversários empedernidos, viriam a redundar para estes em motivo de justo castigo e trariam aos lábios dos devotos do autocrata a revelha frase do fabulário romano: *nolite dare margaritas porcibus!*

Quase me ponho a apostar que não deixariam de criar um vasto organismo estatal, provido de fundos inesgotáveis, confessados ou disfarçados, para afervorarem num país de miséria inegável a crença no superhomem silencioso, a cujos ouvidos não deveriam, por certo, chegar os gritos lancinantes das vítimas sacrificadas nos ergástulos policiais à sua maior glória.

Mas seria necessário levar mais longe o mito do autocrata, fazê-lo transpor as raias fronteiriças e alastrar como uma espécie de mancha

universal de margarina fascista. Com o que é que se poderia contar para tal efeito? Com a devoção dos meios reaccionários internacionais, que, ao constatarem o nascimento e perduração de um autocrata de qualquer espécie em qualquer recanto do mundo, sobretudo no Velho Continente, sentem, alvoraçadamente, o refflorir de esperanças inanes. E, ainda e sobretudo, com a colaboração de certa imprensa inescrupulosa e de homens sem arraigo a qualquer modalidade de idealismos, a quem Deus tenha concedido umas lambujens de talento, que estão sempre prontos a pôr ao serviço de quantos os remunerem com generosidade, tratando-os, ainda por cima, nos seus deslocamentos, com uma consideração principesca de que não são, a nenhum título, merecedores.

Mas o que é que deveriam pensar os diplomatas estrangeiros acreditados no país em que, por hipótese, se estivessem verificando eventos desta natureza? É impossível que os seus serviços secretos, por maior que fosse a sua insuficiência, pudessem ignorar a condenação e revolta impotentes, instaladas nos cérebros e corações da maioria do escol social e das massas populares e os meios gestapianos postos em prática com o objectivo de instituírem dentro do seu contorno geográfico uma paz tirânica e, como tal, insignificativa. Em todo o caso, não me repugna, igualmente, acreditar que tudo se pas-

saria como se todos esses factos lhes fossem, integralmente, desconhecidos. Continuariam a acorrer em massa já não apenas às festas oficiais, em obediência ao princípio protocolar da não-intervenção nos negócios internos de outros Estados, mas, indo mais longe no seu espírito de conformação, ou, para falar com mais propriedade, na sua hipocrisia, estreitariam laços de convívio íntimo, de camaradagem afectuosa com os mais rancorosos expoentes da sociedade fascista local e fugiriam, açodadamente, aos mais ligeiros contactos com a parte sã e representativa da oposição, aquela que, correndo todos os riscos — e não seriam poucos nem pequenos — mantivesse, virilmente, culto aos ideais comumente adoptados pelos povos representados por esses diplomatas, cujas fardas vistosas os transformariam em fac-similes de Pilatos.

Claro está que, na hipótese em curso de exposição, não seria aceitável que os opositores sinceramente patriotas desejassem que não fosse acolhido na O. N. U. o seu país por motivo da incontroversa constatação de que nele não haveria sombra de respeito pelos Direitos do Homem consignados numa cartilha solenemente aprovada por aquela instituição. Nenhum desses adversários do autocrata iria pedir auxílio ao estrangeiro para a resolução de um problema que, sendo apenas seu, orgulhosamente pretenderiam solucionar com o vigor da sua própria fé

e coragem. Mas aquela aceitação, não apenas formulária, mas de certo modo incondicional, não deixaria de lhes causar algo mais do que um engulho circunstancial: um fundo, um invencível desconsolo.

Façamos agora rodar os tempos e supunhamos que, em dado instante histórico, o autocrata introvertido se encontraria em estado de oposição irreductível com as correntes generalizadas dos povos civilizados, semicivilizados ou ainda mergulhados na nebulosa da selvajaria. Sempre no vasto campo das hipóteses, admita-se que esta aceitação do mito da sua superioridade se afiguraria ao seu beneficiário tão radicada na vasta superfície do mundo — e bom dinheirinho teria custado ao seu país — que lhe seria possível fazer engulir, de modo geral, uma tese reputada habilidosa, mas simplesmente absurda. Vou ainda mais longe ao supor que, em certos aspectos do problema, ele não estaria carecido de razão, mas que a cegueira o induziria a pensar que, até mesmo quando ultrapassasse as lindes da justiça, se lhe tornaria viável induzir a generalidade dos povos a tomar como ouro de lei aquilo que não passaria de latão. Ao verificar, porém, que perdera a virtude da intangibilidade no campo internacional, o seu ressentimento, de início com carácter nacional, redobraria de fúria, ao passar à categoria de univer-

sal. Que colectânea de insignificantes a dos seus colegas contemporâneos! Teria perdido o seu tempo e o seu latim ao abalançar-se a ensinar-lhes « *a arte de bem cavalgar em toda a sela* ». Este *Leal Conselheiro*, afinal de contas, não conseguira formar uma escola de *estadistas*, ou seja homens capazes de *estar* no Poder, como ele, durante um ror infindável de anos.

A arte de governar é, essencialmente, orientada pelo princípio de que só se deva conceber aquilo que seja possível e tentar pôr em prática aquilo que, dentro do âmbito da viabilidade, não deixe de se revestir de um grau não muito restrito de probabilidade. Apelar para o milagre como regra normal de conduta dos governantes representará, porventura, um acto permanente de fé, mas ai de quantos povos se acolham à protecção de Deus para que ele perca o seu tempo a reparar as nefastas consequências dos sonhos inconsistentes dos seus dirigentes, em suma dos seus dispautérios políticos! A Sabe-doria das Nações recomenda-nos este preceito salutar: «ajuda-te a ti próprio que Deus te ajudará». É certo que alguns eventos históricos se nos afiguram, de momento, como consequências de miraculoso entrelaçamento de fenómenos; mas, se nos decidirmos a estudar com persistente atenção essa complexa concatenação, hemos de ser levados à conclusão de que a lógica não andou ausente desses resultados, cuja impre-

visibilidade haveria decorrido tão sòmente de erros na avaliação da intensidade, direcção e sentido de todas as forças concorrentes para a sua gestação.

Quando, em emergências graves, um governante todo-poderoso teve a triste ideia de gizar um plano desacertado para a defesa da integridade nacional e quando, posteriormente, veio a reconhecer-se a periculosidade da situação assim criada, resvala à categoria de crime todo e qualquer apelo para *a unidade da grei*, com o mal escondido objectivo de salvar o mito do autocrata. O que vale o prestígio de um homem, quando o que está em jogo é a própria sobrevivência da Pátria? Só há então para o Conductor um caminho honrado: o espontâneo abandono da sua posição dominante, para que outros tentem remediar, na medida do possível, os males decorrentes dos erros alheios.

3. *Uma unidade postiça em face de um perigo real.*

Imaginemos, por conseguinte, que um autocrata teimoso, pouco importando que tenha características de extroversão ou de introversão, se ponha a pressupor a evolução do mundo segundo directrizes inspiradas pela sua incomen-

surável confiança em si e pela insuficiência dos seus conhecimentos sobre os factores materiais e espirituais que prevalecem no período histórico em curso. Suponhamos que o seu raciocínio ou, antes, os seus desejos o hajam induzido, levianamente, às seguintes conclusões:

1) Na fase actual, as sociedades humanas só têm condições de regular desenvolvimento e de viabilidade se lhes for imposta pela acção conjunta da força e da razão uma orgânica constitucional nitidamente autoritária, batizada por suprema ironia com a designação de «paternalismo estatal».

2) Sob este aspecto, a ditadura comunista situa-se no sector das possibilidades sociais, mas a sua fraqueza reside, essencialmente, no seu visceral desrespeito pelos valores ecuménicos do cristianismo.

3) A democracia, sob qualquer das suas modalidades, é um sistema condenado, precisamente, pela sua fraqueza decorrente da sua suprema virtude, aliás de raiz cristã — o respeito pela pessoa humana — e pelo conseqüente corolário de que o Estado não passa de uma construção jurídica architectada para realizar a felicidade dos indivíduos, quando os regimes autocráticos se fundamentam no critério diametralmente oposto de que os membros da grei não são mais do que quantidades desprezíveis em face da entidade Estado, cujo empolamento e

prosperidade deva ser o alvo para onde hajam de apontar os actos de todos e cada um.

4) Sendo assim, se o mundo ficar dividido em dois enormes sectores — o dos países organizados segundo as directrizes autocráticas do comunismo e o dos países de estruturação democrática —, este último estará condenado a ser vencido não através de uma próxima guerra de extermínio, que o actual equilíbrio atómico entre russos e norte-americanos torna por ora impossível, mas sim através da insidiosa penetração do ideal comunista, facilitada pelo respeito supersticioso pela competição ideológica, inerente aos regimes inoculados de liberalismo.

5) Este pejorativo condicionalismo acabará por ser eliminado pelo próprio instinto de conservação dos países ocidentais, que os induzirá a subverter os regimes democráticos, quer predominantemente neo-capitalistas, quer de vincente cariz socialista, e a instaurar, em sua substituição, regimes duramente autoritários, em que a implacável suspicácia e vigilância do Estado permitirá reduzir a proporções insignificantes as *Quintas Colunas* comunistas e reforçará a potencialidade do fascismo ocidental, renascido, como a lendária Phoenix, das próprias cinzas e amplificado até atingir proporções, que ultrapassariam os sonhos mais delirantes do aberrante e monstruoso Hitler.

6) Desta situação de equilíbrio das forças

comunistas e fascistas poder-se-ia sair pela destruição da actual paridade atómica, esperando, fãtuamente, os depositários do messianismo reaccionário que a libertação do dogma democrático houvesse de excitar as virtualidades inventivas do cientismo fascista, de modo a possibilitar um novo e brutal Apocalipse cujas destruições viriam a localizar-se, de preferência, no campo comunista, o que, em relação ao que se está verificando, representaria, sem dúvida, uma inversão de situações, afigurando-se a toda a gente de bom senso que o espírito de criação se refugiaria, mais fãcilmente, ou no grupo dos homens livres ou no dos seduzidos pela mística progressiva de um próximo ou distante paraíso terrenal do que nos agregados de homens-escravos submetidos à férula magistral, sem escrúpulos nem contemplações, de uns tantos autocratas desaustinados.

Acabo de formular uma hipótese, mais uma a acrescentar a tantas a que já, anteriormente, dei corpo e vida, esquecendo-me de acrescentar, como em certos romances, que quaisquer parecenças com situações existentes e homens de carne e osso, que por aí andem à luz do dia ou se escondam e raramente se deixem ver, são meras e lamentáveis coincidências e resultam deste velho aforismo latino: *nihil sub sole novi*. Em todo o caso, como explicar, sem o complexo dos raciocínios anteriores, que certos governan-

tes ousassem, perante a adversidade dos acontecimentos correntes, assumir uma atitude de força sem forças, de audácia financeira sem capitais e de explosividade ideológica sem lógica e sem fé? A sua persistência em não mudarem de procedimento e em se agarrarem ao Poder com unhas e dentes fá-los-ia descer à estulta categoria de sobreporem os interesses seus e de uma restrita oligarquia aos da Pátria, à qual tudo devemos dar, sem excepção da vida e da honra, se não admitíssemos que eles se deixariam ir atrás de miragens, que se fossem sucedendo indefinidamente. Atrevo-me a enunciar algumas delas: o triunfo dos *ultras* da Argélia, adversários irredutíveis da sua independência, quando do *putsch*, que elevou ao poder o General De Gaulle, que para o caso não fora tido nem havido; a surda indignação dos sobreditos *ultras* contra este homem público, quando ele se revelou como uma criatura que a um patriotismo já lendário sabe aliar um realismo governativo que, em vez de se resignar com a episódica decadência da França, não desiste de a alçar a um dos primeiros papéis no plano internacional; a eliminação deste Grande Homem do cenário político francês por quaisquer processos, até mesmo por aqueles que são reprovados pelas leis estatais e morais, isto como primeiro passo para a instauração da ditadura de um exército suspeito de reaccionarismo; o triunfo do fascismo

em França como ponto de arranque para a sua generalização à Europa latina; o alargamento progressivo da área de incidência desse fascismo, caindo-se deste modo na situação descrita anteriormente. Assim se poderia ganhar a centúria necessária para a gestação de uma obra de integração por assimilação de raças e tribos espalhadas a esmo pelas Sete Partidas do Mundo!

Sonhos escaldantes de intermináveis noites de insónia, entrecortadas de pavor e de rancor! Eis como as visiono quando me perco em cogitações sobre quais possam ser, a horas mortas, as reacções de um autocrata introvertido em relação a um mundo, para ele ignaro, que se recuse a ouvir-lhe razões, no fundo ilógicas, e a acatar-lhe directrizes, sem dúvida insensatas. Mas não é dele que tenho pena — longe disso — mas sim do seu país, que, caído em miserável condição de abulismo, por obra e graça de intermináveis décadas de tirania, se limitasse a encolher os ombros com o fatalismo implícito nesta frase, tornada correntia: «o que for soará»! Por hipótese — claro está.

E seria a reboque de impossíveis congeminências, assim classificadas por não se coadunarem com as realidades da vida contemporânea, que se tentaria arrastar a grei, fazendo vibrar dentro dela a corda do heroísmo, depois de se terem encarniçado em destruir os germes da valentia com daninhos insecticidas a cuja pode-

rosa acção só raros teriam conseguido furtar-se. E lá viria — não poderia deixar de ser — a estafada ária da *união*, entoada por vozes sem vibração e sinceridade, que já teriam ralado o bichinho do ouvido dos mortais com a roufenha cantata da *unidade*. Pois vamos lá conversar sobre estes dois temas com tão estreito parentesco: *unidade e união*. Aprender até morrer!

A *unidade*, tal como a definem os democratas, é a causa fundamental da existência das nações. É próprio da autonomia espiritual do homem e o dom mais precioso de quantos lhe conferiu Deus conceber a existência e os fenómenos com ela conexos segundo um critério seu. Simplesmente, todos os componentes de uma Pátria, apesar disso, sentem o vivo desejo de uma vida colectiva em comum como consequência fatal de um complexo similar de sentimentos, usos e costumes, tais como: a veneração por aqueles de que procedem e cuja recordação, quando já desaparecidos, persiste ancorada nas suas almas, retrogradando até aos alvares da infância e mostrando-os como capazes de todos os sacrifícios para fortificarem cada vez mais o todo nacional; o amor por quem, escolhido ou escolhida em regra entre os da sua grei, souberam seleccionar para companhia da sua vida; a adoração pelos que deles procedem e que, como garantia da continuidade familiar, trazem nas veias um sangue afim do seu; a admiração pelos homens do

CANTARO QUE VAI A FONTE...

passado, que talharam e defenderam com as armas o contorno geográfico da sua Pátria e fertilizaram com o arado, a enxada e o suor do seu rosto as suas terras maninhas; as virtudes intrínsecas das massas populares, que vêm arrasando ao longo de gerações sem conto uma miséria quiçá suportada com excessiva paciência; o apego físico e espiritual à terra em que nasceram e aonde vêm desenvolvendo a sua actividade normal, mais modesta nuns e de mais alto significado noutros; a conformidade e a inconformidade com aqueles com quem vêm contactando ou lidando, sem que naquela última hipótese se gere entre eles uma repulsa absoluta, desde que sintam que os irmana o amor pela Pátria comum, como um parentesco estabelecido através da diversidade ideológica; a sedução pela beleza física de um país alteado de montanhas e ravinado de cursos de água, que lhe emprestam um conjunto de panoramas sem vislumbres de monotonia; o encanto de um céu que em dias serenos tem uma inimitável transparência de azul e em dias enevoados se torna sombrio como as almas penadas; a faceirice das mulheres quando se não ponham a imitar as «vamps» psicopáticas do cinema ou os espantalhos dos «cabarets» existencialistas; a virilidade e lhaneza dos homens, quando se não tenham deixado perverter por mitos vesânicos, que, como todas as aberrações, acabarão por

desaparecer. Pois é este complexo de sentimentos e hábitos que constitui o denominador comum de que para os democratas resulta a *unidade nacional!*

Mas, para os rancorosos partidários da autocracia, a unidade nacional tem exigências bem mais radicais, por isso que implica a adesão de todos e cada um aos conceitos ideológicos emanados do autocrata. O *Partido Único* seria na ordem política a tradução prática desta uniformidade dos pensamentos da grei e dos métodos para a sua execução. A diversificação em poucos ou muitos Partidos Políticos representaria uma lamentável quebra dessa unidade, o que os faz relegar para a categoria de excomungados. Em vez de nobres discussões sobre a forma de o espírito recortar no mundo imaterial uma colecção de realidades nem sempre similares e de analisá-las para as tornar compatíveis e definir assim o modo aparentemente mais lógico de relacioná-las, faz-se ressurgir das profundezas do passado o «crê ou morres» de antigos fanatismos religiosos. A unidade, tal como a admitem e querem impor estes intransigentes do autocratismo, redundando, na realidade, em resultados absolutamente opostos àqueles que essa gente desejaria atingir. Conduz, de facto, à inconciliabilidade de dois avultados sectores populacionais, fazendo proliferar entre eles um ódio que não consente o florescimento da unidade nacio-

nal, concebida à maneira dos democratas, isto é — repito — como um desejo de vida em comum, com repúdio de escravizações físicas e ideológicas. Se, além de tudo o mais, os gestapianos, quando não os próprios agentes das Polícias Judiciária e da Segurança Pública, se transformarem em torturadores profissionais, para quem nada é sagrado ou, ao menos, respeitável, nem a vida nem a honra dos adversários políticos destes regimes — sejam eles embora homens de mais irrepreensível moralidade — então não é de estranhar que afrouxe um tanto o nobre vínculo do patriotismo e que certos espíritos desnorteados, na ânsia do ódio e da revindita, ousem cometer actos em cujas consequências não meditem a sério. Eles não se sentem compatriotas de criaturas capazes de mandarem matar e torturar, não sob a acção de uma fúria subitânea ou por môr de má conformação mental, mas friamente, mais friamente quiçá do que carneiros embotados na sua função de abaterem míseras rezes, imoladas à ânsia de proteínas da humanidade.

Ora — sempre no regime das hipóteses — suponhamos que numa das tais malélicas crises de um agregado nacional, tornada mais grave pelos destemperos de um autocrata inconciliável com o condicionalismo então vigente no mundo, esse tal ditador, para dar maior significação às suas atitudes no campo internacional, necessitaria de surgir como o representante de uma

nação coesa, alinhada atrás dele e crente nas virtudes da sua acção directiva. Ele haveria enfraquecido a unidade nacional no passado, ao tratar os seus adversários políticos como coisa de somenos, tanto pela quantidade como pela qualidade. Teria deixado falsificar eleições, sem se importar em vê-las transformadas em farsa. A oposição ter-se-ia, por assim dizer, evaporado, não a deixando defender as suas opiniões na imprensa, no tablado dos comícios e na tribuna das conferências. Nem um só dos seus membros não-postiços haveria tomado assento nas salas do Parlamento ou ocupado altos postos de direcção na burocracia estatal e no Poder Económico. E eis que, de súbito, os situacionistas, obedientes à batuta do autocrata, se empenhariam em fazer erguer do seu túmulo este pobre Lázaro da oposição, invocando os sagrados interesses da Pátria para se conseguir a *união* da vítima com os seus algozes. A *unidade* passaria a ser escamoteada do dicionário político para surgir na vaga assim improvisada o vocábulo mais curto e bem menos significativo — *a união*.

Até então, a *unidade* haveria sido considerada como conquista definitivamente adquirida, tendo decorrido da adesão generalizada de todos os cidadãos ao ideário e às directivas do autocrata. Em tais condições, a *união* teria categorização inferior, por isso que seria um fenómeno apenas tornado desejável em emergências graves da vida

nacional. Mas, a existir a *unidade* — de grau superior —, estaria permanente e automaticamente atingida a *união* — de grau inferior. Assim, pois, a necessidade de apelar para esta, em qualquer oportunidade, seria quanto bastasse para demonstrar que a *unidade* integral do autocratismo, concebida em função dos três graus da servidão jesuítica, indo desde o cumprimento da ordem do superior até à confusão da vontade e pensamento dos subordinados com os deste, não passaria da máscara destinada a ocultar uma realidade contrária.

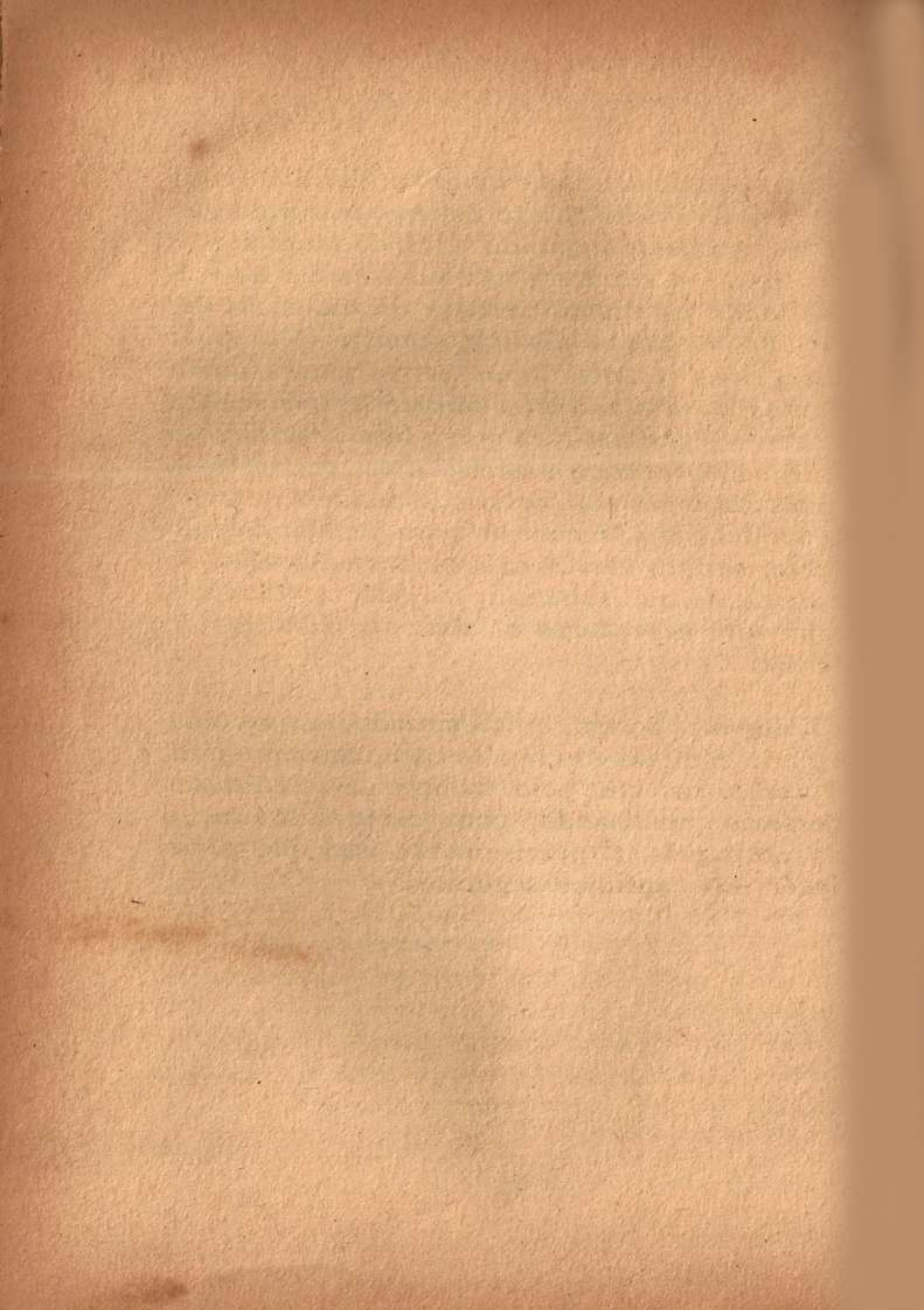
Mas, por outro lado, de que configuração deveria revestir-se o vocábulo *união*? Acudir ao chamamento da voz da Pátria, ou, por outras palavras, ao das vozes dos milhões de antepassados enterrados por esses milhentos campos santos do território pátrio, sempre que um inimigo contumaz quisesse expulsar os nacionais de qualquer ponto da Terra onde estivessem por direito próprio e até quando esse direito não fosse susceptível de séria contestação? Baterem-se em defesa desse direito pela palavra escrita e falada aqueles a quem já falecessem as forças físicas para uma acção de belicismo pessoal? Não, não é tão somente isso que das oposições se pretenderia alcançar com modos imperativos. Tapar-lhes-iam as bocas e tolher-lhes-iam o uso da pena, sempre que não se mostrassem dispostas, em tudo e por tudo, a manifestar-se concor-

dantes com as orientações governativas do autocrata, ainda quando convencidas de que ele teria determinado ou, pelo menos, agravado, altamente, a crise. Apelariam para a *união*, mas, afinal de contas, pretenderiam nessa emergência, como sempre, impor a sua ambiciosa e impossível *unidade*. O que não haveriam conseguido com violências governativas e atentados de toda a espécie, atrever-se-iam a impô-lo sob a invocação do amor à Pátria dos oposicionistas, não para, na realidade, a ajudarem a salvar, mas sim para auxiliarem o autocrata a cavar e ampliar a descomunal cova em que ela houvesse de ser enterrada.

Por que não falar claro, ao menos, uma vez na vida, sem meditar nos perigos em que cada qual poderá incorrer? Se um autocrata teimoso e uma camarilha inconsciente tivessem deliberado — por hipótese — não abandonar o exercício do Poder, até com o risco de causarem a morte da Pátria, através de uma orientação condenada e condenável; se sonhassem com a improvável queda da democracia no mundo ocidental para se arvorarem em campeões de um negregado fascismo; se achassem que, para não invalidarem o mito de um autocrata, mereceria a pena aspirar a um cataclismo universal, que viesse a acarretar consigo a subversão de uma civilização com raízes no cristianismo, de que eles se andassem a arvorar em devotos cultores;

se continuassem a querer afogar a liberdade com processos de opressão; se ousassem retirar das gavetas os retratos emoldurados de Mussolini e Hitler para os situarem nas suas mesas de trabalho, onde os tinham à vista de todos no decurso da Segunda Grande Guerra Mundial; então a estes convites interesseiros para a *união* ou, antes, para a *unidade*, os democratas seriam forçados a significar-lhes que à hipocrisia de um assentimento postigo prefeririam a persistência de uma *desunião real*, certos de que nos momentos de desgraça, como lá para as bandas do Oriente, seriam eles e não os sustentáculos do autocrata os que saberiam arriscar a vida pela Pátria, sem esperanças e talvez sem desejos de galardão...

Tenho-me, porém, quiçá situado, em excesso, no plano cómodo das hipóteses e convém agora, por certo, investir pelo campo das realidades objectivas, analisando, com certa minúcia, o caso português. É precisamente isso que passo a fazer nos capítulos seguintes.



CAPÍTULO III

NA FLORESTA DOS ENGANOS

1. *Em que se fala do Estado Democrático.*

Que de malabarismos se não ocultam no jogo ilusionista das palavras! Como quer que nós, os opositoristas, nos reclamemos, com tenacidade, da nossa qualidade de democratas e, como tais, exijamos a restituição dos direitos fundamentais, inerentes à pessoa humana, os situacionistas ousam retorquir-nos, com um sorrisinho maquiavélico, que também eles se prevalecem da mesma característica, porquanto, assim como na U. R. S. S. e seus satélites domina uma *democracia popular*, entre nós vigora, com luminosa evidência, uma *democracia orgânica*. Nem mais nem menos! Talvez não seja conveniente limitarmo-nos a sorrir destas habilidadezinhas e, antes, importe submetê-las a uma análise, feita,

como é mister, com seriedade e objectividade. Se com isso voltar a rememorar situações e argumentos em parte já aludidos, seja-me isso levado à conta da necessidade de clarificar ainda mais aqueles aspectos do problema sobre os quais não haja incidido o foco irradiante de um raciocínio exaustivo.

No seu interessante estudo sobre a «democracia», inserido no volume XXXVIII do «Boletim da Faculdade de Direito» e recentemente reeditado em separata, o Professor Dr. Cabral Moncada cura de estabelecer uma nítida distinção entre «três coisas completamente distintas», que andam adstritas àquele vocábulo, mas sobre as quais reina, em geral, uma lamentável confusão. Ei-las, tais como as esmiuça o distinto cultor da ciência jurídica: «uma coisa é a ideia e a essência da democracia; outra, os valores humanos que com essa ideia se pretendem servir; outra ainda, as diversas concretizações e formas que de tal ideia e de tais valores, historicamente, têm sido alcançadas ou tentadas, através das diferentes estruturas e tipos de Estado, tidos em todos os tempos como mais ou menos democráticos.» E acrescenta: «a primeira destas corresponde a um problema de ordem exclusivamente gnoseológica, só secundariamente filosófico; a segunda conduz-nos a um problema directamente filosófico, de filosofia dos valores e da cultura; enquanto que a terceira nos coloca

ante um problema, por assim dizer, só de política.»

Entrado na análise do primeiro destes três aspectos de um conceito complexo, o Professor Dr. Cabral Moncada atém-se, como substractum do seu pensamento, à fórmula simplista de Lincoln, que implica o confeccionamento de uma orgânica estatal «do povo, pelo povo e para o povo», o que pressupõe, como *conditio sine qua non*, que o agregado populacional seja o exclusivo detentor do poder, com o objectivo de realizar, com maiores probabilidades de eficácia, os seus interesses e não os de uma restrita minoria e, sobretudo, os da criatura por esta escolhida para garante do seu domínio egoísta.

Quais serão, por conseguinte, os valores e fins mais nobres da democracia? Ao formular esta interrogação, entra-se, decididamente, no segundo aspecto desta questão. Sem pretender acompanhar o ilustre professor nas peculiaridades mais vincantes, sob o ponto de vista filosófico, do conceito de valor, direi, com ele, que a democracia visa, essencialmente, «o respeito e amor pela pessoa humana», o que lhe dá papel de indiscutível primacialidade na ética das sociedades civilizadas. E essa alta finalidade procuram estas atingi-la pela adesão a duas modalidades de valores, uma delas «a liberdade individual, e teremos o liberalismo», a outra «a igualdade de todos os homens» e teremos o igualita-

risimo», quer revestido tão sòmente de carácter jurídico, quer de carácter predominantemente económico.

Segundo aquele publicista, o terceiro aspecto do problema consiste na «escolha dos meios mais apropriados para realizar a democracia na sua ideia, fins e valores essenciais». E traduz o seu pensamento nestas frases, sem favor, lapidares :

«Não basta, com efeito, saber que no Estado deve ser, ou, antes, tem sido sempre, procurado, acima de tudo, o bem geral do maior número. Não basta saber que, para obter esse resultado, é, ou sempre se supôs ser, indispensável atribuir a todos os cidadãos, em princípio, uma certa participação na gestão da república. Nem que na base dessa participação, deve achar-se o respeito por uma igual dignidade de todos os homens. Nem ainda — e isto é o mais importante — que estes jamais poderão ser tratados como homens se não se lhes garantir um quantum de liberdade e se não se lhes criar, ao mesmo tempo, uma certa situação de igualdade no gozo e fruição de um mínimo de vantagens, bens e direitos. É preciso ainda saber, em segundo lugar, qual a melhor maneira de conseguir tudo isso: como,

até, onde e por que meios. *E sobretudo em que doses de percentagem se devem combinar a liberdade e igualdade, não só nas suas relações entre si, como nas suas relações entre elas e outras exigências do bem comum.»*

Até aqui tenho acompanhado, embora sumariamente, a evolução das considerações do distinto jurista sobre o problema da democracia. A partir desta altura, passarei a versá-lo por forma autónoma e nem sempre coincidente com a sua.

E, se não, vejamos.

A ideia implícita na palavra democracia tem fundas raízes no passado histórico, tendo assumido formas concretas de exercício directo do poder legislativo em Atenas e Roma, como para a primeira destas cidades houve ensejo de constatar-se através das observações de Teseu ao arauto de Tebas numa tragédia de Eurípedes. Em todo o caso, observe-se que os juristas da Roma Republicana — os romanos, copistas fiéis da civilização grega, tiveram na construção do Direito uma criação autónoma — distinguiram entre os seus habitantes dois tipos inconfundíveis, apesar da sua identidade física e mental: os homens livres, as *personnae*, isto é aqueles a quem o Estado reconhecia direitos cujo conjunto definia, precisamente, a contextura dessa

sua personalidade; e os escravos, assimilados a coisas — *res* —, a quem se não reconhecia qualquer direito, nem sequer o da vida, quanto mais o da honra. O trabalho manual era considerado aviltante, de modo que o *cives romanus* só achava dignas de si duas funções: a actividade política, exercida através dos comícios e de cargos electivos anuais da mecânica estatal e a profissão de soldado nos graus diversos da hierarquia militar, visto serem as legiões da grande urbe do Lácio o sustentáculo do seu domínio sobre a parte do mundo então conhecida.

Os escravos desempenhavam todas as tarefas do trabalho manual e constituíam um sector considerável dentro de Roma. A tal *democracia* visava, portanto, a defesa dos interesses do grupo social predominante, devendo ainda notar-se que no complexo dos cidadãos romanos havia fundas diferenciações, por isso que a plebe não usufruía todos os direitos inerentes ao patriciado, pelo que os seres humanos livres eram classificados em *pessoas perfectas ou imperfectas* em função desta circunstância. Assim, pois, a democracia romana revestia-se das seguintes peculiaridades basilares:

1) a não-inclusão obrigatória do que hoje chamamos *direitos naturais* no sistema legislativo, do que resultava a exclusão de grande parte dos habitantes dos benefícios da ideia implícita naquela Instituição;

2) a sua consequente applicabilidade a um grupo de cidadãos, gozando de *liberdade*, mas sem andar adstrita a essa característica a da *igualdade* entre todos, por virtude da exclusão de determinados privilégios no tocante a um dos sectores sociais dos homens livres;

3) a sua adaptação a um tipo de economia predominantemente agrícola, vivendo Roma da exploração das regiões conquistadas à custa de uma sábia fixação nelas de parte das suas legiões e de *colonos*, sistema este que se encontra na raiz da perduração milenária do ódio pelo fenómeno da colonização, ainda quando esta, mais tarde, haja assumido, como no nosso caso, carácter fundamentalmente diverso.

Como já tive ensejo de asseverar, a religião cristã propagou-se com relativa facilidade e consequente velocidade, não por atribuir aos escravos a igualdade com os homens livres perante a lei — faltava-lhe, para tanto, força material — mas sim por situá-los no mesmo plano, se não em plano superior, perante Deus, o que fazia catalogar os atentados contra a vida e a honra dos *homens-coisas* na categoria de pecados mortais, passivos de castigo eterno na vida do Além. Pela primeira vez surgia na Terra o conceito salutar da igualdade entre todos os seres da espécie humana, independentemente da sua raça, da sua cor e da sua procedência social, dependendo tão somente do tempo a transposição

deste princípio da ordem moral para a ordem jurídica. Durou infindáveis centúrias, cerca de dois milénios, este trânsito, sendo de lamentar que, de certo modo, o cristianismo se tivesse deixado envilecer com a admissão futura do esclavagismo na ordem terrena, a que aludi com anterioridade.

Caiu o Império Romano. Nasceu o feudalismo como condição prévia para o lento parturejamento do Estado Moderno. Esvaíram-se, como fumo inconsistente, as formas aparentemente democráticas, outrora improvisadas pela República romana. Mas persistia, através de todas as contingências, uma realidade: a existência de massas populacionais de volume gradual e progressivamente crescente, com aspirações de sentido nitidamente democrático. Os próprios bárbaros, que tinham estilhaçado o poderoso Império Romano, deram com os seus usos e costumes um contributo para esse anseio como que esparso por todo o ambiente europeu. Para lutarem contra a grande arrogância e poderio dos senhores feudais, os reis sentiam a conveniência de empolarem as instituições comunais e municipais. O Terceiro Estado — o do povo —, tão menosprezado pelos outros dois Estados — o da nobreza e o do clero — procurava defender nas Cortes Gerais, nos Parlamentos, nas Dietas os pontos de vista da realeza, e esta pagava-lhe entre nós esta cumplicidade, entre outras coisas, atra-

vés do instituto dos forais, de modo mais ou menos generoso.

Mas, quando a monarquia acabou por domesticar e subverter o feudalismo, esqueceu-se, diognisicamente, da dívida de gratidão contraída para com as camadas populares e assumiu o carácter de absolutismo mais ou menos despótico. Simplesmente, o governo de um só é uma autêntica impossibilidade. O homem do vértice da hierarquia social carece de servir-se de restritos grupos de privilegiados — neste caso a aristocracia e o alto clero — e, submetendo-os à sua férrea vontade, serve-os ao mesmo tempo em certa medida. Verificou-se por esta forma uma autêntica inversão de alianças. Assim, pois, após o período fecundo e criador da Idade Média, constatou-se o aparecimento de uma fase de desesperado malogro dos anseios populares, com a firme gestação de um Estado oligárquico, que, sem o poder antever, estava destinado a dar à luz em futuro muitíssimo distante um Estado revolucionário de tendências em absoluto opostas. Ironias trágicas e quase sempre imprevisíveis do Destino!

No entretanto, a base estrutural da economia dos povos ia-se alargando bastante para além do domínio agrícola em que, em grande parte, continuava ainda confinada, atingindo o artesanato industrial nos vários burgos uma importância crescente e fazendo, com isso, nascer, paulatina-

mente, uma pequena burguesia, que passou a ocupar as regiões cimeiras do agregado popular. Surgiu a Banca e caiu em esquecimento a antiga excomunhão dos doutores da Igreja cristã sobre o crédito, quando as operações de empréstimo deixaram de visar o consumo e deram em assumir a função fundamental de apoio à produção e ao comércio. Multiplicaram-se as trocas quer no âmbito nacional pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento das vias terrestres de comunicação, quer no circuito internacional pelo empolamento das frotas mercantes. As descobertas dos portugueses tiveram o condão de alargar os contornos do mundo conhecido e trouxeram para o campo das transacções mundiais as apetecidas especiarias e outras mercadorias orientais em escala bem maior do que no tempo do monopólio genovês e veneziano. Por virtude desta multiplicação de actividades remuneradoras e com o precioso auxílio da mecânica do regime corporativo medieval, a burguesia tendeu a arvorar-se em nova classe privilegiada cujos contornos se iam, lentamente, definindo e precisando.

Ao invés, a miséria do grosso das camadas populares, não alçado ainda a este novo estágio social, ia-se acentuando cada vez mais por mórda crescente sobrecarga tributária, tornada necessária para a manutenção da vida faustosa da monarquia absoluta, com a sua clientela de parasitas, e outrossim para fazer face às guerras

provocadas por insaciáveis ambições da realeza em fase de indeterminação dos limites fronteiriços dos Estados. O desejo veemente das massas populares, uniforme em todos os sectores em que elas se estavam diferenciando, consistia, como era natural, na cessação dos privilégios das classes superiores — entre eles a isenção de impostos — de modo que viesse a estabelecer-se a igualdade jurídica e política de todos os seres humanos, independentemente da casta social de onde proviessem. Foi sob este signo que foram deflagradas a revolução inglesa de 1688 e a francesa de 1789.

Uma das mais benéficas consequências dessas revoluções, que não tem sido posta em tanto relevo como merece, consistiu no alargamento do sector humano que foi tendo acesso à instrução, fenómeno aliás ainda tímido, que só conseguiu atingir o seu apogeu na Rússia após o cataclismo social de 1917. Com o nascimento de um escol intelectual já mais volumoso, intensificou-se o progresso das ciências, que no século XIX se tornou infinitamente maior do que no somatório de todos os milénios da história pretérita. Com a descoberta da máquina a vapor, iniciou a Inglaterra os seus primeiros passos no sentido da criação da Grande Indústria, o que se lhe tornou relativamente fácil pela coexistência de grandes reservas de carvão mineral e compostos de ferro em minas vizinhas, locali-

zadas na proximidade das costas marítimas, com as grandes vantagens daí decorrentes. As outras nações europeias seguiram-lhe no encalço, embora com certo desfasamento.

Estabelecida a igualdade jurídica, o Estado foi confinado na mera posição de espectador do uso, que a inventiva humana sabia extrair da sua capacidade de iniciativa, e na de garante do complexo das várias liberdades em que veio a desdobrar-se o conceito global de liberdade. Era, em suma, um Estado democrático, que assumia quase integralmente, por toda a parte, carácter representativo e francamente parlamentar. Só em países do Novo Mundo — nos Estados Unidos da América do Norte e do Brasil — se consagrava o princípio da perfeita autonomia dos três Poderes — o Legislativo, o Executivo e o Judicial — através de Constituições presidencialistas, que tornavam independentes um do outro os dois primeiros, já que ao terceiro, a esse, em todos os Estados democráticos não pervertidos se manteve sempre a necessária liberdade funcional.

E o que é que se foi verificando com o rodar dos tempos? A burguesia, com a sua capacidade de realizações e o impulso que lhe fora insuflado por aqueles movimentos de carácter político, destacara-se definitivamente, das massas populares de onde emergira, para se arvorar em classe autónoma e predominante do meio social. A esta

alteração das estruturas económicas correspondiam novas realidades, que estavam gerando no seu ventre um condicionalismo pejorativo. A alta burguesia, assenhoreando-se dos destinos económicos da Nação, passou a tratar com implacável dureza as massas do operariado industrial e dos trabalhadores rurais. Surgiam os conflitos, a que o Estado democrático do «*laissez faire, laissez passer*» só opunha a sua acção policial, que, praticamente, vinha a traduzir-se em benefício dos opressores, já que os aparentes fautores da desordem eram os oprimidos.

Começou então a verificar-se a simultaneidade de aspirações quase contraditórias, a saber :

1) a necessidade de compatibilizar o princípio da autoridade do Estado com o da liberdade dos cidadãos, sem se olhar a que o mal da desordem tinha raízes profundas, sem cuja integral extirpação reinaria sempre um fundo mal-estar dentro das formas de que, de início, se havia revestido o Estado democrático ;

2) a gestação de um intenso desejo de que a igualdade jurídica se completasse com a igualdade económica, sem excessivas e sempre ominosas, mesmo quando necessárias, vulnerações do conceito quase sagrado da liberdade.

Estas tendências, sobretudo a última, fizeram nascer e pulular os movimentos de cariz socialista e, com eles, o problema de se averiguar que novas características se deveriam imprimir

ao Estado democrático — parlamentarista ou presidencialistas — para que se efectivasse a necessária defesa das classes trabalhadoras, sem quebra da sua suprema finalidade — «o respeito e amor pela pessoa humana».

O Estado do «*laissez faire, laissez passer*» provocara o advento do *grande capitalismo*, que dispunha da suficiente potencialidade para esmagar as reacções de um proletariado ainda desunido e impotente. A indiferença estatal estava condenada a desaparecer sob a pressão de injustiças sociais gritantes e teria de dar lugar a um intervencionismo e dirigismo, que se iriam acentuando, fatalmente, com o decorrer dos anos. Assim surgiam as coisas, a partir do início da segunda metade do século XIX.

Karl Marx profetizava que o Estado democrático seria caracterizado por uma impotência funcional, insusceptível de impedir eliminações sucessivas das pequenas e médias empresas até se atingir um concentracionismo industrial, que, chegado ao extremo limite, se autodestruiria como que pela deflagração espontânea de uma bomba cuja gestação lhe seria imputável, por isso que consistiria na criação de uma colossal força operária sindicalizada, implícita no próprio fenómeno do concentracionismo. Attingir-se-ia a igualdade económica com a destruição do capitalismo até aos seus últimos vestígios através de uma ditadura férrea do proletariado. Todas as

classes seriam reduzidas a uma só. Mas o que é que em tais condições ficaria subsistindo dos conceitos de pessoa humana e de liberdade? Desapareceria o direito de escolha de uma posição ideológica autónoma. Cair-se-ia, consequentemente, no regime do *Partido Único* e do *totalitarismo*. A estrutura estatal visaria o interesse económico colectivo e nem sequer restaria aos indivíduos, definitivamente despersonalizados, o direito de escolherem na ordem económica a posição para a qual os solicitassem as suas inclinações, por isso que seria a própria máquina governativa a impor-lha, levando, naturalmente, em linha de conta as aptidões particulares de cada um.

Ceci tuera celà. A igualdade económica mataria a iniciativa pessoal e a liberdade. Mas, ainda quando acabasse por reduzir todos os homens a um tipo único, tê-los-ia feito mais felizes? Por outro lado, para reger um tão complexo conjunto de engrenagens estatais, seria tão fatal como o Destino a criação de uma descomunal *burocracia*, que não poderia deixar de transformar-se numa nova classe de privilegiados, como haveriam de constatá-lo certo número de desconsolados Djillas. Deste modo o sacrifício da liberdade ter-se-ia tornado inútil e vão: a desigualdade haveria de renascer do próprio ventre da igualdade.

Afinal de contas, o comunismo foi implan-

tado em 1917 não no país mais industrializado do mundo, consoante as previsões de Marx, mas precisamente num dos mais atrasados — a Rússia — dentro do conceito posteriorístico de Lenine de que o capitalismo gera, forçosamente, a guerra e esta, a seu turno, gera no seu sector mais fraco a revolução comunista. Surgiu, como não podia deixar de ser, o Partido Único, o totalitarismo estatal, a desumanização da pessoa humana. Pode esta — é certo — comparticipar em fenómenos eleitorais, ter assento numa das inúmeras assembleias legislativas ou executivas de uma federação de repúblicas socialistas soviéticas, mas tem a certeza absoluta de que está metida entre baias, que não tem um mínimo de liberdade para escolher o seu destino, que deixou de ser uma criatura pensante para se transformar em peça de uma máquina. A única vantagem de que gozam todos os súbditos do patrão-Estado é o seu acesso à instrução, que está provocando um formidável impulso das ciências, progenitoras de técnicas extraordinariamente evoluídas, o que se faz, em grande parte, com o objectivo de aumentar o rendimento de cada unidade humana, depois de terem morto nela tudo quanto a distinguia do montão — os fulgores do seu espírito próprio. Poderá ser alcunhado de democrático, embora com o apêndice de popular, um regime político-social que menospreza «o respeito e o amor pela pessoa humana»?

Do evento do totalitarismo resultaram várias consequências, *verbi gratia* as seguintes:

1) Por um lado, surgiu com Mussolini e intensificou-se com Hitler o *fascismo*, que copiou, sem omissão de uma magra vírgula, os métodos do activismo bolchevista — Partido Único, totalitarismo estatal, implacável vigilância policial, fria crueldade e desumanização do homem com o fito de o fundir numa massa homogénea —, se bem que com a finalidade diametralmente oposta de zelar não pelos interesses materiais do conjunto do povo, mas sim pela avidez insaciável de minorias restritas, procurando, simultâneamente, atingir a unidade colectiva através das inspirações de um nacionalismo belicoso, que, ao projectar os seus voos, se esquecia do exemplo mitológico de Ícaro.

2) Por outro lado, imprimiu-se ao socialismo, para cá da *Cortina de Ferro*, um carácter nitidamente reformista e improvisou-se um neo-capitalismo, que, aderindo a grande número das reivindicações económicas e políticas das classes trabalhadoras, preconizadas pelo socialismo, tenta salvar o direito de iniciativa de um possidentismo privado, que parece estar sendo inspirado por espírito de compreensão e generosidade, embora no fundo esta atitude seja a tradução prática do seu instinto de conservação.

3) Por último, está-se vislumbrando a hipótese, mais ou menos distante, de uma lenta

socialização do mundo ocidental, a par de uma progressiva liberalização do comunismo soviético, gerando-se pelo sempiterno método dialéctico uma *síntese* salvadora da paz durante um longo período histórico.

Destes dois últimos aspectos do problema já me ocupei com suficiente amplitude nos capítulos precedentes deste estudo e no meu livro «A Pátria em Perigo». Acrescentarei nesta altura que o Estado democrático, que é uma instituição em contínuo processo de evolução, tem de ir adoptando uma configuração harmónica com as realidades materiais e espirituais, que se estão verificando no mundo ocidental por môr dos tais «ventos da história» de que tanto desdenham os teóricos do regime português. Sendo assim, terá que assumir, entre outras, as seguintes características tendenciais:

1) o repúdio do Partido Único, por ser um elemento destrutivo da liberdade ideológica, o que não quer dizer que se não adoptem medidas com o objectivo de evitar um exagerado pululamento das agremiações partidárias;

2) o reconhecimento da necessidade da restrição de certas liberdades no campo económico por força da introdução da planificação e de um tanto quanto possível limitado dirigismo na orgânica estatal;

3) a concessão às classes trabalhadoras de uma colectânea de regalias, que lhes assegurem

a elevação do seu nível de cultura e técnica e de vida material e espiritual;

4) o progressivo acréscimo do sector público, com o correlativo decréscimo do sector privado, no conjunto da riqueza nacional;

5) a conciliação do princípio da autoridade do Poder Executivo com as liberdades individuais, sem que, para se obter esse equilíbrio, se torne lícito o recurso a violências desumanas dos vários sectores da Força Pública;

6) a garantia da independência dos três Poderes do Estado, o que faz inclinar a balança constitucional no sentido do sistema presidencialista.

Analisarei, consecutivamente, o estado em que se encontrava este problema, quando do advento da revolução portuguesa de 28 de Maio de 1926, e a atitude de traição dos posteriores dirigentes do Estado ao pensamento dos revolucionários.

2. Um pouco de história pregressa.

Quando da proclamação da República, deu-se a esta, constitucionalmente, a configuração de um Estado democrático de tipo parlamentar e bicamaral. O Partido Republicano Português, que, com a sua propaganda eivada de idealismo generoso e reveladora de um verdadeiro escol de

oradores vibráteis e persuasivos, conseguira destruir uma Monarquia com sete e meia centúrias de vivência, continha dentro de si personalidades sem afinidades de temperamento e com tendências de certo modo contraditórias, cuja revelação foi, cautamente, reprimida até ao momento do triunfo, o que, em boa verdade, já não era pedir-lhes pouco. O que deveria, porém, seguir-se à eleição de uma Assembleia Constituinte e à aprovação do Estatuto Fundamental da República? Duas orientações se revelaram, ostensivamente, então:

1) uma, defendida por Afonso Costa, a mais inequívoca demonstração de grande governante nessa época, sustentava que a simples improvisação de uma Constituição significava tão somente uma mudança de fachada, tornando-se necessário dar nova estruturação ao todo nacional por forma que os republicanos dos vários matizes e, pouco a pouco, a generalidade dos portugueses se sentissem à vontade dentro dela, pelo que essa tarefa comum impunha a manutenção da unidade do Partido Republicano Português da propaganda por alguns anos ainda;

2) outra, com António José de Almeida e Brito Camacho, opinava, ao invés, que, desde que se tinha provido o país de uma contextura estatal vertebrada, haveria que promover a fragmentação daquele Partido nas correntes políticas até então confundidas no seu seio por

mera conveniência de unidade no combate contra as Instituições monárquicas, que, havendo autonomizado Portugal e dado grandeza à sua história, tinham acabado por cair em estado de caducidade improgressiva.

O choque destas duas tendências oficializou-se no célebre Congresso do Coliseu da Rua da Palma, vencendo a patrocinada por Afonso Costa, que, firme, como uma rocha, no seu ponto de vista, pôs o problema na modalidade simplista de que o Partido prosseguiria, imperturbável, na sua rota e de que quantos dele se afastassem não passariam de desertores, que, por sua conta e risco, se sujeitariam às contingências decorrentes da sua atitude. Os amigos de António José de Almeida e os de Brito Camacho acompanharam-nos no seu abandono de posições e foram constituir, respectivamente, os Partidos Evolucionista e Unionista, que nunca conseguiram desprender-se da conformação de grandes patrulhas, sem fundo arraigo nas massas populares citadinas. Afonso Costa deixou-se ficar... e ganhou a partida.

No fundo, quais eram as diferenciações ideológicas entre as três agremiações partidárias, que, nessa data, ficaram existindo na nossa arena política? Eram, na realidade, tão insignificantes, tão incaracterísticas que custa a defini-las com certos laivos de racionalismo. Bem vistas as coisas, acabavam por se reduzir a diver-

sidades de estrutura psicológica entre três das personalidades mais significativas do novo regime.

Afonso Costa era um conservador em matéria económica e social, um jacobino em matéria religiosa e um realista de alto sentido prático em matéria administrativa, recobrando estas peculiaridades intrínsecas com uma audácia verbal, que logo o revelou como a personalidade forte da República. Pela imposição imanente das coisas, deixou-se resvalar, com o seu Partido, para uma posição de esquerdismo nominal, que serviu para manter a coesão do grosso das forças republicanas do tempo da oposição. Mas esta tomada de posição não conseguiu iludir o instinto de conservação do cacicato monárquico provinciano, para quem ser deste ou daquele Partido pouco significava, porquanto o importante consistia em não se deixar condenar a um ostracismo contrário aos seus interesses materiais e à sua predominância local. Esse grupo de gentes de convicções e consciência elásticas tinha, contudo, em grau elevado uma *ciência sui generis*: a das manobras eleitorais, susceptíveis de orientar, umas vezes, os votantes em certo sentido e de perverter, outras vezes, a vontade do eleitorado, o que, bem mais tarde, nos tempos em curso, foi alçado aos páramos da desfaçatez. Desabando sobre o Partido Republicano Português, esta avalanche de *especialis-*

tas e de *profiteurs* de todos os regimes amplificou esta agremiação política, proveu-a de uma máquina eleitoral de crescente eficiência e, se não a corrompeu, quando menos, infectou-a. Para todo o sempre os seus dirigentes foram condenados nas suas actuações a uma vincante duplicidade de atitudes: o emprego de uma linguagem de intransigente agressividade para agradar às suas clientelas citadinas e a prática efectiva de uma política social conservadora para não alienar os seus partidários das vilas e das aldeias. Em suma, o Partido Republicano Português tornou-se, de facto, uma máquina conservadora, com um verniz exterior de esquerdismo, ou seja uma mercadoria com rótulo falso.

De todos os grandes chefes republicanos António José de Almeida era aquele cujo espírito mais se inclinava no sentido de se prestar justiça às aspirações das grandes massas populares. Sentia-se ligado a elas pelo instinto e pelo amor. O seu verbalismo romântico correspondia ao seu modo íntimo de ser, a um complexo de nobres sentimentos de fraternidade social, que se desprendiam dos seus lábios em torrentes de eloquência, reveladoras da existência de um vulcão na sua alma. O vocábulo demagogo, tão denegrado pela malta das pessoas bem pensantes de todos os tempos, significa, na sua etimologia, «amigo do povo». Sob este aspecto, António José de Almeida era um demagogo, uma

criatura capacitada para compreender o crime de que o povo vem sendo vítima desde as profundidades da história. Era, conseqüentemente, um homem das esquerdas, mas, ao mesmo tempo, repugnavam-lhe todas as violências exercidas sobre os inimigos políticos para além do âmbito da lei e da piedade. O destino condenou-o assim a arvorar-se em defensor dos adversários do novo regime contra aqueles que, não tendo sabido operar uma radical mutação nas condições económicas e sociais do país, se entretinham com a prática de violências de volume e peso sem comparação com as actuais, mas que então eram quanto bastava para desacreditar um sistema político, que pretendia fazer figura de forte, quando não passava de puerilmente fraco e inofensivo. E eis como o esquerdista, que António José de Almeida era, sem sombra de dúvida, apareceu transformado em chefe de um Partido Conservador!

Brito Camacho, esse, era nos arraiais republicanos o tipo acabado do intelectual. Homem bom e honesto, a morte prematura da esposa e de uma filhinha única converteu-o em azedo misógino, propenso ao cepticismo e à descrença na humanidade. Visceralmente republicano, possuía predicados para vir a ser um dos governantes de sentido mais prático da República, se não fora a abulia decorrente desse seu cinismo gerado pela desventura. Se alguma coisa ainda apre-

clava nos homens era a inteligência, faculdade que, aliás, sem o concurso da vontade, deixa de ser criadora. Soube atrair a si os republicanos mais cultos, apesar de a sua contundente ironia nunca ter sabido perdoar a quem quer que fosse qualquer das suas facetas caricaturais. Sob a sua chefia, o Partido Unionista transformou-se em qualquer coisa como um alfobre de intelectuais, onde se implantou o monóculo de Fradique Mendes, o bisturi de grandes cirurgiões e a sabença do professorado universitário. O povo não compreendia lá muito bem essa fina flor de gentes bem pensantes, embora, vagamente, as admirasse. Cometia a suprema injustiça de as supor alheadas das suas inquietações, ansiedades e aspirações, quando a verdade se situava no polo oposto a este juízo simplista, como tantas vezes acontece na vida.

Fora e acima desta competição de homens bem intencionados situou-se sempre Bernardino Machado, a figura física, intelectual e moral mais distinta do campo republicano, para onde transitara, vindo dos arraiais monárquicos, logo que, honradamente, se convencera da impotência do antigo regime para carrilar a Pátria por forma mais sensata no sentido de se reduzir ou eliminar o atraso de meio século, que a separava dos países vanguardistas da civilização. Professor universitário, ministro em tempos idos, com acertada visão das realidades e perspectivas da

política internacional, parecia o homem fadado para se arvorar em árbitro no meio da confusão da política nacional nessa fase de tanto melindre e responsabilidades. Nessa missão, que ele para si próprio escolhera, veio a falir, por isso que o não souberam compreender, talvez por môr da sua superioridade em relação ao meio em que se encontrava envolvido. Nesta fase da sua vida não lhe foram poupados o desconforto e as agruras do exílio. Morreu com a bonita idade de 93 anos, sem nunca se ter mostrado sob aspectos, que não fossem de aprumo físico, de sobriedade intelectual e de excelsitude moral, combatendo sempre em prol dos seus ideais sem desfalecimentos na sua linha de conduta e com clarividência, o que o torna merecedor de que consagre aqui à sua memória estas singelas e sentidas frases de consideração e respeito.

Não se arrancam com facilidade todas as raízes de um regime político sete e meia vezes secular. Caíra quase sem resistência militar, por isso que a fé inabalável de um modesto guarda-marinha, o meu saudoso amigo Machado Santos, soubera sobrepôr-se ao momentâneo desânimo e descrença dos seus companheiros de luta mais graduados e ao assomo impotente de reacção de Paiva Couceiro, grande figura de soldado e de português, que apenas se batera *pro honore*. Mas, pouco a pouco, os monárquicos

mais fiéis ou mais despeitados foram-se recompondo da surpresa inicial e deram em fervilhar em actividades conspiratórias, que, depois de inofensivas manobras fàcilmente debeladas, acabaram por se concretizar num fenómeno emigratório para a vizinha Espanha onde a complacência ou, para falar com mais propriedade, a cumplicidade dos governos lhes forneceu abrigo e campos de treino fronteiriços, de que partiram para incursões, que redundaram em malogro, se não em fiasco, e para onde regressaram após a derrota com as armas não abandonadas na fuga. Os julgamentos originados por esta epidemia conspiratória e por esta epidemia revolucionária deram ensejo no tribunal especial das Trinas a autênticos comícios de propaganda contra a República, o que levou ao rubro a indignação popular.

No entretanto, em dois exercícios consecutivos — os de 1913 e 1914 — Afonso Costa, avocando a si a Pasta das Finanças, conseguira transmudar em «superavit» o crónico deficit» orçamental, dentro do qual a Monarquia se acostumara a viver, como os peixes se sentem, às mil maravilhas, dentro da água. Fê-lo sem coacções sobre a Nação, sem exageros tributários, que um Parlamento em grande parte hostil lhe não consentiria, quase só por uma mais perfeita ordenação da administração pública e pela consequente compressão das despesas. Duvi-

daram da autenticidade do fenómeno muitos dos opositores republicanos do notável estadista, isto sem falar nos encarniçados inimigos da República. Hoje, todos, sem excepção dos situacionistas, reconhecem a veracidade desses «superavits», mas estes últimos não levam a sua sinceridade ao ponto de confesarem que a execução de uma tarefa dessa índole se torna bem mais difícil sem a pressão de uma Força Pública inteiramente submetida às directivas dos governantes e sem o auxílio terrorístico de uma polícia política carente de escrúpulos. E o milagre — chamemos-lhe assim — recrudesce ainda de significado, quando se atenta em que Afonso Costa atingiu esse resultado, apesar da barafunda e intriguismo conspiratório dos impenitentes monárquicos, que, apoteoticamente, exaltam, hoje em dia, os benefícios da sacrossanta *Ordem*, quando, antes do seu triunfo em 28 de Maio de 1926, foram eles, de facto, os grandes *desordeiros*, de modo que, cessada a causa, teria, por força, que cessar o efeito...

Para maior desgraça da infeliz República, sobreveio, a menos de quatro anos de distância do seu advento, a Primeira Grande Guerra Mundial, em que Bernardino Machado e os restantes próceres republicanos, à excepção de Brito Camacho, fizeram participar Portugal nos campos de batalha da Europa, proclamando, desde o momento da sua deflagração, a nossa

Incondicional fidelidade ao conteúdo da aliança luso-britânica. Com esta corajosa e nobilitante atitude, conseguiram salvaguardar a perduração do nosso Império Colonial, pelo menos até à data em que os actuais milagreiros do Situacionismo se estão encarniçando em comprometê-lo. Depois de exaltarem com os tropos mais inflamados da sua oratória gaguejante os benefícios da manutenção salazariana da paz durante a Segunda Grande Guerra Mundial, as mesmas gentes enfronharam-se agora, decididamente, em sentimentos de belicosidade contra tudo e contra todos — luta de corpos e de almas no interior do país, guerra aberta com palavras e armas contra o mundo exterior, com um quichotismo ausente de esperanças, plausível de desastres.

Os economistas, que são uns senhores de suma sapiência, mas marcados pelo destino para se enganarem com demasiada frequência, partiam, antes do início da hecatombe de 1914-1918, do pressuposto de que uma guerra com a característica apocalíptica da universalidade não poderia arrastar-se durante muito mais tempo do que um escasso semestre, visto que o consumo de bens materiais e de acumulações capitalistas, por ela originado, seria de tal magnitude que faltaria às grandes potências capacidade para aguentarem esse esforço por período superior àquele. Afonso Costa deixou-se seduzir pelo canto destas sereias técnicas e, de acordo com

os seus companheiros de governo, deu em conge-
minar que um regime em plena infância, desde
que se pusesse a exigir da Nação, a par de um
pesado imposto de sangue, uma excessiva carga
tributária, se tornaria, nitidamente, impopular.
Além deste forte argumento de natureza política,
pesava ainda nos seus espíritos o princípio de
ordem moral de que seria justo fazer recair
sobre as gerações futuras parte dos sacrifícios,
que, sem isso, teriam por exclusiva incidência
a geração presente. Isto explica que, em vez do
recurso ao imposto, se começasse a lançar mão
da inflação da circulação fiduciária, o que, pro-
longado por tempos sem fim, redundou em avil-
tamento da moeda nacional até limites desorga-
nizadores da economia portuguesa.

É que, afinal de contas, a guerra veio a arras-
tar-se por um pouco mais de um infernal qua-
driénio. Aqueles que, amplamente elucidados por
este exemplo e com os economistas já de casaca
virada do avesso, assumiram, no decurso da
grande catástrofe desencadeada em 1939, uma
atitude diversa vangloriam-se da sua capacidade
administrativa de previsão, quando, em boa ver-
dade, não passaram de beneficiários de uma
lição paga no passado por alto preço. Simples-
mente, é frequente constatar-se que uma des-
graça nunca vem só. As guerras são sempre
detestadas pelos povos, que apenas as suportam
com resignação levada até aos limites da heroici-

dade quando o inimigo calca o território nacional e espalha por ele ruínas materiais e hecatombes desmedidas. Durante o prélio de 1914-18, os heroizinhos de trazer por casa, que não queriam bater-se na Flandres e em África, conseguiram, depois da episódica ditadura de Pimenta de Castro, entronizar Sidónio Pais na direcção e comando de uma segunda ditadura, que durou cerca de um ano e terminou com o brutal assassinato do Chefe, a quem, de momento, se havia submetido o reaccionarismo monárquico do país. Desaparecido da cena política Sidónio Pais, as Juntas Militares, constituídas ainda em sua vida para o que desse e viesse, proclamaram no Norte, sob a égide de Paiva Couceiro, a Monarquia através de um movimento sedicioso, reprovado pelo pretendente D. Manuel II, que o considerava antipatriótico por nos encontrarmos ainda em estado de guerra com a Alemanha e os seus aliados. Grande parte da guarnição militar de Lisboa acabou por aderir a esta intentona e foi acantonar-se na Serra de Monsanto onde a brava marujada, sob o comando do grande Afonso Cerqueira, forças do Exército arrebanhadas aqui e acolá, estudantes e populares armados à pressa a bateram com a fúria sagrada da sua indómita fé republicana. Os revoltosos nortenhos tiveram o mesmo triste destino e muitos deles retomaram o caminho do exílio. A República parecia, definitivamente, ali-

cerçada na alma popular de onde até hoje ninguém conseguiu arrancá-la.

Mas sobreveio o fim da guerra e com ele a necessidade da reconversão da economia dos tempos bélicos para a do período de paz, operação de uma magnitude sem exemplos no passado, que pudessem servir de guia aos governantes de então, ao invés do que sucedeu com os que actuaram depois do fecho da Segunda Grande Guerra Mundial, em que, aliás, por carência de participação, Portugal fora antes beneficiário do que vítima sob o ponto de vista material. Foi-se acentuando a desvalorização da moeda nacional e a corrida dos salários atrás dela para se não deixar baixar, em excesso, o poder aquisitivo das parcas remunerações das grandes massas populares. Ao administrador mais competente da República, Afonso Costa, fora, instantaneamente, recomendado que não regressasse ao país nos tempos mais próximos para não perturbar com a sua presença a paz octaviana que os ingénuos vencedores supunham desejável e possível com os adversários da véspera! Afonso Costa amou com sobrada razão e foi-se deixando ficar por Paris a gozar umas malfadadas «delícias de Cápuia», de modo que, ao resolver-se, por fim, a voltar a intervir, activamente, na vida política, era já tarde, por isso que se encontrava ultrapassado pelos acontecimentos. Brito Camacho continuava — é certo — a pisar a arena

parlamentar, mas recusava-se, teimosamente, a compartilhar em responsabilidades governativas, talvez por sentir desdém pela mediocridade da nova camada de dirigentes, que estavam fazendo uma aprendizagem excessivamente dispendiosa para a Nação.

Foram-se sucedendo, uns após outros, os movimentos grevistas, como forma eficiente para a adaptação de salários e vencimentos ao fenómeno da quebra monetária, até que, iniciada a fase da deflação, acabou por se verificar a subida do nível da vida ao ponto em que se situava no *ante-bellum*. Sou em crer que se acautelaram melhor assim os reais interesses do proletariado e da pequena burguesia do que pelo método de regulação governativa de uma crise da mesma espécie, embora de mais restritas proporções, depois da guerra de 1939-45, quando, proibida a greve e reprimidas, duramente, as suas tentativas, o Poder Executivo se pôs a promover, por via autoritária, essa adaptação do valor nominal das remunerações, deixando-as, sistemáticamente, quedar-se àquem do seu poder de compra em 1939. O que era lamentável — isso sim — era que aqueles movimentos grevistas de antanho fossem açulados e frequentes vezes desviados de objectivos económicos para fins politicoides pelos *desordeiros* profissionais coevos, que, instalados mais tarde nas alavancas de comando do Estado, vieram, numa reviravolta especta-

cular, a transformar-se nos puritanos e implacáveis *ordeiros* dos tempos em curso, logo que «lhes meteram a vara na mão».

É fora de dúvida que naqueles primórdios da República portuguesa o sistema democrático estava funcionando de modo irregular e deficiente. Devia-se isso a duas circunstâncias, a saber:

1) Por um lado, constatava-se no seu escol dirigente uma imperdoável ausência de sérias preocupações económicas e sociais. Ao passo que o Velho Mundo se ia rendendo às aspirações dos grandes agregados populacionais de se coadunar a liberdade com um avanço sensível no sentido da igualdade económica de todos os cidadãos, nós nesse ponto mantínhamo-nos, como noutros, em retardamento do já aludido meio século em relação aos países civilizados. O socialismo, que tivera com José Fontana e Azedo Gneco um arranço de certo modo prometedor, deixara-se cair em estagnação e marasmo. O sindicalismo — esse sim —, sob a inspiração doutrinária de Georges Sorel e outros, ia conquistando adeptos e tomando atitudes vagamente revolucionaroides, a que, tredamente, os reaccionários curavam de insuflar alento. Os rurais alentejanos começavam a constituir motivo de inquietações sociais. Os pobres governantes não estavam à altura de compreender, na sua intimidade, estes fenómenos e compraziam-se em atitudes de absurdo

imobilismo. Estava em marcha no campo internacional um movimento de grande amplitude a que se conservavam estranhos. Mais uma vez tivemos ensejo de demonstrar a nossa ingénita propensão para ignorar «os ventos da história» e sorrir deles com alvar ignorância. Ontem como hoje, a metereologia política vem sendo cultivada entre nós por ignorantes.

2) Por outro lado, a democracia não pode funcionar, eficazmente, e sobreviver dentro de regimes de *Partido Único*. Na época actual, vigora entre nós um sistema deste tipo por força de disposição constitucional. Nos primeiros dezasseis anos de República, o Partido Único, se não existia *de jure*, constituía uma realidade prática. O Partido Republicano Português, crismado de Partido Democrático, com o auxílio de corruptores especialistas monárquicos tinha montado — repito — uma máquina eleitoral, que produzia, invariavelmente, uma maioria de deputados e senadores saídos das suas fileiras. Debalde, os Partidos Evolucionista e Unionista se fundiram, formando o Partido Liberal. Debalde, do próprio Partido Democrático se destacou, com José Domingues dos Santos, a Esquerda Democrática e, com Álvaro de Castro, um outro grupelho, o Partido Reconstituente. Debalde este se agregou, episòdicamente, com o Partido Liberal para dar origem ao Partido Nacionalista, de que, tempos volvidos, se destacou o grupo alvarista

e de que veio a emergir também a União Liberal Republicana, por mim chefiada. Com estas deserções de chefes e chefinhos, o valor do escol do Partido Democrático ia-se restringindo em quantidade e qualidade, mas, talqualmente, na actualidade, acontece com o Dr. Oliveira Salazar, persistia no seu propósito de governar o país. Por votações parlamentares acabou por se tornar impossível desgrudá-lo das cadeiras do Poder. Surgiam, lá de vez em quando pequenos golpes militares, que, bem vistas as coisas, representavam o único processo para o situar durante poucos meses no ostracismo, de que conseguia libertar-se com ou sem necessidade de novas eleições. E sempre no meio dessa agitação superficial se iam encontrar as impressões digitais do reaccionarismo português, o actual e insuspeito prègador da *Ordem*.

Nestas condições, nesta primeira fase da sua vida, a República alheara-se de preocupações de justicialismo social, atinentes à evolução do agregado nacional no sentido da igualdade económica, e funcionava sem possibilidades de regular alternância dos Partidos na actividade directiva do Poder Executivo do Estado, por isso que, em boa verdade, só havia, *de facto*, um Partido Único, com uma «élite» ineficiente, rodeado de patrulhas políticas, meros comparsas de uma triste barafunda. Foi por isso que se começou a pensar a sério num alçamento gene-

realizado da Força Pública, com o objectivo de ser instalado no Poder um Governo extrapartidário, entre outras, com as seguintes finalidades essenciais :

1) desconjuntar a máquina eleitoral do Partido Democrático, com os seus fundamentos nas chefaturas locais das finanças, da administração civil e da orgânica judicial, de modo a extrair dele tudo quanto era força artificial e a deixá-lo tão somente com a sua força real ;

2) provocar por adequada propaganda a formação de duas grandes agremiações partidárias — um forte Partido Socialista e um forte Partido Conservador —, com o correlativo desaparecimento de micro-organismos políticos sem profundo arraigo na consciência nacional.

O equilíbrio parlamentar destes três Partidos permitiria, à custa de alianças entre dois quaisquer deles, a alternância de Governos por métodos regulares. Note-se que, nessa altura, o problema financeiro deixara de tornar-se preocupante, visto que se encontrava, praticamente, debelado. De facto, o último orçamento do regime democrático parlamentar fora elaborado pelo ministro das Finanças, Marques Guedes, com um magro «deficit» de qualquer coisa como 80.000 contos, mas tinha-se a certeza de que a supressão do monopólio dos tabacos, ocorrida nessa data, ocasionaria um acréscimo de receitas muito superior àquela verba. Por outro lado,

com o ministerialato de Álvaro de Castro, sustara-se a inflação fiduciária e estabilizara-se o valor da moeda. Por isso, as preocupações dos revolucionários eram antes de natureza política do que financeira e económica. As deste último carácter só com o fracasso da perdulária administração da ditadura nos seus dois primeiros anos de desvairada existência assumiram aspecto primacial. Não é, pois, de admirar que à referida concepção política do revolucionarismo de 1926 tivessem aderido alguns membros do Partido Nacionalista e a integralidade da Esquerda Democrática e da União Liberal Republicana. A última hora, empreguei desesperados esforços para alhear esta última do fenómeno em marcha por motivos que, até agora, entendi por bem não revelar ao país.

Tudo na vida tem a sua hora própria. Cuido ter chegado a altura de fazer essa revelação. Deixá-la-ei para o número seguinte, onde quiçá tenha melhor cabimento.

3. *A revolução traída.*

Fui grande amigo de João Pires Correia, tipo perfeito de financeiro autodidata de grande merecimento, que, ao tempo, orientava a actividade do Banco Português e Brasileiro, hoje desaparecido, e que até ao último alento da sua

CANTARO QUE VAI A FONTE...

vida guardou absoluta fidelidade ao idealismo republicano, de que o seu espírito se deixara impregnar desde os alvares da sua mocidade viril. Entre os seus colegas no Conselho de Administração daquela Instituição figurava Jaime Alto Mearim, monárquico por tradição familiar e pessoa dotada de dons de simpatia.

Certo dia de Março de 1926, fui convidado por este último para ir jantar a sua casa na Rua do Salitre conjuntamente com um correligionário meu, Bernardino Ferreira, que na era de Sidónio Pais exercera, episódicamente, o cargo de Ministro do Interior. Ficou combinado que na altura do café surgiria o então Chefe incontestado da Causa Monárquica, Aires de Ornelas, durante alguns anos membro, como eu, da Câmara dos Deputados, tendo partido dele a iniciativa de um encontro, que para mim estava constituindo motivo de surpresa e curiosidade. A todos os intervenientes neste ignorado episódio político já a Parca os arrebatou deste mundo, de modo que neste momento me encontro a fazer o relato de uma controvérsia entre mortos e um vivo, que sou eu, com a minha tenacidade em deambular por entre os homens do presente, com os meus 74 anos, a que, generosamente, o Sr. José Ramon Alonso, correspondente em Lisboa do jornal madrileno YA, em crónica de fins de Setembro de 1962, houve por bem adjungir um presente complementar de 11 anos mais,

que, sem ingratidão da minha parte, lhe devolvo para que beneficie com ele qualquer amigo seu, *verbi gratia* a sua própria pessoa, já que a caridade bem entendida por nós deve começar.

O problema, que estava na base desta entrevista entre duas criaturas, uma visceralmente republicana, que era eu, e a outra visceralmente monárquica, que era Aires de Ornelas, é susceptível de concretizar-se em poucas palavras: estando o país descontente com a marcha da administração pública sob a égide do Partido Democrático, propunha-me este último uma conjugação de esforços para derrubarmos por um golpe militar, aliás já esboçado, o predomínio em parte artificial deste organismo político. Retorqui-lhe que uma tal atitude significaria tão somente um meio para se atingir uma determinada finalidade, pelo que, antes de formulada por mim uma resposta ao meu interlocutor, se me tornava indispensável conhecer qual o objetivo visado através da subversão da política vigente nessa época ou, por outras palavras, o que é que deveria seguir-se a um possível triunfo revolucionário. Com franqueza de certo modo meritória, Aires de Ornelas, talvez por ter a certeza de se não encontrar em face de um primário político, pôs-me a claro o seu pensamento com esta frase textual de que a minha memória persiste em guardar fiel recordação: que, depois da vitória, cada um jogasse as cartas de que

dispusesse e que ganhasse aquele que possuísse melhores trunfos. A isso objectei que, não estando ligado a qualquer organização de carácter revolucionário, ao invés do que acontecia com ele, representaria da minha parte uma traição à República a adesão a esse projecto de aliança insurreccional, de modo que passaria a actuar no sentido de fazer abortar o movimento em perspectiva, que se estava empolando por môr da passividade de um governo abúlico, cujo Ministro da Guerra era propenso a cómodas contemporizações. E, se bem o disse, melhor o fiz, não obstante ter compreendido, desde os meus primeiros passos, que já era tarde para se poder operar uma inversão de situações.

Por inconfidências do Almirante Cabeçadas, um dos meus mais prestigiosos correligionários, soubera ser ele o chefe da conjura e tomara conhecimento da sua marcha evolutiva. Expus-lhe por isso as minhas sérias desconfianças sobre o que se deveria esperar dos inimigos do regime após uma vitória revolucionária e aconselhei-o a empregar esforços para desarmar o movimento em perspectiva. Era, porém, opinião sua que o seu simples afastamento não conseguiria obstaculizar, gravemente, os preparativos do fenómeno e que de tal atitude apenas derivaria a entrega da direcção insurreccional aos monárquicos, passando estes a adquirir uma preponderância que, de momento, pelo menos na

aparência, não possuíam. Talvez houvesse, contudo, um processo para se conseguir que a conjura se malograsse pela improvisação de novo condicionalismo: convencermos o então Presidente da República, Dr. Bernardino Machado, a provocar, fosse como fosse, a queda do Governo da persistente e inoperante chefia de António Maria da Silva, convidando, a seguir, para formar novo Ministério um militar prestigioso e afastado das questiúnculas partidárias — apontava, como exemplos, os Generais Silveira e Ribeiro de Carvalho. Daria a qualquer deles o encargo de seleccionar os seus colaboradores entre técnicos de sólida e merecida reputação e entre políticos, que, filiados ou não em organizações partidárias, fossem encarados pelo comum das gentes como criaturas de indiscutível valor e de propósitos conciliatórios. Ficou combinado que eu e o Capitão de Mar e Guerra, Dr. Vasconcelos e Sá, nos encarregássemos dessa melindrosa missão junto do Presidente da República.

A nossa tentativa falhou não por carência de compreensão das realidades por parte deste eminente homem público, não por não ter o mais vivo desejo de pôr termo à barafunda política da República nessa fase precária da sua existência, mas, pura e simplesmente, por ser o tipo acabado do Homem do Dever. Magistrado superior de um regime parlamentar, jurara, solene-

mente, cumprir os preceitos constitucionais e só mediante uma indicação clara de desconfiança dos representantes da Nação contra o Governo em exercício se lhe tornaria possível proceder a diligências para a sua substituição. Não lhe restavam muitas dúvidas quanto ao negrume do horizonte político do nosso país e quanto às pejorativas perspectivas da sua própria existência pessoal. No tempo de Sidónio Pais, conhecera já as agruras de um exílio, que ficara gravado no seu espírito e no seu coração pela morte de uma filha muito querida. Mas estava disposto a sujeitar-se a todos os riscos contanto que não pudesse ser acusado de incumprimento dos seus deveres funcionais. Incitou-nos a perseverar nos nossos esforços de conciliação das gentes portuguesas desavindas. Ele por ali se deixaria ficar aguardando o que de bom e de mau o destino se lembraria de reservar-lhe.

Eu e o Dr. Vasconcelos e Sá saímos do Palácio de Belém com sensível acréscimo da muita consideração que já tínhamos por essa figura aprumada de republicano exemplar. Exposto ao Almirante Cabeçadas o aliás já esperado insucesso da nossa missão, chegámos à conclusão de que não deveríamos dar por terminadas as nossas diligências para se conseguir a acalmação do irrequietismo político-militar da vida nacional. Seria, por exemplo, da mais alta conveniência que se efectuasse entre o chefe do Governo e

o maioral da conspiração uma entrevista em que fosse debatido com inteira franqueza o panorama português e o segundo apelasse para o patriotismo do primeiro no sentido de facilitar por meritório acto de renúncia a solução de uma crise, que, sem isso, nos poderia levar às piores consequências, como, de facto, com o decorrer dos tempos, veio a verificar-se por mal dos nossos pecados.

Encarreguei-me dos preparativos dessa conferência, que veio a efectivar-se em fins de Março de 1926 em casa de José Ruggeroni, mais tarde transformada no Hotel Avis, recentemente desaparecido. Fui convidado para nela participar, mas, embora conservando-me presente naquele edifício no momento da sua realização, entendi por bem deixar à vontade, sem testemunhas presenciais e quiçá humilhantes, os dois contendores, para que debatessem o problema à luz dos seus exclusivos critérios próprios. Talvez esta minha isenção pessoal houvesse sido um erro, mas é impossível refazer a história do passado com as lições do futuro, pelo que não vale a pena gastar tempo a magicar no que poderia ter sido, para tão somente nos preocuparmos com aquilo que, realmente, foi. É, pelo menos, uma atitude de maior sensatez.

Referiu-me o Almirante Cabeçadas que se denunciara ao seu interlocutor como chefe de um movimento militar em transes de parture-

jamento, não sendo de estranhar, por conseguinte, que, por virtude dessa espontânea confissão, António Maria da Silva ordenasse a sua prisão ou, a qualquer título, o afastasse da metrópole portuguesa. Com isso não conseguiria abortar a conjura, dando-lhe apenas um cariz menos republicano, por isso que a razão determinante do descontentamento de militares e civis residia na inferiorização governativa em face das múltiplas complicações com que se debatia o país, muito embora quiçá houvesse uma injusta apreciação do rosário de circunstâncias que as haviam originado e determinado a virulência da sua periculosidade. Os portugueses tinham-se enquistado na convicção de que a *causa causarum* dos males nacionais residia no monopólio do exercício do Poder Político pelo Partido Democrático, ideia basilar que os impedia de examinar outras raízes profundas do nosso problema colectivo. Simplesmente, em política domina o pressuposto de que as coisas são o que parecem ser e não o que, de facto, são. Por isso, o Almirante Cabeçadas se atrevia a incitar António Maria da Silva a facilitar a solução pacífica das nossas questões e questiúnculas, provocando ele próprio, deliberadamente, a queda do Governo a que estava presidindo e que era a última fase de uma progressiva renovação, que, sob a sua égide, se ia verificando com monotonia, persistência e ineficácia, invul-

gares na tradição nacional. O chefe democrático acabou por aceitar a hipótese da queda do seu Governo, sob a expressa condição de ser ele a pessoa encarregada de presidir ao que se lhe seguisse. «Aqui estou, de aqui ninguém me arreda» — tal parecia ser o início de uma divisa política, que, alguns anos depois, havia de ornamentar o braço de armas de outro governante incomovível. Encolhendo os ombros, o Almirante Cabeçadas deu por findos os seus esforços de conciliação. E, por isso, cada um retornou a percorrer o seu caminho: um continuou a conspirar, o outro deixou-o à vontade, não o mandando prender, mas ficando agarrado, como uma ostra, ao casco do navio governativo. Como não era menos teimoso do que qualquer dos dois, não desisti, a meu turno, de persistir nos meus esforços de desmantelamento da conjura.

Isso explica a organização de uma caravana política da União Liberal Republicana, que, sob a minha direcção, se dirigiu a Braga em 11 de Abril de 1926, indo instalar-se numa quinta pertencente ao nosso então correlegionário Artur Brandão, que a morte já se encarregou de vitimar. À data, Braga era detentora do mais forte núcleo conspiratório existente no país. Tinha o seu «comité» local, de que conhecia alguns dos membros por ter privado com eles nos tempos da nossa frequência da Escola do Exército. Convoquei-os para uma conferência na manhã do

dia seguinte, no decurso da qual chamei a sua atenção para a heterogeneidade ideológica dos elementos revolucionários, parte deles de raiz monárquica, sempre apostados a apoderarem-se do Poder ou às escâncaras, se os fados lho consentissem, ou escondendo-se sob o disfarce de quem quer que se lhes afigurasse propenso para servir os seus transparentes desígnios. Encontrei entre os meus ouvintes compreensão e boa vontade, se bem que achassem que as coisas tinham ido longe demais para se lhes tornar possível nessa altura recuar. Alguém alvitrou a hipótese da adesão em massa dos oficiais conspiradores à União Liberal Republicana, o que para o Chefe de Estado assumiria um significado a que se não poderia mostrar insensível. Os convocados ficaram de ponderar, devidamente, os meus argumentos e de me dar uma resposta definitiva após as indispensáveis consultas preliminares à colectânea dos interessados no fenómeno em marcha.

Nesse mesmo dia 12 realizou-se num hotel do Bom Jesus de Braga um almoço político e, à noite, uma conferência minha no seu magnífico teatro perante uma assistência de passante de três mil pessoas. Em 1928 inseri esse documento de carácter quase divinatório num livro que subordinei ao título de *Eu, os Políticos e a Nação*. Depois dos agradecimentos protocolares aos que me estavam recebendo tão carinhosa-

mente, proferi as seguintes afirmações à laia de introito:

«Muitas vezes digo a mim próprio:

«Fecha os olhos, Leal, e escuta o que se está passando na sociedade portuguesa, escuta as vozes desencontradas e as desencontradas aspirações que, vindas dela, sobem até junto de ti. Que ruído predominante ouves tu? Apurando os meus sentidos, ouço, com nitidez impressionante, o tinir de espadas e o tilintar de esporas. Há, de facto, qualquer coisa de mayórtico no ambiente da nossa vida actual. O Exército move-se. O Exército está inquieto. O Exército não quer assistir ao afundar da Nação e prepara-se para intervir. Será um crime aquilo que os militares pretendem fazer? Não! As suas intenções são as mais nobres e as mais levantadas, quando querem substituir pela sua força a fraqueza das pobres élites que nos governam. E, contudo, se o Exército não vai praticar um crime, vai, certamente, cometer um erro...»

E, depois de desenhar, com traços indeléveis e proféticos, o quadro do tenebroso futuro, que nos aguardava, rematei assim as minhas considerações, na certeza de que nada mais estava

fazendo do que tentar opor-me, sem forças para tanto, à sinistra cavalgada que em linha recta nos ia precipitar no abismo :

«Sou o portador de um ideal, que estou aquecendo com a minha palavra. A palavra tem uma potência mágica que inspira emoções e sentimentos e é capaz de despertar em nós um fundo de atavismo bom e santo, que nos leve a servir a Pátria, incondicionalmente, oferecendo-lhe até a vida, se ela lhe for necessária. Tenho a certeza de que, embora nem todos concordem comigo, todos quantos me ouvirem — sejam quais forem as suas crenças políticas — hão de sentir comigo a grandiosidade da minha aspiração de ver a Pátria redimida.»

Dias depois deste episódio propagandístico, recebi em Lisboa a resposta prometida pelos meus interlocutores militares da *Bracchara Augusta*. Diziam-me da sua impossibilidade de se aquietarem, tão graves tinham sido os compromissos assumidos entre si. Só aguardavam que um qualquer General se resolvesse a pôr-se à sua frente para desencadear o projectado movimento revolucionário. Os dados estavam, praticamente, lançados e só havia a curiosidade de verificar qual a face que ficaria voltada para

o alto. Quanto a mim, fora até onde as minhas forças mo consentiram no sentido de me opor ao desencadear da vaga insurreccional. Só me restava agora acompanhar a evolução do fenómeno irreprimível e tentar reduzir, na medida do possível, a sua periculosidade para a República, no caso mais que provável do seu triunfo. Veio a demonstrar-se que tão infeliz viria a ser neste meu segundo objectivo como fora no tocante ao primeiro.

O tenente Pereira de Carvalho deslocou-se a Lisboa, com procuração bastante do «comité» bracarense, para pescar um official general. Caiu na sua rede Gomes da Costa, sem dúvida, a figura mais prestigiosa do Exército português pelos seus altos feitos em campanha. Vivia, porém, em regime de permanentes aflições financeiras, o que originava nele, a par de manifesto destrambelhamento nervoso, certa propensão para se lançar em aventuras militarescas, em que a sua espada representaria sempre um argumento de peso considerável. A cautela, o Governo de António Maria da Silva investira-o poucos anos antes na função temporária e decorativa de Inspector das guarnições militares das nossas colónias do Oriente como pretexto para uma diversão turística e pecuniária de certo vulto. Os seus ganhos de então mal passaram de gotas de água logo evaporadas pela secura ardente do seu deserto financeiro. Além disso, a velhice,

por sistema pouco caridosa, atingira-o, com certa gravidade, na sua faculdade da memória, de modo que esquecia, com dionisiaca facilidade, acontecimentos, homens e promessas. Ao tempo, andava associado aos *Libertadores*, insignificante e aventureira patrulha política, chefiada por Martins Júnior. O que lhe vinham propor da banda dos conjurados bracarenses era altamente sedutor e aliciante para aquele militar de alma e coração. Por isso não foi necessário a Pereira de Carvalho exhibir o seu arsenal de argumentação para o levar a enveredar pelo trilho da Grande Aventura. Calçou as botifarras altas, muniu-as de esporas e lá se foi para o sector nortenho a dar início às operações insurreccionais para que o haviam convidado.

Assim, pois, Gomes da Costa foi um revolucionário da última hora. O chefe do movimento era o Almirante Cabeçadas e a ele havia sido destinado pelos conspiradores o papel de presidente do futuro Governo a sair de uma provável vitória da insurreição. Quando o primeiro deslisou para Braga, onde as forças revolucionárias tinham volume considerável, o segundo partiu para a cidade ribatejana de Santarém, onde os elementos da subversão não representavam um conjunto digno de respeito. Assim, ao passo que o primeiro, aliás após muitas tergiversões, através das quais a sua desistência esteve iminente, acabou por triunfar e marchar de roldão até

Coimbra, engrossando-se as suas forças à medida que a balança do Poder se ia inclinando a seu favor, o segundo faliu, infelizmente, na sua investida escalabitana, acabando por ser preso, situação desastrosa que só terminou com a definitiva defecção do Governo de António Maria da Silva.

O Governo da presidência do Almirante Cabeçadas incluía, como Ministro da Guerra, o General Gomes da Costa. Isto traduzia a relatividade das posições anteriores à deflagração do movimento, mas o último, incitado por elementos monárquicos, entre outros o Coronel José de Serpa, seu chefe de Gabinete, que actuava em estreita conjugação com o General Sínel de Cordes e o então coronel Raul Esteves, não se conformava com um segundo lugar e começou a reivindicar o primeiro. Não pretendo arvorar-me em minucioso cronista destes acontecimentos, contentando-me em revelar alguns dos seus aspectos desconhecidos e em extrair deles a filosofia que encerram em si.

Em dado momento, as forças do comando do General Gomes da Costa estavam acantonadas nos arredores de Lisboa, com o seu quartel-general instalado em Sacavém. De acordo com o meu correligionário Cameira, antigo ministro de Sidónio Pais, provoquei uma entrevista entre nós, os dois, e o General Gomes da Costa, que veio a realizar-se em sua casa com assistên-

cia do seu genro, o tenente Herculano Moura. Recordo-me de que tivemos de esperar algum tempo pelos dois últimos, por isso que haviam sido retidos numa festa, efectivada no antigo navio Niassa da C. N. N., a pretexto das grandes remodelações que nele tinham sido introduzidas. Fiz a Gomes da Costa, com o objectivo de provocar apreensões da sua parte, as seguintes afirmações cuja plausibilidade o futuro se encarregou de confirmar amplamente:

1) que ele estava sendo empurrado pelo seu chefe de Gabinete para um golpe militar visando a destituição do Almirante Cabeçadas;

2) que era compreensível que ele, Gomes da Costa, aspirasse a ser *de jure*, como já o era *de facto*, a primeira figura emergente da revolução triunfante, mas que esse resultado poderia atingir-se com a sua elevação à chefia do Estado e a manutenção do Almirante Cabeçadas nas funções de Presidente do Ministério;

3) que a atitude sugerida pelos seus conselheiros facciosos resultava da geral convicção dos monárquicos de ser ele a única personalidade militar com o prestígio suficiente para na época em curso eliminar ou, quando menos, minimizar a influência do sector republicano imiscuído no complexo revolucionário;

4) mas que, em boa verdade, ele, Gomes da Costa, não era criatura com a docilidade suficiente para se tornar o intérprete dos objectivos

monárquicos na Situação a criar, pelo que, efectuada a tarefa que, maquiavèlicamente, lhe destinavam, ficaria colocado na cabeça do rol dos indesejáveis, a depurar dentro do prazo de curtos meses, se não de dias.

Ponderados estes meus argumentos, o General Gomes da Costa acabou por concordar com a minha solução para a relatividade da sua posição e da do Almirante Cabeçadas e declarou-me, sem ambages, ter ficado convencido da diabólica manobra com que pretendiam arrastá-lo para a prática de um acto susceptível de pôr em perigo a estabilidade da República. Com vincente cepticismo, adveniente do conhecimento da psicologia do meu interlocutor, retorqui-lhe que a opinião expressa por ele naquele momento me não tranquilizava em absoluto, por estar convencido de que quiçá nessa mesma noite começassem a desencadear-se sobre si influências pessoais, contraditórias da minha, a que ele, possivelmente, não teria forças espirituais para resistir. Deu-me então, com solenidade, *a sua palavra de honra de General* — naqueles tempos um General era um General — de que tudo se faria de acordo com o ajustado entre nós e de que me não dava o direito de a pôr em dúvida. Asseverei-lhe que, de facto, me não assistia esse direito, mas que, se, por qualquer aberração imprevisível, Gomes da Costa viesse a desmentir com o seu procedimento futuro a sua firme

CANTARO QUE VAI A FONTE...

promessa do presente, me não esqueceria de extrair de tal facto as necessárias consequências...

Menos de 48 horas depois desta troca de impressões, o esquecido General depunha o menos afortunado Almirante da chefia do Governo e entrava, triunfalmente, em Lisboa à frente das suas tropas com aquele ar mavórcio que tão bem se casava com a sua aprumada figura física. Cumprindo a minha promessa, nesse mesmo dia pus termo à minha carreira militar, pedindo a demissão de capitão de engenharia por não desejar servir sob as ordens de um Ministro da Guerra que, com tanta desenvoltura, violava compromissos assumidos sob palavra de honra. Sínel de Cordes, Raul Esteves e José de Serpa deveriam ter esfregado as mãos de puro contentamento e ter tido nesse dia momentos de euforia, de que o futuro se encarregaria de zombar com cáustica ironia. Com o chefe do Governo deposto, recolheu também a penates o seu efémero Ministro das Finanças, o Dr. Oliveira Salazar, que retomou na velha Universidade de Coimbra a regência da cátedra de Finanças e ficou aguardando melhor hora para a revelação das suas habilidades.

E os fados, os implacáveis fados, continuaram a cumprir-se. Pouco depois, novo golpe de caserna destituía, a seu turno, Gomes da Costa, como resposta à demissão por ele imposta a três minis-

tros, um dos quais era nem mais nem menos que o General Carmona. O chefe de posto foi despachado em grande velocidade para Ponta Delgada, onde em entrevistas periodísticas se fartou de dizer enormidades, tal como a de asseverar que ele se ornamentava com apêndices negros e não cor-de-rosa como aqueles que andavam perpétuamente amarrados ao seu sucessor. Na Inglaterra de antanho travara-se a *guerra das rosas*: em Portugal, prosaicamente, assistia-se à *batalha dos apêndices*, com a vitória das cores mais mimosas!

Assim se iniciou a *era de Carmona*, com Síncl de Cordes a figurar de *cardial diabo*. Passarei como gato por brasas pelo ruinoso descalabro da acção do último no Ministério das Finanças, com a consequência final do seu afastamento do Poder, consoante o exigiu, com força imperativa, o respeito pelo interesse nacional. Entre outras coisas, ele, que era pessoa visceralmente honesta, concebera, um pouco estouvadamente, a famosa *Política dos Financiamentos*, consistindo em empréstimos governativos de avultadas quantias a certas empresas em cujo futuro o Ministro acreditava com fé que o destino se encarregou de mostrar illusória, isto com o objectivo de provocar uma excitação da economia nacional, de que, além de tudo o mais, o Estado viria a colher os sempiternos proventos tributários. A ruína dos devedores tornou impossível a re-

cuperação de grande parte destes levianos adiantamentos. De resto, isto não passou da infância da arte, se nos pusermos a congeminar em certos investimentos e avais do Estado de montante astronómico, como no caso da siderurgia e outros, ocorridos nos bemaventurados tempos em curso.

O Dr. Oliveira Salazar, ao suceder a Sínel de Cordes na Pasta das Finanças, nomeou uma comissão de três membros, entre os quais o Capitão-tenente Carlos Pereira, meu correligionário, para fazerem um relatório sobre cada uma destas estranhas operações creditórias, que haviam redundado em fiasco, e um relatório sobre o seu conjunto. Como o aludido Carlos Pereira já não pertence ao número dos vivos, posso confessar, sem o prejudicar, que ele, espontaneamente, me facultou a leitura desta preciosa documentação. Por ela se verificava que, se a honra do General Sínel de Cordes se situava acima de todas as suspeitas, o aspecto da sua competência ficava arrastado pelas ruas da amargura. Cautelosamente, o novo Ministro das Finanças fechou esses relatórios numa sigilosa gaveta, talvez para os exhibir se esse General, que continuava a gozar de grande prestígio no Exército, se viesse a tornar incómodo. Pelo menos, era esta a convicção do interessado: assim me confessou ele mesmo em almoço realizado pouco tempo depois no primeiro andar

do restaurante Tavares. Quanto ao influente e manobrador Raul Esteves, o Dr. Oliveira Salazar, antes do seu regresso a funções governativas, houve por bem assegurar-se da sua boa vontade através de uma diligência levada a cabo pelo Dr. Mário de Figueiredo. Assim o revelou, publicamente, o alvo desta consulta em plena Assembleia Geral da C. P.

O Dr. Oliveira Salazar surgia aos olhos de toda a grei portuguesa como um autêntico homem-mistério. Sabia-se, vagamente, que era um católico filiado no Centro, que agrupava os crentes mais combativos. Em certa altura, dera ingresso, como deputado, numa Câmara de efémera duração, de modo que a sua actividade parlamentar reduzira-se a coisa nenhuma. Perpassara por ali *velut umbra*. Dos antigos políticos talvez fosse eu quem com ele mais privara durante o meu episódico Reitorado da Universidade de Coimbra. Era tido como profundo sabedor da matéria de finanças cujo leccionamento lhe incumbia. Concentrado, misantropo, era, desde o alvor da sua juventude, um daqueles especimes de homem introvertido, de que, precedentemente, me ocupei com certo detalhe. Entre o seu primeiro e instantâneo ministerialato e o segundo, que vem assumindo características diametralmente opostas de eternidade, decorreram cerca de dois anos. Neste intervalo ocorreu a contra-revolta do Porto e de Lisboa

de Fevereiro de 1927. Nesta altura, entre os que pegaram em armas houve quem pensasse nele como possível Ministro das Finanças. Assim, pois, o homem-mistério prestava-se a todas as conge-minações e especulações. Era o que, em lin-guagem populacheira, se poderia classificar como «pau para toda a colher». Cómoda posição a sua, hemos de confessá-lo! Era uma homenagem à sua pressuposta tecnicidade.

No entretanto, o objectivo inicial do sector republicano de «O 28 de Maio» ia sendo posto de parte e esquecido com o decorrer dos tempos. Pensava este — repito — na instauração de uma ditadura de não longa duração, afim de dar ao jogo dos Partidos Políticos um arranjo mais conforme com o regular funcionamento do re-gime democrático. A Situação propunha-se, ao invés, substituir a democracia pela autocracia e perpetuar *ad aeternum* um regime ditatorial, o que representava, sem dúvida, uma autêntica traição. Alguns tempos após a definitiva entro-nização do Dr. Oliveira Salazar, este problema foi amplamente debatido em sessão da Comissão Executiva da União Liberal Republicana, a que eu presidia e de que faziam parte, entre outros, o Almirante Cabeçadas, o Capitão de Mar e Guerra Dr. Vasconcelos e Sá, o Dr. Bissaia Barreto, o Dr. João Henriques Pinheiro, o Capitão-tenente Carlos Pereira, Artur Brandão, o Dr. Ri-beiro Lopes e o então Capitão Jorge Botelho

Moniz. Assentou-se em que se tornava indispensável interessar um membro influente do Governo — e outro não podia ser senão o Dr. Oliveira Salazar! — na ideia de se encetarem negociações com representantes dos Partidos políticos nacionais com o expresso objectivo de se preparar a constitucionalização da ditadura, definindo-se os arranjos a que estes haveriam de sujeitar-se de acordo com os fins primaciais de equilíbrio e progresso implícitos na gestação de «O 28 de Maio».

Foi escolhido para fazer esta sondagem de alcance transcendental um dos componentes da sobredita Comissão Executiva, cujas relações de amizade com o Dr. Oliveira Salazar eram públicas e notórias. Em devido tempo, trouxe-nos o nosso emissário a animadora resposta de que este distinto Ministro estava de acordo com a nossa sugestão, mas reconhecia faltar-lhe dentro do Governo a posição necessária para se abalançar a essa tentativa, que, em seu entender, só poderia e deveria partir do seu Presidente, para não assumir carácter conspiratório. Vinha ele, porém, notando que o Chefe do Estado, ainda, ao tempo, dominado por camaradas seus do generalato, se furtava sistematicamente, em todas as emergências, a investi-lo nesse cargo cimeiro. Concluía aconselhando-nos a que curássemos de exercer a nossa acção no sentido de o ajudarmos a alcançar esse objectivo, na certeza de que,

ulteriormente, ele procederia de acordo com os nossos propósitos, que eram idênticos aos seus próprios.

Hoje, com a serenidade de reflexão emprestada pelos anos ao meu espírito, encontro-me, não poucas vezes a pôr em dúvida que o nosso agente de ligação tivesse sido fiel tradutor do pensamento do seu interlocutor, resultando essa lamentável infidelidade ou de um propósito maquiavélico ou de um erro de interpretação. A darmos crédito ao que, então, por ele nos foi asseverado, teríamos de concluir que, pelos modos, a *era carmoniana* ainda não se havia transformado, em definitivo, na *era salazariana*. Não tardaria muito que viesse a operar-se essa metamorfose, surgindo à luz do dia a autêntica face do Condutor da Situação e sendo-nos lícito afirmar em tal hipótese: «*oh, quantum mutatus ab illo!*»

Em abono da verdade, mas sem propósitos ofensivos, que se encontram arredados da minha mente, devo dizer que nos primórdios da sua acção financeira o Dr. Oliveira Salazar teve o mau sestro de ser assistido por um colaborador, que tinha sobre ele notável influência. Quero referir-me ao falecido Dr. Quirino de Jesus, cuja alta capacidade intelectual, servida por prodigiosa imaginação, deveria ter andado acasalada dentro da sua personalidade com certa carência de melindres morais, o que assevero sem som-

bra de hesitações, visto que o afirmei, pùblicamente, quando ele ainda pertencia a este mundo, e a verdade é devida tanto aos vivos como aos mortos. Creio que, antes da sua definitiva instalação no Ministério das Finanças, o Dr. Oliveira Salazar não o conhecia pessoalmente, sendo a sua aproximação devida aos conselhos interessados de quem quer que fosse.

Com ele aprendeu muita coisa o jovem Ministro, sendo de notar que não foi ingrato para com o seu coadjuvante. O pior é que este, à ilharga do seu protector, ia curando de realizar os seus negociozinhos de não mesquinha produtividade. Leia-se o que a tal respeito escreveu o falecido jurisconsulto Dr. Eduardo Saldanha no seu copioso livro «*Ao Sul do Save*», de que extraiu separatas no tocante às malas-artes do Dr. Quirino de Jesus, livro e separatas que foram honrados com uma apreensão ordenada pela Mesa Censória portuguesa. A Comissão Administrativa nomeada pelo Governo para gerir os negócios da Sociedade Agrícola do Cassequel, quando esta empresa se encontrava em péssima situação financeira, também deparou com o rasto inconfundível do Dr. Quirino de Jesus, que não perdeu o seu tempo ao gizar um decreto de generosa protecção aduaneira para o açúcar adveniente das Ilhas Adjacentes e do nosso Ultramar.

Chegaram as coisas a um ponto tal de rumo-

res maledicentes que, para os cortar pela raiz, o Ministro das Finanças não teve mais remédio do que desprender-se de uma colaboração tão altamente comprometedora. O Dr. Quirino de Jesus houve por bem vingar-se, maliciosamente, do Dr. Oliveira Salazar com a publicação de um livro de restrita vulgarização, a que pôs o título singelo de «*Nacionalismo*». No seu prefácio compraz-se em esclarecer que se trata de uma compilação de trabalhos de natureza administrativa e política de que fora *integral autor ou, pelo menos, principal colaborador*. Entre eles são de apontar os seguintes: *a Reforma da Caixa Geral dos Depósitos; os novos Contratos com o Banco de Portugal e o Banco Nacional Ultramarino; o Acto Colonial; os Estatutos da União Nacional; e — maravilha das maravilhas! — o célebre discurso proferido na Sala do Risco do Arsenal de Marinha pelo Dr. Oliveira Salazar, em que se delinearam as linhas mestras do Estado autocrático, de feição vagamente corporativa, que se pretendia implantar nesta desventurada terra portuguesa.*

Como em nada do que escrevo, em especial neste livro, me move o *animus injuriandi*, mas tão-sòmente o *animus intelligendi*, apraz-me dizer nesta altura que se ancorou em mim a convicção de que o mal-humorado autor do «*Nacionalismo*» amplificou, deliberadamente, se não o quantitativo, sequer ao menos o valor

das achegas da sua colaboração com o então Ministro das Finanças. O que é, contudo, de lamentar é que naquela vetusta Sala do Risco se tenha fixado para vigência futura e incomóvel um regime duramente autocrático, em absoluto antinómico com o temperamento nacional e com as correntes políticas e sociais que vieram a predominar no mundo ocidental após o esmagamento do *Reich* hitleriano. E nessa pejorativa circunstância não me é lícito deixar de entrever a garra do Dr. Quirino de Jesus.

Este astuto conselheiro estava muito longe de ser atreito a preocupações de coerência. Em tempos idos fora contratado pelo General Norton de Matos, à data Alto Comissário de Angola, para fazer um estudo sobre a acção do Banco Nacional Ultramarino naquela província angolana, em particular, e em todo o nosso Ultramar, com carácter de maior generalidade. Desempenhou-se daquele encargo através de um extenso relatório em que disse desse organismo de crédito e emissão o que «Mafoma não disse do toucinho». Um pouco mais tarde, nos primórdios do advento do Salazarismo, alinhavou sobre a mesma matéria considerações absolutamente contraditórias com as anteriores. Assíduo colaborador de «A Seara Nova», publicação impregnada de vibrante idealismo democrático, não se pejou de se transformar, ulteriormente, em colaborador de um Estado, nascido de um conceito diame-

tralmente oposto das relações dos homens entre si e com os Poderes Públicos.

Paulatinamente, com graduais e progressivos acréscimos da acção policial de prevenção e repressão de todas as manifestações do pensamento, esse Estado, nascido da colaboração heteróclita entre um homem de bem e uma criatura avessa a preocupações de ordem espiritual, conseguiu firmar-se em Portugal com carácter de insana durabilidade, mercê do terror gerado por uma violência sistemática e implacável. E, quando, por mal dos nossos pecados, surgiu, como um fogacho, a era da descolonização, os seus dirigentes, em vez de tentarem minimizar, na medida do possível, os estragos que o fenómeno, por certo, haveria de ocasionar ao nosso legítimo interesse nacional, deram em querer ditar leis ao mundo e em defender, encarniçadamente, teses em que a verdade se entrelaçava com o absurdo, fiando-se no que se supunha ser a irradiação nacional do prestígio do Condutor do regime.

Mas o mundo não levou a sério estas pretensões governativas. E, então, os nossos dirigentes resolvem-se a manejar as armas da virilidade e do orgulho da grei, esquecendo-se de que haveriam amarfanhado nela essas qualidades, que só o respeito pela pessoa humana é susceptível de gerar e preservar. Assim, pois, os homens, que tinham deturpado o espírito e as

intenções de «O 28 de Maio», acabaram, pela fatalidade dos seus temperamentos, por não saberem defender os interesses da Pátria, pensando servi-los. Quando procuram descortinar criaturas com audácia e forças capazes de manejarem os montantes de D. Afonso Henriques, de Nuno Álvares Pereira e de Afonso de Albuquerque, só deparam com gentes dessoradas, que não podem com eles. Aspiram, em caso de desastre, a que, ao menos, eles e a Pátria saibam morrer em beleza: arriscam-se a sossobrar sob o signo da tristeza, se não da irrisão.

CAPITULO IV

PORTUGAL E AS SUAS DEFICIÊNCIAS TÉCNICAS E CULTURAIS

1. *A técnica e a cultura.*

Antes de mais nada, importa estabelecer as diferenciações entre *técnica* e *cultura*. Ambas têm como base fundamental o conhecimento científico, ambas visam a consecução de uma *utilidade* para a espécie humana, mas, ao passo que para a técnica esta utilidade se reveste de carácter predominantemente material, para a cultura o objectivo consiste em enriquecer a mente, em dilatar o horizonte da visão individual do mundo e em torná-la, ao mesmo tempo, mais profunda. Hemos, porém, de verificar que esta distinção não é tão nítida como à primeira vista poderia afigurar-se-nos, por isso que na transição de uma para outra existe uma zona

de contornos indecisos, de modo que à discontínua entre duas noções aparentemente autónomas se substitui uma modalidade particular de continuidade.

A tradução material da técnica consiste na descoberta de máquinas e de métodos de trabalho de perfeição indefinidamente crescente, isto é susceptíveis de poupar cada vez mais ao homem a necessidade de esforços para a execução das tarefas económicas. Em cada unidade produzida vai-se tornando progressivamente maior a percentagem da energia mecânica em relação à da energia manual nela incorporada. Na execução das operações inerentes à conservação, transporte e distribuição dos produtos agrícolas e artigos necessários para possibilitar e facilitar a vida humana e enriquecer o seu conteúdo verifica-se o mesmo fenómeno. Este esforço de aperfeiçoamento técnico não se assemelha, porém, ao mito de Sisifo, condenado a deslocar um pesado pedregulho ao longo do flanco de uma montanha para lá no alto o largar e ver rolar em sentido contrário, em obediência à lei da gravidade, tendo de recomeçar o seu esforço no sentido ascensional e assistir à consecutiva inutilização das suas canseiras *per omnia seecula seeculorum*. Não: os aproveitadores da ciência no sentido técnico podem ter, de facto, certas paragens ao longo do seu empreendimento, mas, após esses repousos sem

recuos, retomam a sua marcha ascendente, olhos perpétuamente postos no cimo de um Himalaia que, por fenómeno de miragem, a cada novo arranco e avanço parece mais distanciado. E — coisa curiosa! — são os períodos de idílica calma mundial aqueles em que mais se atenua essa ânsia de tecnicidade e são as fases de guerra ou de incerteza quanto à possibilidade de manutenção da paz aqueles em que ela mais se aguiza. O perigo intensifica a *vis* criadora do homem.

Terá, porém, a técnica em todas as circunstâncias uma finalidade utilitária material? Não se dará o caso de ter por vezes objectivos de ordem espiritual? Quando os cientistas russos e norte-americanos se encarniçam em luta desesperada para serem os que mais progridam na conquista do Cosmos, pensam — é certo — no reforço da posição militar dos seus países com o fim de lhes permitir serem os futuros dominadores do mundo, mas, simultâneamente, impulsiona-os a ideia de alargarem os conhecimentos do homem sobre o universo de que habitam uma parcela mínima, um diferencial insignificante — a Terra. Esta ânsia técnico-científica tem raízes fundamente espirituais, ou seja um aspecto cultural, muito embora alguns se ponham a cavilar que dos seus Descobrimentos, talqualmente aconteceu com os dos portugueses, possa vir a resultar, mais ou menos longínqua-

mente, uma compensadora utilidade material. Esta emulação técnica transcende assim os contornos habituais da rivalidade material para se tornar em fonte de poesia e de elevação cultural. Pretende fazer nascer horizontes físicos e espirituais indefinidos e ilimitados. Por isso me atrevi a falar na existência de uma autêntica faixa de transição entre técnica e cultura. É o que, de resto, usa acontecer quando a gente se abalança a fazer a classificação de factos de certo modo similares.

Sucedede, porém, que à idade da técnica está correspondendo o aparecimento de novo tipo humano predominante — o do trabalhador —, quer se revista de características de intelectualismo dirigente, quer se situe no plano mais modesto de executante de tarefas económicas e esteja, por conseguinte, englobado no conceito de mero componente das grandes massas populacionais. Também este tende a transbordar da categoria de máquina humana para a de ser pensante, que, havendo de lidar com engrenagens de grande precisão, insusceptíveis de tolerar, sem gravíssimos inconvenientes, suspensões por motivo de erros individuais, força os trabalhadores à especialização em alto grau, o que os eleva a um condicionalismo espiritual, que permite à sua imaginação voos de certa amplitude e à sua personalidade aspirações e ambições desconhecidas do trabalhador de antanho.

É de notar que esta especialização, tanto no sector directivo como no sector executante, não deixa de se revestir de certos inconvenientes, que importa corrigir a todo o custo. O aperfeiçoamento atingido nos vários ramos da técnica pode acarretar a gestação de homens a cujos conhecimentos em determinado campo do saber corresponda lamentável ignorância em relação ao panorama universal da vida. Teríamos assim penetrado na era paradoxal dos sábios ignorantes ou, antes, incultos, com a perda quase integral da semente dos seres portadores de ideias gerais e dos génios da categoria dos Leonardos de Vinci. E se, como acontece na mítica Rússia, se pretendesse instaurar o materialismo histórico como doutrina tirânica e irreversível, só restaria uma forma particular de resolver o problema assim originado — a da separação dos componentes da sociedade em três sectores nítidamente diferenciados, a saber:

1) o dos trabalhadores confinados ou em funções dirigentes ou em funções executantes das tarefas económicas;

2) o dos políticos, destinados a orientarem a actividade geral da nação no sentido prefigurado do materialismo económico, através de uma burocracia de proporções e poder anormais;

3) o dos guardas da ciência a quem incumbe fornecer aos inventores os princípios susceptíveis de servirem de fundamento às suas des-

cobertas técnicas e constituindo com eles um todo indivisível.

Esta distinção contém em si os germes de uma divisão da sociedade em três classes, quando havia a pretensão de se abolirem todas as diferenciações deste tipo. E o pior é que o sistematismo da doutrina, a proibição de encarar os fenómenos à luz de um critério individual torna as greis comunistas, em peso, em sociedades incultas, embora lhes faça crescer a potencialidade económica e militar. O fanatismo nunca foi causa de progresso, mas sim de estagnação cultural. A Rússia e seus afins estão destinados a transformar-se em pátrias de sábios ignorantes, pelo menos no vastíssimo campo da vida espiritual, o que, sem exageros pessimistas, é lamentável.

Assim, pois, o progresso técnico, se, por um lado, confere ao homem-trabalhador a noção da dignidade da sua função dentro do arranjo da divisão do trabalho, elevada a alto grau de eficiência, por outro lado, força-o, mercê da repetição mecânica dos mesmos gestos, a um cansaço espiritual propício à anulação da sua própria individualidade e à correlativa *massificação* das sociedades humanas. Originam-se, portanto, duas tendências contraditórias: a consciencialização do homem-trabalhador no tocante à importância primacial do seu papel social e a minimização da sua personalidade singular. Os seres pensantes,

ao atingirem o seu propósito histórico de se libertarem da férrea subordinação em relação a sectores privilegiados do meio ambiente, transformam-se em escravos submissos das máquinas e dos métodos criados pela técnica. Livram-se de Scila para se irem precipitar em Caribdes pela magia do canto das sereias técnicas. Triste destino o da pobre humanidade!

Estaremos deste modo condenados à anulação da diversidade no campo da vida espiritual, à monotonização desta no interior de sociedades constituídas por homens talhados pelo mesmo padrão? A igualdade política haveria determinado a igualdade económica e esta teria como companheira inseparável uma espécie de identidade espiritual. Se isto assim fosse, haveríamos reduzido a zero a entropia moral das sociedades e instituições humanas com todas as suas pejorativas consequências. A essência da natureza consiste na desigualdade, geradora de fontes de energia, que são, sistemáticamente, utilizadas quer na satisfação de necessidades humanas, quer na atenuação ou desaparecimento dessa própria desigualdade, sem nunca conseguirem atingir, plenamente, esse desideratum. A superfície da Terra é constituída por pontos de níveis diferentes. Baldadamente, os ventos, a chuva, a erosão e os fenómenos sísmicos curam de transferir terra dos pontos mais altos para os mais baixos, de nivelar montes e vales, de preencher

ravinas e abismos ora percorridos pelas águas correntes de ribeiros e rios, ora ocupados pelas águas superficialmente agitadas de oceanos, mares e lagos. Se um dia atingisse o extremo limite da perfeição essa tendência niveladora, ter-se-ia tornado impossível a vida de homens com a nossa conformação física sobre a Terra. O que chamamos o fim do mundo, o fim deste pequeno mundo em que nos agitamos, poderia resultar não de uma catástrofe apocalíptica, mas sim do coroamento absoluto dessa igualização superficial, com as águas a recobrirem em camada uniforme a crosta do nosso planeta e a imprimirem aos fenómenos metereológicos novas e pejorativas configurações.

Não vá supor-se que tento opor-me à igualdade económica. Antes pelo contrário. Mas sou em crer que esta pode subsistir com a diversidade ideológica, à laia de fiel companheira. Para tanto, importa estabelecer nos seres humanos a interdependência da técnica e da cultura, achando perfeitamente contrária ao interesse colectivo a separação da grei em dois grupos diferenciados: os homens da técnica e os homens da cultura. Pode e deve haver um sector social em que predomine a especialização técnica e outro que se caracterize pela especialização cultural. Mas cada homem deve possuir, a par dos conhecimentos inerentes ao exercício da sua profissão, os conhecimentos científicos necessários e

suficientes para fazer uma ideia sequer aproximada do mundo em que está condenado a viver por determinação de uma fatalidade para a qual a sua vontade própria em nada concorreu. Por outro lado, é absurdo todo o sistema que se afoite a proibir o livre uso da inteligência de cada um para a formação do seu complexo ideológico. Toda a acção externa para esta selecção interna deve limitar-se a modalidades de propaganda honesta, de que ande arredada a mínima ideia de coacção clara ou disfarçada. O acesso à cultura deve, porém, deixar de situar-se no campo da faculdade para assumir o aspecto de obrigatoriedade. Ao contrário dos velhos tempos dos excessivos privilégios sociais, hoje em dia não se pode pretender que a formação do escol nacional fique confinada a certas classes possidentes, mas sim a toda a massa populacional. Os países não devem dar-se ao luxo de perder a revelação de possíveis Newtons, Leibnitzes, Pasteurs e Einsteins por não se darem a todos e cada um condições de gestação.

Tem-se malbaratado muito tempo, muito papel e muita tinta em escrever sobre o problema contemporâneo da técnica e da cultura, do homem-massa e do homem-indivíduo, revestindo-se os conceitos formulados da pomposidade de uma linguagem filosófica e descurando-se, por uma espécie de aristocratização do pensamento, a necessidade de tornar acessível a

compreensão do problema às grandes multidões, que, acima de tudo, importa catequizar, por isso que a sua influência social se vem tornando cada vez mais predominante e decisiva. Por minha parte, procuro situar esta questão em posição de que andem ausentes preocupações de carácter político e estridências intelectualizantes.

Os progressos da técnica comportam, além das preocupações já enunciadas, uma outra cuja importância convém pôr em relevo. Quero referir-me a certos excessos desta aceleração. É evidente que esses progressos forçam a substituição de equipamentos que já não permitem produzir em condições económicas viáveis. Suponhamos, por conseguinte, que, ao instalar determinado tipo de máquinas, se entrou em linha de conta, para a fixação dos preços de venda da sua produção, com a amortização desse capital fixo no prazo de um decénio, mas que, ao fim de meia dúzia de anos, uma inovação técnica tornou indesejável a sua utilização. Numa hipótese dessa natureza uma de duas orientações pode ser adoptada, a saber:

1) ou se persiste na manutenção de máquinas que assumiram o carácter de anti-económicas, o que determinará, fatalmente, uma inferiorização dos artigos fabricados no que diz respeito à concorrência nos mercados nacional e internacional;

2) ou se substituem os equipamentos pre-

cocemente envelhecidos, perdendo-se assim uma importância igual a quatro décimas partes do capital fixo amortizando, a não ser que se resolva diluir esse prejuízo ao longo dos anos vindouros, o que, igualmente, redundará numa situação precária sob o ponto de vista da concorrência.

Sendo assim, não há mais remédio do que tomar adequadas precauções, recorrendo-se ao cálculo das probabilidades para a fixação do tempo de utilização dos vários tipos de maquinismos e devendo entrar-se, ainda por cima, em linha de conta no ritmo das inovações não com uma progressão aritmética, mas sim com uma progressão geométrica de razão dificilmente presumível. Deste modo, uma certa proporção da vantagem económica das inovações escoá-se através do encurtamento cada vez mais acentuado destes períodos de amortização.

Atente-se ainda em que os aperfeiçoamentos da técnica provocam a dispensabilidade, em largas proporções, de mão-de-obra, do que pode advir a destruição do equilíbrio social do pleno emprego. Para minimizar esse temeroso perigo, seria necessária a conjugação da expansão progressiva da actividade económica com o decréscimo dos horários semanais do trabalho. A consecução da primeira destas finalidades é função de muitas variáveis, pelo que a simples acção

de uma política governamental, mesmo acertada, pode mostrar-se insuficiente em certas circunstâncias. A segunda daquelas medidas, acarretando consigo a tendência para a alta dos preços, não pode desprender-se da atitude adoptada nos outros países, sob pena de se deixar que alguns deles ganhem na corrida para a conquista dos mercados mundiais uma vantagem fundamental. Outro facto é susceptível de provocar o desfavor de alguns agregados populacionais em relação a outros: o volume do consumo nacional, a seu turno dependente do número de habitantes e do rendimento e nível de vida médios de cada um, o que explica a tendência para a criação de grandes espaços económico-políticos, de que é um exemplo o Mercado Comum Europeu. Acrescente-se a tudo isso que a política dos salários influi, igualmente, no problema da concorrência dos povos no mercado internacional, sendo certo que o nível das remunerações dos trabalhadores manuais e intelectuais reflecte o grau de racionalização das economias nacionais, a extensão e intensidade do comércio interno e as proporções da indústria e da agricultura em cada país. O enunciado de algumas das múltiplas variáveis, que se projectam nas relações do progresso da técnica com o equilíbrio social, é quanto basta para se fazer ideia da complexidade deste problema. Destruiria o equilíbrio deste estudo se me abalançasse a esmiuçar todos

os seus aspectos particulares. Por aqui me fico, pois.

Outro factor importante neste problema, no tocante às sociedades democráticas, consiste no desequilíbrio entre os graus de tecnicidade e de cultura. Se a primeira, como acontece com os norte-americanos, predomina, de modo geral, no que se refere à segunda, as sociedades revestem-se de uma configuração materialista, tornando-se a riqueza e o bem-estar económico o objectivo quase exclusivo do comum das gentes. É evidente de per si que em greis deste tipo não deixa de revelar-se um humanismo de características contemporâneas em restrito sector social, mas a sua influência é insignificante, por isso que, em regra, há vincado desdém pela elevação espiritual. Um sapiente professor universitário é olhado como tendo escolhido uma carreira pouco aliciante em comparação com as dos cultores do «base-ball», do pugilismo ou até dos simples operários de alta especialização. A pecúnia é dona e senhora nos agregados populacionais desta espécie, o que, sem dúvida, é de lamentar.

Pode dar-se o caso de que a cultura do meio social seja, ao invés, caracterizada por aceleração superior à da sua técnica. Em tal hipótese, verifica-se uma excessiva aristocratização do homem-trabalhador, o que tenderá a fazer per-

der certo dinamismo à sua actividade económica. Deve, porém, pôr-se em relevo que tal inconveniente é bem inferior ao que resulta de uma situação como a descrita anteriormente.

O que, portanto, será mais desejável virá a ser o equilíbrio entre o progresso técnico e o cultural. Mas, ainda então, são de recear certos inconvenientes. É o que acontece em todas as sociedades comunistas. A elevação cultural obedece a um dogma, que não consente derrogações de qualquer natureza. Este dirigismo intelectual transforma a conformação espiritual do homem-trabalhador em fanatismo, carente de dignidade, quando não é tão somente mera hipocrisia. A supressão integral da liberdade de pensamento e de acção visa a imprimir ao materialismo histórico um falso carácter de fatalidade irresistível, que se apoia no «crê ou morres» das religiões em fase de gestação. É esta a razão fundamental da oposição dos democratas a um sistema político-social, que pretende privá-los do seu direito de escolha dos seus ideais. A igualdade económica não repugna, antes pelo contrário, à maioria dos homens livres, contanto que não tenha, como irmã siamesa, a supressão do direito de auto-determinação. Não é de aceitar que umas vezes se imponha este princípio em relação a certas situações mundiais de selvagemaria e que outras vezes se negue aos habitantes de países civilizados. Revela-se neste contra-

-senso uma das características contemporâneas : a hipocrisia.

As ditaduras quer de carácter comunista, quer de carácter fascista são sempre passivas de um defeito similar de meios, embora com finalidades diametralmente opostas. Uma e outra manifestam, de facto, um comum desprezo pela pessoa humana, encarando como absolutamente irrelevantes os seus interesses em comparação com os da sociedade, pessoa colectiva erigida a uma categoria autênticamente mítica. Só a democracia se propõe acasalar, amigavelmente, a técnica e a cultura, só ela suprime o antipático dogma e cura de imprimir à vida humana o alto conceito de dignidade, que é susceptível de torná-la agradável ou, quando menos, suportável. O homem novo, o homem do futuro, ou seja o homem-trabalhador, despido das vestes do parasitismo social, torna-se nas mãos do fascismo um ignorante e um escravo, nas mãos do comunismo um erudito faccioso e igualmente escravo.

Que a democracia se acomode com a igualdade económica de parceria com a liberdade ideológica — tais são os votos frementes de todos os homens livres. Que Deus os escute e os atenda!

2. *Países plenamente desenvolvidos, medianamente desenvolvidos, subdesenvolvidos, quase selvagens e selvagens.*

Sob os pontos de vista técnico-económico e cultural, há, ao longo da superfície da Terra, desnivelamentos comparáveis aos que existem em matéria de altitudes. É de uso corrente encarar os diversos povos, por môr das diferenciações que venho de enunciar, como encontrando-se em estado de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento. Afigura-se-me nítidamente imperfeita esta classificação, porquanto acantona na mesma categoria povos em situações completamente distintas. Melhor seria considerá-los divididos em: povos plenamente desenvolvidos, medianamente desenvolvidos, subdesenvolvidos, quase selvagens e selvagens. O valor da entropia social decorre destas desigualdades, originando movimentos de capitais e mão-de-obra e de artigos fabricados, produtos agrícolas e matérias-primas em sentidos contrários e revelando-se desta forma tendências niveladoras, que, aliás, nunca conseguem atingir o objectivo visado.

A actividade económica dos povos é função de diversas variáveis, entre as quais ocupam lugar cimeiro o volume das acumulações capi-

talistas e o desenvolvimento técnico-científico. Mas estes factores, que interferem neste caso como causas, são, a seu turno, efeitos anteriores do próprio efeito que, posteriormente, produziram. Há, de facto, notáveis disponibilidades capitalistas por isso que se vem verificando intensa actividade económica e há considerável incremento dessa actividade por virtude do impulso proporcionado ao espírito humano pelos progressos dessa capitalização! Assim, pois, constata-se a existência de uma cadeia interminável de fenómenos em que, alternadamente, cada espécie fenomenológica figura como causa para, em intercadência, se apresentar depois como efeito.

Em caso de similitude de vários países no tocante aos aspectos técnico-científico e capitalista, o seu progresso económico torna-se ainda dependente, entre outras, das seguintes circunstâncias: 1) a sua maior ou menor auto-suficiência em matérias-primas e o seu mais fácil ou difícil acesso, em boas condições de preço, às matérias-primas oriundas do exterior; 2) o maior ou menor volume do consumo interno, que possa ser preservado pelas barreiras aduaneiras, sem excitação de reacções perniciosas. Esta última variável, por sua vez, é proporcional à magnitude do agregado populacional e ao seu nível médio de vida. E, como este é influenciado pelas acumulações capitalistas preexistentes e pela rentabilidade das suas modalidades de utilização, vê-se

quão emaranhado é o entrelaçamento dos factores económicos e quão difícil se torna o exercer influência sobre um ou alguns dentre eles no sentido de se produzir um efeito preconcebido. É um autêntico quebra-cabeças para os executores do dirigismo estatal.

Os povos mais evoluídos do mundo democrático da Europa continental — Alemanha Ocidental e França — chegaram à conclusão de que tinham possibilidades de não se inferiorizarem em relação ao monstro capitalista norte-americano e ao monstro comunista russo sob expressa condição de improvisarem um grande espaço económico dentro do qual a sua produção houvesse de girar sem entraves. A Alemanha Ocidental tinha mais acentuado desenvolvimento industrial, ao passo que a França possuía uma agricultura privilegiada, havendo, portanto, entre os dois países complementaridade sem excessos de concorrência entre as forças económicas afins. Se se unissem numa grande federação económica, prelúdio de uma federação ou confederação política, a instaurar com maior ou menor desfasamento, e se conseguissem arrastar consigo outras nações de nível técnico similar e, de certo modo, com o mesmo condicionalismo de complementaridade económica, o Velho Continente, que estava sendo olhado como de some nos importância, ele, que fora o berço da milenária civilização cristã e o seu foco de irradiação

universal, poderia renascer das suas próprias cinzas, como a lendária Phoenix. Aderiram, desde logo, a essa iniciativa, que se seguiu a realizações de menor amplitude — o Mercado Europeu do Carvão e do Aço, o Benelux e o Eurátomo —, a Itália, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo. Assim se originou o Mercado Comum Europeu, abrangendo nações de capacidade capitalista e populacional dissemelhante, mas de similar nível técnico-produtor. Convencionaram entre si a abolição, escalonada ao longo de alguns anos, das suas tarifas aduaneiras, protegendo-se contra as investidas das mercadorias externas com barreiras alfandegárias de igual altura.

O efeito deste arranjo económico revelou-se de tal forma prometedora que a Grã-Bretanha, que, a princípio, quisera opor entravos a esta tentativa de conjugação de esforços e, mais tarde, resolvera responder-lhe com a organização da Associação do Mercado Livre Europeu, cujos componentes convencionaram a destruição, a prazo, do seu proteccionismo em benefício de todos eles, mas com liberdade, para cada um deles, da graduação desse proteccionismo em relação aos não-associados, acabou por manifestar o propósito de aderir ao Mercado Comum Europeu, com destruição do seu expediente contraditório. Portugal e outros países do norte e ocidente da Europa — Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Áustria e Suíça — haviam com-

participado com a Inglaterra no organismo económico de que esta fora a inconstante proge-nitora. Neste bloco de nações já, contudo, se não verificava igual tecnicidade, de modo que se tornava necessário que Portugal, por ser passivo de inferioridade, curasse de obter condições de favor sob pena de não poder resistir à concorrência da produção dos seus associados e de se tornar mero fornecedor de mão-de-obra pouco exigente aos seus comparsas, transformando-se assim em vítima de um colonialismo económico consentido. Explica-se por esta forma que nos tivesse sido concedido alongamento de prazos para o efeito das reduções tarifárias, em especial no tocante à montagem de novas indústrias. Em todo o caso, por virtude do nosso subdesenvolvimento, ficámos condenados a operar dentro do nosso âmbito territorial uma autêntica revolução económica, caracterizada pela eliminação de empresas inviáveis, pelo concentra-cionismo de sistemas produtores demasiado fragmentados, pela modernização de equipamen-tos e métodos de trabalho, pela criação de indús-trias susceptíveis de resistência à competição alheia não só no todo nacional, mas também na zona associativa e pela irrigação dos campos e introdução de novos processos de aproveitamento do agro. Guiado pela fé incomovível dos Ministros Correia de Oliveira e Ferreira Dias, Portugal aceitou a posição assim criada sem

graves hesitações, não obstante serem os países do Mercado Comum Europeu aqueles com que era praticada a maior parte do seu comércio externo dentro do Velho Continente. Mais cautelosa, a Espanha mostrou-se alheia aos dois Mercados, à espera das indicações do futuro.

O desenvolvimento implacável do fenómeno económico fez, porém, curvar a cerviz à Inglaterra, infiltrando nela a convicção de que, para a grande nação insular, era questão de vida ou de morte a sua adesão ao Mercado Comum Europeu. Mas havia um óbice: a destruição da preferência imperial aduaneira em favor dos países da Comunidade Britânica, sobretudo no tocante à absorpção pela Metrópole dos produtos agrícolas e outros do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia. Esperavam, contudo, os seus governantes que os componentes do Mercado Comum Europeu lhes concedessem condições particulares, que permitissem ladear esta dificuldade, para se manter a ténue coesão da Comunidade. Sob este ponto de vista, é de registar a obstinada resistênciada França, à qual o Mercado Comum Europeu vem proporcionando, na sua configuração actual, o fácil escoamento de todos os excedentes da sua produção agrícola, o que não sucederia se se escancarasse a entrada, por exemplo, ao trigo canadiano ou australiano. Um ano inteiro de aturadas negociações não tem sido o *quantum satis* para o aplanamento

destas dificuldades. Os dirigentes da Grã-Bretanha vêm lutando no plano externo com a obstrução gaulesa, no plano interno com a oposição e o mau humor dos países da Comunidade e com os restos do espírito isolacionista inglês.

É que o *zollverein* europeu arrastará, consigo, fatalmente — repito —, uma aproximação política que Adenauer e outros querem elevar a um grau federalista, procurando De Gaulle mantê-la no âmbito de mera confederação de pátrias. A muitos habitantes da Grã-Bretanha isto afigura-se indesejável abdicação da sua plurissecular e esplêndida autonomia, com a destruição do resto de passadas grandezas — o *Commonwealt* — e a integração dentro de um sistema político-económico em que deixaria de caber-lhe o papel primacial. A este argumento — coisa curiosa! — mostra-se mais sensível, pelo menos na aparência, o internacionalismo dos trabalhistas do que o nacionalismo dos conservadores, mais seduzidos, quiçá por ser maior a sua competência administrativa, pelos argumentos de carácter económico e pela antevisão de uma Europa Ocidental, restituída ao seu antigo prestígio pelo grande factor da unidade. Vão-se, pois, arrastando as negociações com vagares plenamente explicáveis pela magnitude dos interesses em jogo, que não se conformam, sem naturais hesitações, com a adaptação a novas realidades.

Ao assumir esta atitude, a Inglaterra poderia

surgir como estando a trair, deliberadamente, as nações que a sua decisiva influência conseguira congregar na Associação do Mercado Livre Europeu. A sua diplomacia é, porém, depositária de uma experiência e de um *savoir-faire*, que lhe permitem tornear dificuldades desta natureza. No fundo, os seus parceiros estavam reconhecendo, como ela, a inanidade dos seus esforços e a primazia do Mercado Comum Europeu, cuja rivalidade poderia e deveria prejudicá-los grandemente. A Grã-Bretanha, ao propor que todos diligenciassem penetrar dentro deste sistema privilegiado e se ajudassem uns aos outros para a consecução deste objectivo, não fazia mais do que arrombar uma porta aberta, indo ao encontro dos desejos gerais. Esta convicção estava tão arraigada no ocidente europeu que a própria Espanha, não obstante os seus justificados receios de uma irreductível excomunhão pelas democracias do Velho Continente, entendeu por bem não se manter indiferente ao fenómeno.

Foi então que começou a acentuar-se a influência de dois factores. O Mercado Comum Europeu dos seis tornara-se possível na sua forma inicial, por isso que se registava em todos os seus membros progresso económico similar e, a par disso, homogeneidade política, nascida esta última da comum adesão aos princípios democráticos. Ora dos novos candidatos a essa

penetração nos seus umbrais a Espanha, Portugal e a Grécia não se situavam sequer em estado de mediano desenvolvimento económico, mas sim em manifesto estado de subdesenvolvimento, acrescentando, ainda por cima, que os dois primeiros são regidos por instituições políticas de conformação fascista, o que excluía a possibilidade de ulterior consubstanciação num sistema político uniforme. Daí o tomarem duas feições distintas os propósitos de agregação ao Mercado Comum Europeu: uns solicitaram a plena incorporação nesta Instituição, ao passo que outros se limitaram a requerer a simples associação com ela, o que não significa, evidentemente, a mesma coisa. Para a Espanha e Portugal é que a pretensão, revestindo-se deste último aspecto, se apresentava ericada de maiores dificuldades pela intromissão do factor político em concomitância com o factor técnico (1).

(1) Alguns meses depois de escritas as considerações que me foram sugeridas pelos propósitos de entendimento do governo conservador de Mac Millan com os membros do Mercado Comum Europeu, uma retumbante intervenção pública do General De Gaulle projectou para as calendas gregas a continuação das negociações em curso. Emurcheceram as esperanças da Grã-Bretanha, que não teve mais remédio de que insuflar um renovo de vida à agonizante Associação do Mercado Livre Europeu.

CANTARO QUE VAI A FONTE...

Um telegrama de Bruxelas, com a data de 31 de Outubro de 1962, dá conta do modo particular como se resolveu o problema para a Grécia, primeiro país a conseguir obter ganho de causa. Creio ser interessante a transcrição integral do texto desse documento:

«O acordo de associação entre a Grécia e o Mercado Comum, assinado em Julho passado em Atenas, entra amanhã em vigor.

«O acordo, que estabelece a abolição gradual das barreiras aduaneiras e a introdução de uma tarifa externa comum, inclui também medidas para harmonizar a política económica da Grécia e dos «seis» e auxílio financeiro sob a forma de empréstimo pelo Mercado Comum à Grécia durante os primeiros cinco anos do acordo no total de 125 milhões de dólares.

«O tratado inaugura um plano de doze anos destinado a elevar a economia grega ao nível dos outros seis países membros.

«A Grécia passa assim a ser o primeiro país admitido na Comunidade Económica Europeia como membro associado. O acordo, que coroa pacíficas negociações iniciadas em 1959, tem carácter provisório e permitirá a promoção da Grécia

a membro de pleno direito, logo que se aproxime, economicamente, do nível médio dos »Seis».

«Fundamentalmente, trata-se de uma reunião aduaneira que cobre todo o comércio entre a Grécia e a Comunidade, à excepção do carvão e do aço, os quais exigem a negociação de um tratado especial. Estipula a supressão de tarifas dentro de doze anos, e, além disso, a Grécia deverá, dentro do mesmo período, adoptar a tarifa externa comum aos «Seis». Afim de não desequilibrar a economia interna do país, estabelece-se um período de vinte e dois anos para alguns produtores.

«No ano passado, os países da Euro-mercado absorveram mais de trinta por cento das exportações gregas, num total equivalente a cerca de 7 890 000 contos de mercadorias procedentes dos membros do Mercado Comum, o que corresponde a 38,1 por cento do total das importações.»

Como se vê pelo teor deste telegrama, o óbice do subdesenvolvimento económico da Grécia não permitiu a sua imediata e plena incorporação no Mercado Comum Europeu. Através de uma associação económica temporária, aspira-se a criar o condicionalismo indispensável para uma futura integração. Para tanto, estipula-se

um prazo mínimo de doze anos e o auxílio financeiro e técnico dos países membros daquele organismo. Fazem-se-lhe concessões de certa importância na ordem económica, o que pressupõe a submissão a discreta fiscalização da marcha do seu progresso. Em vez de se estabelecer de um jacto a igualdade no condicionalismo da concorrência, empregam-se esforços para se atingir esse desideratum com sensatez e, por conseguinte, com prudência.

Esta hipótese do nivelamento económico de países plena ou mediamente desenvolvidos com um país subdesenvolvido reveste-se de características de que anda ausente, pelo menos em grande escala, uma ideia de avidez capitalista. Já o mesmo se não pode asseverar quando se trata do tão reclamado auxílio dos colossais países do supercapitalismo privado ou colectivo aos Estados que obtiveram a independência, quando ainda se encontravam em nível cultural e técnico excessivamente baixo, a roçar pelas lindes da selvajaria. Até mesmo, quando o atraso não era tão pronunciado como nos recentes Estados asiáticos e africanos — quero referir-me aos do Centro e Sul da América — o pretenso auxílio económico revestia-se de modalidades, que, sem exageros ou paixão política, se me afiguram sórdidas. Os capitalistas norte-americanos investiam nessas paragens — vidé os casos de Cuba, Guatemala, Nicarágua e outros — avultadas dis-

ponibilidades financeiras, aproveitando uma mão-de-obra inverosimilmente barata, retirando fabulosos lucros dessas explorações das riquezas imanentes ou das possibilidades dessas regiões e mantendo os agregados indígenas em estado de miséria e de carência técnica e cultural, quando, não se limitando a isso, se não punham a extrair proveito dos vícios infiltrados nos nativos. Era e é uma forma de repugnante colonialismo económico.

Mas na América tornou-se impossível a perduração deste estado de coisas. Fidel de Castro, com todos os seus defeitos e enormes exageros, tomou a configuração de um libertador e de um apóstolo. Ao provocarem a rápida, a quase instantânea independentização de povos africanos ainda passivos de uma situação de selvajaria ou de semiselvajaria, o capitalismo norte-americano e o capitalismo estatal soviético sabiam e sabem, perfeitamente, que a onda nacionalista por eles suscitada iria improvisar Estados inviáveis sem o seu auxílio técnico, cultural e financeiro. Originar-se-ia assim para o colonialismo económico um novo surto de expansão, que expulsaria os mais fracos dentre os antigos tutores europeus para dar lugar a uma rivalidade, que não visaria tão somente a exploração de riquezas naturais, algumas delas, como o urânio, o manganês, o crómio e o cobre, de inegável valor militar, mas outrossim a posse de posições-chaves na

hipótese pejorativa de futura Grande Guerra. Quando preconiso o direito à autodeterminação das colónias portuguesas, a exercer dentro de alguns anos, os suficientes para se intensificar à custa de um esforço enorme a educação dos nativos, de modo a consciencializar o uso desse direito de escolha do seu destino, com a prévia gestação de sistemas de autonomia quase perfeita para treino de plausíveis independências vindouras, tento fazer dos núcleos de bons portugueses enraizados nessas paragens e lavados, posteriormente, da mancha da plutocracia os naturais conselheiros e coadjuvantes dos primórdios dessa independência, para os transformar, definitivamente, em amigos fiéis e prestimosos das populações nativas. Expulsar esses portugueses ou assassiná-los vilmente, para entregar a terra e às suas gentes às tricas e manobras das grandes potências mundiais — não, deliberadamente não, visto que tal procedimento constituiria um crime de lesa-humanidade.

Técnica e cultura harmoniosamente associadas em proveito das grandes massas humanas — tal me parece ser o alvo dos esforços para onde haja de apontar uma humanidade tornada solidária independentemente de cores, de raças e de localização continental. Aproveitar o espírito de fraternidade racial dos portugueses, alfim libertados de antigos erros de visão e de preconceitos fátuos de superioridade, é atitude

bem mais lógica e nobre do que condenar — e muito bem — o *apartheid* na casa alheia e mantê-lo, como amo e senhor, na própria casa. Para cumprirmos a nossa nobre missão histórica de fecundar novas nações, talqualmente o fizemos no Brasil, ajudem-nos com os seus capitais, com a sua técnica, com os seus conhecimentos científicos e com a sua experiência económica. Admito que condenem a política colonial dos nossos actuais governantes. Sou eu o primeiro a aconselhá-los a estenderem a mão à palmatória, quando proclamam absurdos intentos de integração, ainda quando surjam utopistas a querê-la transformar, à força de decretos, em modalidade ainda mais intragável de *integração por assimilação*, como se ainda dispuséssemos, num mundo com a actual feição, de um século para levar a cabo o fenómeno da assimilação, que à excepção dos nossos ex-enclaves indianos e do arquipélago caboverdiano, em quatro e meio séculos de vivência ultramarina, mal conseguimos esboçar. É muito fácil fantasiar hipóteses: o pior é se elas vão esbarrar contra realidades inelutáveis...

Deixei-me arrastar por um tema enraizado no meu coração um pouco para fora do âmbito desta parte do meu estudo. Regresso a ele, ao asseverar que o progresso no sentido da criação de um novo tipo de homem deve tentar imprimir-lhe características de nobreza, o que pres-

supõe o abandono da hipocrisia de que anda enlameada a diplomacia e, de modo geral, a arte de governar. Se persistem em sonhar com cataclismos apocalípticos, gerados por implacável guerra nuclear, pois então que a declarem de uma vez para sempre. E, se disso redundar o extermínio integral do género humano, pouco se perderá com essa circunstância, desde que continuemos enredados na miséria de um viver isento de grandeza moral. Se não quisermos contemplar a face de Deus lá nas alturas, condenemo-nos a nós próprios a prostrar-nos diante do diabo. Já o fizemos perante Hitler. Que todos caminhemos com ele para as profundezas do Averno!

3. *Portugal, o Espaço Português e o Mercado Comum Europeu.*

Quando nos pomos a fazer o paralelo entre a nossa situação sob o aspecto técnico e cultural e a dos países-vedetas da civilização mundial, se formos objectivos e imparciais, seremos forçados a reconhecer a nossa lamentável inferiorização. A nossa actividade económica caracteriza-se — repito — pela sua conformação atrasada e fragmentária, pela velhice dos equipamentos industriais, pela manutenção do rotineiro arcaísmo da agricultura, pela carência de

racionalização dos métodos de trabalho e pela falta de especialização das grandes massas trabalhadoras. Sob o acicate da necessidade de aumentar o nosso coeficiente de tecnicidade em fase histórica de concentracionismo económico, se não quisermos transformar-nos em galho morto da frondosa árvore do progresso, as nossas empresas produtoras lá vão despendendo esforços mais ou menos inteligentes para o rejuvenescimento da sua actividade e, para esse efeito, tornam-se tributárias da técnica estrangeira, ao obterem a utilização das suas patentes industriais. Contrariando tendências de estacionarismo egoísta, gerador de impotência, começa a falar-se entre nós em criação de escolas internas para aperfeiçoamento profissional do pessoal operário posto ao serviço das várias sociedades produtoras. Importam-se, temporariamente, técnicos estrangeiros para orientarem o nosso esforço de racionalização económica. Mas tudo isso se vai fazendo com vagares pachorrentos, que se não coadunam com a aceleração, que será necessário imprimir ao nosso sonolento progresso, se quisermos continuar a subsistir como entidade independente num mundo caracterizado por ânsias de transformismo.

Sob o ponto de vista cultural, a nossa posição não é menos desastrosa. Está-se fazendo uma meritória tentativa para se acabar entre nós com a chaga do analfabetismo, mas a acti-

vidade governativa sob este ponto de vista caracteriza-se pela desordem e confusionismo. Não se erguem escolas, susceptíveis de corresponder em quantidade e qualidade à fome de saber, que, de repente, se instalou no ânimo da grei portuguesa. Não se produzem professores em número suficiente e com a capacidade profissional necessária para canalizarem esta ansiedade colectiva segundo rumo acertado. O dinheiro é pouco para gastos em viagens dispendiosas, de que se não sabe extrair o proveito correspondente e para manobras propagandísticas, que nos dão o indesejável aspecto de novos-ricos, quando, afinal de contas, não passamos de velhos-pobres. Acresce que uma subversão colonial, em larga escala provocada pelos erros do regime político vigente, está sugando de modo arrepiante os recursos financeiros da Nação. O acesso a um grau primário ou secundário da cultura está-se assim processando através de uma organização, que quiséramos modelar e resulta condenável. Um reaccionarismo de feio aspecto impregna todos os sectores do nosso ensino, como fatal consequência da deliberada falsificação dos valores culturais, orientando-os no sentido pejorativo de se considerar a tirania como o módulo superior do progresso, tanto na ordem política como na ordem social. Os mestres capricham em se transformarem em modelos acabados de ditadores, com excessiva embó-

fia e bem pouca suficiência didática. A autocracia instala-se em todos os recantos da vida nacional.

Assim, pois, os nossos governantes dos últimos 36 anos estão-nos conduzindo a um desastre irremediável se, a tempo e horas, não soubermos varrer do Poder um complexo de ideias bolorentas. De nada serve afirmar-se-nos que dessa tirania dos governantes vem resultando a realização de certas obras de fachada e de certos empreendimentos inegavelmente úteis, como o da intensificação de aproveitamentos hidro-eléctricos visando a fornecer ao país a energia necessária para a vivificação da sua actividade económica, se, ao mesmo tempo, estiverem levando a cabo, como estão, uma tarefa de depressão do carácter português e fazendo derivar a nossa política nacional e internacional para derroteiros condenáveis. Toda a acção directiva do Estado tem de revestir-se de pragmatismo, o que tanto monta dizer que tem de adoptar finalidades viáveis, por serem conformes com o condicionalismo do meio interno e externo. Se o que, segundo um critério de aberrante particularismo, é desejável se não tornar possível, por que adoptar uma orientação utópica? Isto equivalerá a querer arrombar à marrada uma parede sólida. O resultado será quebrar a cabeça e não fazer moosa à parede. Os que riem, alvarmente, dos chamados «ventos da história» são possessos de uma loucura similar: arriscam-se a fracturar o crânio.

Se ainda fosse só isso! O pior é que o mal dessas atitudes tresloucadas irá recair, sobretudo, sobre a grei! E isso, sim, é que, verdadeiramente, nos doi...

Veja-se o caso típico dos nossos propósitos de integração das colónias num todo português, pomposamente classificado de multirracial e pluricontinental, quer essa tal integração se revista do carácter mais frouxo de relativa autonomização das várias parcelas do conglomerado, quer vá ainda mais longe com o pressuposto de duradoura e inexistente assimilação. Esta tese seria, sem dúvida, altamente desejável para nós, os portugueses, mas, para não passar do sonho escaldante de uma noite veraniega, careceria, na primeira hipótese, do consentimento positivo dos integrados, na segunda hipótese, da consagração pelos factos do fenómeno assimilador. Não se verificando nenhuma destas duas hipóteses, então, dentro das tendências do mundo contemporâneo, uma tal política estará condenada a provocar o esgotamento da Nação em vidas preciosas e capitais penosamente argamassados, sem, ao menos, ficar da nossa atitude um exemplo salutar, mas apenas a manifestação de uma teimosia irrelevante e susceptível de determinar um trágico *finem patriae*. Pouco a pouco, nesta emergência, os governantes de Portugal vão-se convencendo da impossibilidade prática da manutenção da sua tese ultramarina. Confessar o

seu erro de tática política, porém, é superior às suas forças e fá-los-ia descer a uma categoria intelectual e moral degradante. Nestas condições, um elementar patriotismo deveria obrigá-los a abandonar o Poder, para que ele viesse a ser ocupado por pessoas não comprometidas e susceptíveis de se acomodarem com realidades irreversíveis, salvando da derrocada o que ainda pudesse ser salvo. Simplesmente, a adopção desta atitude, se poderia ser útil à Pátria, iria comprometer, gravemente, os interesses de clientelas, servidas pela Situação e desejosas de não perderem as suas posições privilegiadas. E assim se sacrifica o geral ao particular, o que, francamente, é desolador para o conceito que hajamos de formular sobre essa gente, que, aliás, se não preocupa com fenómenos desta espécie.

Ocorreu, por isso, a esses governantes exaustinados um expediente, que não deve obter, por inviável, a aquiescência dos portugueses clarividentes e bem intencionados. O Acto Colonial, consoante venho demonstrando com luminosa evidência, inaugurou entre nós uma política de feroz centralismo, como consequência da qual se suprimiu em Angola e Moçambique o regime dos Altos Comissários, providos de vasta competência legislativa e executiva, substituindo-os por Governadores Gerais, ciosamente vigiados pelos Ministros das Colónias, de quem passaram a depender estritamente, sem vislumbres de

liberdade de acção. Pois, bem, com a maior semcerimónia um jovem Ministro (1) está atribuindo ao Acto Colonial, virado do avesso, propósitos descentralizadores e pretende enxertar na sua falsificação um conjunto de medidas autonomizantes, visando a demonstrar que, afinal de contas, o todo constitucional da Pátria plurirracial e multicontinental poderia desdobrar-se em parcelas com configuração própria, o que o transformaria, disfarçadamente, num sistema federalista, a que faltaria apenas a nomenclatura, mas não a essência. Isto representa mera piruêta política, ou, se quiserem, um enxerto de pepino em cajueiro. E, com essa mágica habilidadezinha, pensou-se que se poderia demonstrar à O. N. U. que estavam realizadas as condições para se atribuir às nossas províncias ultramarinas a característica de governo autónomo, que as faria escapar às cominações e imposições do art. 72.º da Carta das Nações Unidas, por mais que a Comissão dos Factores viesse a bradar aos céus que assim não era. Pobres e lunáticos governantes que cuidam ser possível resolver tremendas dificuldades com mesquinhos, se não ridículos, sofismas! Seria caso para rir, se não estivessem em jogo os interesses da Pátria, com os quais não é lícito brincarhotar!

No tocante ao problema das nossas relações

(1) Posteriormente, foi substituído no seu cargo.

com o Mercado Comum Europeu estamos a ser enredados em idênticos malabarismos. O exemplo da Grécia serviu para demonstrar como é que se pode conceber a associação de um país subdesenvolvido com aquele organismo, como prelúdio de futura integração. O Governo português congeminou colaborar com ele sem esperanças nem desejos de passar da fase associativa para a fase integradora. Esta última forçar-nos-ia à democratização autêntica de um regime político, que teima em manter contra ventos e marés a sua essência autocrática. O mesmo pensamento está orientando as diligências similares da Espanha, ainda que, para honra do franquismo, com um tudo nada mais de inteligência e habilidade manobradoras. Esquecem-se, contudo, os governantes do binário luso-hispânico que, para além do objectivo económico, os membros do Mercado Comum Europeu pretendem uma homogeneização política, que reputam absolutamente essencial para a consecução de um futuro bem mais rico de esperanças do que o calamitoso presente. Em que pese ao ultramontanismo europeu, que não desiste de subsistir apesar da adversidade dos tempos, os sistemas políticos, simbolizados por Salazar e por Franco, são intragáveis para as democracias ocidentais. A abdicação destes dois políticos representaria um gesto do mais alto alcance. Repetir-se-ia, com facilidade, o mesmo que suce-

deu relativamente à Grécia, aumentando-se assim a resistibilidade e vitalidade do Ocidente Europeu. De outro modo, com a manutenção da orientação política do bloco ibérico, os seus dois países arriscam-se a verem arrastar-se, interminavelmente, as suas negociações para uma frutuosa ligação com o Mercado Comum Europeu.

Para dar ao todo nacional maior importância e tornar mais apetecível a sua colaboração, as habilidadezinhas do Ministro Correia de Oliveira consubstanciaram-se na prévia criação, pelo menos na legislação, de um Espaço Económico Português, cuja actual inexistência é a prova provada da artificialidade da Pátria plurirracial e multicontinental enxertada na nossa Constituição por fantasistas de alto coturno. Procurar-se-ia concretizar, como fagueira consequência desta criação arbitrária do oliveirismo nacional, um regime de livre circulação dos homens, capitais e mercadorias através de todo esse espaço, o que resulta, no modo de ver de muito boa gente, um problema bem mais bicudo do que igual propósito por parte dos Estados autónomos que pelo Tratado de Roma vieram a formar o Mercado Comum Europeu. Para não dar aso a mentirosas insinuações ou concretas acusações de que sou inspirado por facciosismo político, eivado de erros de visão, deixarei que fale por mim o tecnicismo do «Jornal Português de Economia e Finanças». Publicou-se nas suas

colunas o que, com a devida vénia, a seguir se transcreve:

«As estruturas económicas da Metrópole, Angola e Moçambique só sob o ponto de vista agrícola são complementares. A Metrópole compra às suas províncias ultramarinas matérias-primas e géneros coloniais e vende-lhes produtos alimentares das regiões temperadas. No campo industrial, mau grado o muito maior desenvolvimento industrial metropolitano, as economias da Metrópole e das suas províncias ultramarinas são mais concorrentes do que complementares. A complementaridade das economias metropolitanas e ultramarinas só se verificaria se as matérias-primas e géneros coloniais de Angola e Moçambique pudessem ser pagos pela Metrópole com artigos da indústria pesada — aço, veículos automóveis, grandes instalações fabris, material de camiões de ferro — ou de indústrias muito especializadas — rádios, televisores, máquinas de escrever, máquinas de calcular, máquinas electrónicas. Enquanto tudo se passar à volta dos tecidos, cimentos, vidros, papel e outras indústrias mais assim, será talvez preferível reconhecer que as economias dos três mais importantes terri-

tórios portugueses têm estruturas se não concorrentes, pelo menos não complementares.

«Ora, se a integração de duas ou mais economias complementares é sempre factor determinativo de desenvolvimento económico, o mesmo não sucede, porém, com a fusão de economias concorrentes.

«As leis económicas são leis naturais que se não deixam modificar por disposições legislativas ou por apelos de fundo político. A integração económica de diferentes territórios, onde quer que se verifique e quaisquer que sejam as condições em que se dê, tem necessariamente determinadas consequências apolíticas que constituem a sua própria razão de ser — a concentração da produção nas zonas que, por razões técnicas ou ecológicas, lhe são mais adequadas.

«A cultura do milho, do arroz e do feijão viria, deste modo, a concentrar-se no Ultramar; o consumo dos óleos vegetais substituir-se-ia, em parte, ao consumo do azeite; num ou noutro caso mais a agricultura metropolitana seria afectada. Mas, a dar-se a integração, a nascente indústria ultramarina ficaria à inteira mercê da concorrência metropolitana.

«A história ensina-nos que uma união

económica entre territórios com diferente grau de desenvolvimento favorece mais a expansão dos fortes do que o progresso dos fracos. Mercado mais amplo é sinónimo de uma mais intensa concorrência implicando a eliminação das unidades mais débeis. A fusão económica dos territórios portugueses beneficiaria, presumivelmente, a agricultura ultramarina (milho, arroz, feijão) e a indústria metropolitana. A apontada deslocação das indústrias têxteis para as regiões, ou, sequer, para as províncias produtoras de algodão não é de prever; mais fácil seria que, por via do livre jogo das leis económicas, se viesse a verificar o inverso. Na Malásia não há fábricas de pneus; as fábricas de chocolate não se encontram no Ghana; nos Estados Unidos as fábricas de têxteis concentram-se no Norte e as plantações de algodão no Sul. A economia com o transporte seria absorvida e largamente excedida pelo agravamento das restantes despesas da produção se as indústrias, por fantasia romântica, se deslocassem, Mundo a fora, em procura dos locais de produção das matérias-primas.

«Para o Ultramar, que, com justa razão, aspira a uma aceleração do seu desenvolvimento industrial, e para a Metrópole,

que sem um crescimento da sua indústria pesada não saberia como ocupar os braços que a concorrência da agricultura ultramarina deixaria sem ocupação, o Mercado Único Português tem, para além das seduções de uma mais forte unidade nacional, graves inconvenientes, que é perigoso desconhecer.

«Mas o mais grave problema do Mercado Único Português não é, ainda, o ajustamento de economias com estruturas e forças tão dispares. É, fundamentalmente, o da inconvertibilidade das suas principais divisas.

«Não há Mercado Único sem livre circulação das mercadorias e não há livre circulação de mercadorias sem inteira interconvertibilidade das moedas. Pode pretender-se que esta interconvertibilidade é viável na presente conjuntura política e económica do Ultramar português? A fazer fé em certas afirmações, dir-se-ia que sim. Mas os factos parecem opor um cabal e inexorável desmentido a esse optimismo.

«O Mercado Único Português é um objectivo que se não discute. Justifica-se por si, pelo que envolve de maior coesão entre as variadas gentes que vivem nas diferentes parcelas do território português. Realizá-lo é um profundo anseio nacional.

se firmar na sólida estrutura económica do seu todo e numa potencialidade financeira correspondente à sua grandeza geográfica e humana.

«Se assim não for, não será mais do que um ideal nobre e generoso que as duras realidades da vida obrigarão a permanecer nas nuvens douradas da esperança. E neste momento, particularmente grave da história da nossa terra, as esperanças que se não realizam são maléficas sementes de descrença.»

Este estudo é objectivo e precioso quando estuda os inconvenientes e dificuldades do estabelecimento do Mercado Único Português. Já, em meu entender, a mesma clarividência se não revela nele quando define as modalidades de que deva revestir-se a sua criação para que possa ser viabilizada. Assim é que:

1) A improvisação da indústria do aço, base de todas as variedades de aplicação susceptíveis de serem catalogadas na categoria de indústrias pesadas, foi tentada em Portugal com a empresa da «Siderurgia Nacional», reconhecendo-se a necessidade de uma protecção pautal, que redundou numa alta dos preços dos seus produtos entre 35 e 53 por cento, com inevitáveis e pejorativas repercussões na actividade económica da nossa grei. É possível que os progressos vindou-

ros da técnica, dispensando a aquisição do calor no estrangeiro, a localização da indústria mais perto das matérias-primas portuguesas e a elevação do seu potencial de fabrico de 250 000 para 1 000 000 de toneladas venham a permitir, no futuro, dar-lhe algumas condições práticas de sucesso, mas essa suposição não passa de uma esperança longínqua. No actual momento, aquela excessiva protecção pautal é ainda considerada insuficiente para fazer funcionar a Siderurgia Nacional em termos económicos, pelo que se encontra em estado agónico.

2) A elevação do nível técnico da agricultura colonial de modo a torná-la comparável à agricultura minhota e beiroa afigura-se-me uma ironia pungente, dada a dolorosa primitividade do termo de comparação escolhido.

3) A fulgurante instalação de meio milhão de novos colonos em Angola e Moçambique é simples utopia. Para se conseguir atingir esse objectivo, seriam necessários investimentos nessas paragens da ordem dos 100 milhões de contos. Onde estão eles? Seria, precisamente, em translações de equipamentos, operadas pelos próprios fabricantes nacionais de certas produções, como a dos têxteis e dos sabões, que se poderia encontrar a chave para a excitação do nosso fenómeno colonizador, se bem que em grau muitíssimo mais modesto do que as aspirações do articulista supracitado. Acontece,

porém, que, paradoxalmente, tentativas dessa natureza são condenadas por este.

Estamos, por conseguinte, cavando na areia de um deserto de esperanças fementidas um poço, quando os geólogos nos asseveram não ser possível encontrar ali nem água, nem petróleo. E, ainda por cima, fazemo-lo sem sermos merecedores de um milagre de Deus. Governantes visionários ou destrambelhados permitem-se a audácia de proclamarem hoje, como autênticas, coisas que, pouco tempo depois, negam com a mais destemida semcerimónia. Em recente livro, publicado pelo Ministro Dr. Adriano Moreira com o título ambicioso de «Partido Português», insere-se uma colectânea de discursos, em que se vem desentranhando, com dionisiaca facilidade, a sua oratória soletradora. Em conferência proferida em Madrid no «Instituto de Estudos Políticos», em 11 de Junho de 1962, asseverou Sua Ex.^a (pág. 68 «in fine»):

«Súbitamente confrontados com o desafio da guerra, encontrámo-nos perante uma situação sem precedentes facilmente apontáveis na história de um país: tivemos de encarar a necessidade de ao mesmo tempo desenvolver uma política de fomento e de guerra, coisas que não são facilmente compatíveis, nem mesmo para países com maiores reservas materiais e

*humanas. Em todo o caso não abrandá-
mos, dentro da medida das nossas possi-
bilidades, os programas de desenvolvi-
mento económico...»*

Anteriormente, o douto Ministro fora ainda mais conclusivo e arrogante noutros passos da sua sistemática facúndia discursiva para uso interno. A prática simultânea da política de guerra e de fomento não era então encarada como tendo havido sombra de atenuação do ritmo de qualquer dos componentes deste binário. Quando do seu regresso de Madrid, onde a presença de um público estrangeiro de nível intelectual relativamente elevado o forçara a ser mais cauteloso, constatou o Dr. Adriano Moreira que tinha aparecido nas montras das livrarias um trabalho da minha autoria, subordinado ao título de «A Pátria em Perigo», em que eram criticadas as suas afirmações iniciais sobre esta matéria, demonstrando a sua audácia e inani-
dade. Isso reforçou, ligeiramente, o seu espírito de prudência e, por isso, em 5 de Setembro de 1962, durante uma sessão do Conselho de Governo de Cabo Verde, foi tratando de glosar o mesmo tema, agora nos seguintes termos (pág. 129 «in fine» e pág. 130 «in initio»):

*«Já mais de uma vez tive ocasião de
sublinhar que a agressão desencadeada*

CANTARO QUE VAI A FONTE...

contra nós nos encontrou em plena execução de um plano de desenvolvimento económico e nos levou a defrontar uma situação sem qualquer precedente no passado: conduzir ao mesmo tempo uma política de guerra e uma política de fomento económico. É evidente a dificuldade de fazer ambas as coisas com o ritmo exigido pelas necessidades e acarinhado pelos nossos desejos...»

Pouco tempo depois, com audácia vertiginosa e pouco acomodável com a verdade, o mesmíssimo senhor, em Comunicação ao Conselho Ultramarino em 22 de Setembro de 1962, passou da atenuação para a negação neste passo do seu arrazoado (pág. 164 «in médio»):

«Logo nos piores dias desta campanha, expliquei, e julgo que com suficiente clareza, que não há possibilidade de conduzir ao mesmo tempo uma política de guerra e de fomento.»

E todas estas piruêtas se inserem no mesmo livro! Já é!

É caso para se recordar ao douto homem público que a Sabedoria das Nações comporta um aforismo que entre nós se reveste desta

forma expressiva: «nem oito, nem oitenta». É evidente de per si que uma nação surpreendida, no decurso da efectivação de um plano plurianual de fomento, por uma agressão externa, que se faça sentir não no seu núcleo metropolitano, mas em parcelas distantes das suas dependências ultramarinas, não pode nem deve paralisar a execução de certas obras de utilidade social já em marcha, bem como a de outras para as quais se consiga obter o concurso de capitais não-nacionais. Entre estas últimas citarei, no caso português, a ponte sobre o Tejo e o plano de discutível utilidade económica, quando não inserido numa política agrária acertada, da irrigação de certos sectores da planura transtagana, já que tanto uma como a outra destas obras virão a ser directas criadoras de receitas, cujo montante será quanto baste para assegurar o pagamento de amortizações e juros dos capitais emprestados. Em qualquer destes dois casos, a realização destas operações de dívida externa foi, de resto, altamente facilitada por conveniências da complexíssima política militar de um mundo convulsionado por incertezas quanto ao seu futuro.

É à luz destas considerações que deva compreender-se, a par do abrandamento da nossa actividade de execução planificadora, a manutenção do seu ritmo em determinados aspectos seus. O importante consiste em saber seleccionar, com

são critério, o que convém fazer tendo em atenção o condicionalismo da vida nacional e internacional gerado pelos «ventos da história», tão denegridos pela presunçosa grei situacionista. É de lamentar, por exemplo, que tão distinto estudioso, como o Dr. Teixeira Pinto, tenha vindo a terreiro, em boa companhia, para defender, em relação a Angola, uma política de quase exclusividade de *polarização económica*, com manifesto alheamento daquilo que nessa grande dependência ultramarina de Portugal é basilar: a intensificação e aperfeiçoamento da actividade dos autóctones no tocante à produção de subsistências e géneros de exportação, estes não para benefício de uma plutocracia ávida, mas sim das próprias populações aborígenes, acompanhando-se este renovo da economia com a elevação do nível cultural de gentes que, nos dias em curso, se acham impregnadas do desejo de saber.

Todos estes numerosos e complexos problemas deveriam ser debatidos com são critério e sem estreitos partidarismos ou teimosias. Mas, em Portugal, com o regime político-social vigente, só nos é consentido que nos extasiemos, escancarando bocarras interesseiras, perante as concepções abstrusas e os actos insensatos dos que nos humilham e governam ou desgovernam...

No que se me refere, cheguei à dolorosa con-

clusão de que a solução das dificuldades contemporâneas do complexo nacional exige a competência, a audácia e a largueza de vistas de que estão, em absoluto, carecidos os nossos governantes arcaicos, que assumem a configuração de espectros medievais, sem, ao menos, terem rasgos como o inconstante e leviano D. Fernando ao editar a «lei das sesmarias». Entrega-se o equacionamento dos nossos problemas a falsos especialistas, com mera educação livresca, mas sem a indispensável digestão do que aprenderam ou daquilo de que, vagamente, ouviram falar. Aos portugueses é vedado a análise dos seus alvitre desde que — repito — as suas apreciações críticas se não revistam do carácter de um simbólico *amen*. Torna-se assim difficílissima, se não impossível, a revelação de valores e a formação de ideias médias, que só poderão derivar da livre discussão.

A ausência desta troca de impressões, colhidas dos vários pontos de vista em que a cada qual aprouver situar-se, é o maior de quantos males têm decorrido de uma ditadura militarresca com passante de 35 anos de vivência. A sombra dos entraves da Mesa Censorial e da carência absoluta, para os oposicionistas, da liberdade de reunião e de expressão do pensamento vem prosperando o cretinismo, erigido à categoria de suma sapiência, e a ligeireza moral, arvorada, hipòcritamente, em pauta de bons

CANTARO QUE VAI À FONTE...

costumes. Os recalcitrantes são forçados — raros escapam a esse triste signo — a tornar-se mais ou menos acomodaticios à custa das violências de uma polícia política, que aprendeu os seus métodos de acção com torturadores profissionais da defunta Gestapo. A Nação adoptou atitudes de sorna conformação e as pobres vítimas, à semelhança dos gladiadores da antiga Roma, são obrigadas a conclamar:

«Avé, Caesar, morituri te salutant!»

12-XI-1962.

ANEXOS

**O MEU COMBATE, VISTO POR UM PORTUGUÊS,
DOIS ESPANHÓIS E UM COLOMBIANO**

1. *Diz um português amigo:*

No «Jornal do Fundão», de 4 de Novembro de 1962, sob o título de «Cunha Leal», assim se pronuncia sobre a minha actividade literária nos últimos anos um beirão, o ilustre escritor Dr. Rolão Preto:

«Na galeria dos portugueses insignes, nascidos nas Beiras, Cunha Leal é de certo um dos valores de maior relevo no plano do pensamento político nacional.

Nestes últimos anos, particularmente, o seu esforço de escritor político e economista tem sido verdadeiramente prodigioso, muito para além do que é norma nos nossos escritores. Cinco ou seis volumes em tão pouco tempo, e volumes de prosa viva, culta, informada, fecunda, e tantas vezes ardente e calorosa, representam na verdade em qualquer parte uma obra notabilíssima. Em Portugal, então, é

CUNHA LEAL

de facto uma obra extraordinária. Extraordinária por muitos títulos, com efeito. Pelos do seu fecundo ensinamento e pelos que atestam a altura com que sempre foi gizada e executada.

Acima de tudo, é de frizar porém o espírito que verdadeiramente lhe dá unidade e superior alcance. O espírito patriótico que a orienta e conduz.

Cunha Leal, todos o sabem, é daquela espécie de patriotas que jamais esquece os deveres para com a sua nação e, que, por isso, em todas as circunstâncias, sente sempre a tempo o imperativo de certos limites que o interesse nacional impõe à acção crítica do escritor. Assim, os seus livros vigorosos e ardentes no exame das responsabilidades dos tempos e dos sistemas nunca, todavia, podem ser acusados de pecado de insolidariedade com os destinos do seu país.

Primeiro, Portugal. E, seja quem for que nos ataque ou tente lesar os nossos direitos, encontrará sempre no espírito varonil e espontâneo de Cunha Leal o estrénuo combatente de sempre!

Assim, poder-se-á acaso discordar da maneira como Cunha Leal equaciona alguns dos problemas que causam a ansie-

dade do país, e discordar das soluções que o seu forte espírito por vezes aponta como as mais próprias. Mas ninguém de boa fé e aberto às realidades dos tempos deixará de reconhecer o sincero desejo que este homem público tem de ser útil ao seu país. É claro que para um homem da inteligência superior e da superior cultura deste antigo chefe do governo, inteligência e cultura a que se junta uma longa e activa experiência política, para um homem desta envergadura os problemas nacionais não se mostram dentro dos acanhados limites do conformismo normativo de alguns.

O leque das possibilidades e perspectivas abre-se largamente na sua mão que um espírito claro e realista ergue ao de cima dos erros dos que não souberam prever e dos pessimismos dos que os não deixam emendar. As suas hipóteses, os seus pontos de vista são porém elementos oferecidos ao estudo dos problemas e não dogmáticas imposições a querer pesar decisivamente no ânimo público.

Não! Em matéria de tanto monta como essa em que presentemente se decidem os destinos da Nação, só na verdade a Nação é soberana nas suas opiniões. Quem quer que seja que venha afirmar a infalibili-

CUNHA LEAL

dade da sua solução por sobre todas as outras, que a Nação pode encontrar, não será senão jactar-se e iludir-se no seu absurdo intento.

Livros como os de Cunha Leal têm pelo contrário o alto mérito de esclarecer a opinião pública ajudando-a a encontrar os caminhos do Futuro, sejam eles quais forem.

São livros que revelam e iluminam, à claridade de verdades que o grande público, na inquietação do cotidiano, por vezes desconhece e que ajudam a deduzir as intenções da História.

Neste último, Cunha Leal vai mais longe do que nos anteriores. Neste livro — talvez o mais sereno, objectivo e profundo de quantos a grande crise nacional lhe tem feito escrever — o seu autor não se situa tão somente no âmbito do «nacional» — continental ou ultramarino. Vai mesmo ao estudo do panorama político mundial e ao exame das relações do problema português com o estado de espírito, moral social, e interesses económicos, em que o mundo actual se agita. Não fazer assim o equacionamento do nosso problema, nesta hora em que os seus factores de ordem internacional tão em evidência estão, seria na verdade correr o risco de

esbarrar com os entraves intransponíveis de certas incógnitas políticas desesperantes.

Com efeito, o problema ultramarino português é acima de tudo um problema político. De resto, todos os problemas que nascem à raiz das actividades humanas são políticos. A guerra, mesmo, como o provou tão profundamente Clausewitz «não é senão a continuação da Política por outros meios.»

E, eis por que é essencialmente como uma Política, uma Política que se fez ou uma Política que faltou fazer, que Cunha Leal encara os problemas da nossa presença no Ultramar. O sentido da nossa acção colonizadora, o jogo da nossa Diplomacia, as razões da nossa ansiedade e as razões da nossa Esperança tudo ressalta do bico inquieto da sua caneta infatigável. Caneta infatigável e, também, que assombra de virtuosidades altas de Escritor! Todas as teclas de uma espiritualidade activa e espontânea mobilizada correm a produzir o seu efeito crítico ou construtivo: a ironia doirada, o sarcasmo forte, o pitoresco, o magoado, a filosofia política, o empirismo económico, o pragmatismo das intenções, o realismo dos tempos — tudo surge, por sua vez, a dizer a

CUNHA LEAL

sua nota grave ou a marcar a sua nuance, com calor ou elegância.

O que espanta, apesar de quanto é conhecido o vigoroso temperamento de Cunha Leal, é, na verdade, a mocidade de espírito com que dita o seu pensamento. Que alto exemplo não dá Cunha Leal a quantos esquecem o seu dever de Novos, deixando-se abater pelos pessimismos duma precoce velhice, ou deixando-se arrastar pela velhice dum niilismo que é cobardia e escândalo, nesta hora em que a Pátria tão dolorosamente sofre!

E, no entanto, os problemas, que fazem a angústia da nossa nação, exigem de todos nós a mais viva atenção e estudo. E, menos, decerto, nesta dura hora, para acusar responsabilidades de quem quer que as tenha no passado, do que para tirar desse passado todos os ensinamentos com que rasgar uma larga estrada às justas ansiedades do Porvir.

Não é só nas horas alegres e gloriosas que somos solidários dentro da nossa comunidade de Destino, é, antes, nas horas dolorosas, que devemos a nossa ardente e apaixonada solidariedade à Pátria.

A Pátria mais do que nunca precisa da nossa total e fervorosa dedicação.»

2. *Diz um espanhol discordante.*

No jornal YA de Madrid, em meados de Setembro, assim se pronunciou sobre o meu livro «A Pátria em Perigo» o seu correspondente em Lisboa, Don José Maria Alonso:

«Cuando nos ocupamos de un libro que ha causado escándalo en Portugal, escrito por Homem de Mello y que lleva el título de «Portugal, ultramar y el futuro» prometimos ocuparnos de otra obra no menos resonante — mucho más, según pienso, por la personalidad del autor —, y que con el título nada leve de «La patria en peligro» ha sido escrito por Cunha Leal, que a los ochenta y cinco años de edad, y después de haber sido uno de los jefes de Gobierno de la República portuguesa en la tercera década de este siglo, se ha convertido no en el jefe, pero sí en la cabeza intelectual visible de la oposición portuguesa.

Aunque sólo tratara de cuestiones portuguesas, el libro de Cunha Leal — al que no debe confundirse con otro historiador y ensayista casi homónimo, Cunha Léon — es de tal forma interesante que relatar su

tesis constituye una obligación del cronista. Obra breve, pero de denso y muy desigual material, contiene en sus páginas notables injusticias. Unas contra el Gobierno de Salazar y otras contra España. Por ejemplo, nos acusa Cunha Leal de esperar la derrota y miseria de Portugal para adueñarnos de su suelo, de votar maquiavélicamente a favor de Portugal en la O. N. U., y llama «política fatídica» a la que condujo a Portugal a darnos su apoyo durante la Cruzada. ¡Nada más y nada menos!

«EL IMPERIO PORTUGUES
ESTÁ PERDIDO»

«Si Cunha Leal fuera un escritorillo sin importancia, que cultivasse en beneficio propio lo que Dutra Faria calificaba de «complejo de Aljubarrota», la cuestión no tendría importancia alguna. Pero en ciertos sectores de la vida portuguesa tiene Cunha Leal un prestigio no inferior al de don José Ortega y Gasset en la España de 1931, y sus obras y artículos tienen una repercusión muy considerable. Tampoco puede decirse que sea Cunha Leal de esos portugueses anclados en sen-

timientos del pasado, que hacen un culto del «odio a Castela». Se declara admirador de España — vivió aquí dos años desterrado —, pero eso no le impide decir que «los españoles refluyeron de Filipinas, de Cuba y de Puerto Rico para la metrópoli con el rencor instalado en el alma y se pusieron a contemplar al insignificante vecino portugués con una mezcla de sentimientos en los que destacaban el desprecio, el despecho y la envidia». Y en cuanto al Pacto Ibérico, que fué concertado en plena guerra mundial y en notable beneficio mutuo, no es, según Cunha Leal, «una alianza de pueblos, sino una alianza de regimenes», y habla a continuación de «la llamada política de buena vecindad en el espacio ibérico».

«Todo esto, y mucho más que ni siquiera digo, está contenido, publicado y puesto a la venta en un volumen de 300 páginas, «edición del autor», que ha agotado por cierto su segunda edición en pocos días. La tesis general del autor sobre Portugal es que el imperio está perdido y que se debe ir cuanto antes a la autonomía de Angola y Mozambique para de ahí pasar a la independencia, llegando a la creación de dos estados independientes, pero asociados a Portugal en el seno de

una comunidad lusitana, a la cual el Brasil — así lo supone el autor — se asociaría muy fácilmente. ¡ Como si el Brasil, que tiene cómoda posición diplomática y ocho millones de kilómetros de territorio propio, le interesara en forma alguna mezclarse en el avispero de Africa!

ES FACIL RESOLVER EN TEORIA

«En todos los países la oposición tiene sobre el Gobierno una inmensa ventaja, y es que resuelve en teoría los problemas como quiere, mientras que el Gobierno — que há de actuar en el terreno de la práctica — sólo los resuelve como puede. Asi Cunha Leal da algunas lecciones magistrales, bien cargadas de ironía, al doctor Adriano Moreira, ministro hoy de Ultramar, y que antes de serlo ocupó durante años la dirección del Instituto de Estudios Ultramarinos. Tampoco sobre la política a seguir en la O. N. U. se libra de recibir lecciones el ministro de Relaciones Exteriores, doctor Franco Nogueira, que fué delegado portugués en las Naciones Unidas.

Pero esto afecta a Portugal, nación amiga a la cual nos une un pacto entraña-

ble llamado a resistir el paso del tiempo — y no «un pacto de regímenes» —, mientras que los ataques a España nos afectan a nosotros mismos. Que España y Portugal asocien de alguna forma sus economías en esta época del Mercado Común y de los grandes espacios económicos parece a Cunha Leal um peligro gravíssimo, y para demostrar que ambos pueblos son radicalmente diferentes se inventa nuestro autor un «homo hispanicus» tan contrapuesto al «homo lusitanus» como pueda serlo un sueco de un papúa. Nosotros somos crueles y llevamos encima «el pecado del exterminio de los aztecas y de los incas». Somos fascinantes—porque Cunha Leal nos quiere, aunque a su manera —, pero nuestra afición suprema es «un divisionismo catastrófico y quizá incurable», que nos empuja a hacer guerras civiles.

Tal es el libro, tal la tesis en cuanto a ambos países se refiere. ¡ Qué crueles, qué vanos, qué ligeros y qué frívolos son los libros polémicos hechos para ganar un fácil prestigio! El cronista, que mucho admira a Cunha Leal, declara ahora su decepción ante un libro superficial, que expone en lenguaje digno ideas de hace un siglo.»

3. *«Un autre son de cloche» de um espanhol e de um colombiano.*

Em 11 de Janeiro de 1963, no jornal «El Tiempo» de Bogotá — um dos mais importantes órgãos da imprensa sul-americana de língua espanhola — refere-se ao meu livro «A Pátria em Perigo» em termos sensibilizadores e elogiosos o distinto escritor espanhol Don Emílio Gascó Contell, sendo o seu artigo prefaciado por Don Eduardo Santos, proprietário de «El Tiempo», antigo Presidente da República do seu país e um dos seus mais respeitados homens públicos. Demos-lhes, pois, sem mais detença a palavra:

Es para EL TIEMPO muy grato acoger en sus columnas el artículo que nuestro colaborador Gascó Contell dedica a una de las más nobles y prestigiosas figuras del Portugal y de la Europa democrática, Don Francisco da Cunha Leal, prócer auténtico por la obra toda de una larga y fecunda vida, que solo admiración y respeto despierta.

El señor da Cunha Leal, que pasó ya, serenamente, la cumbre de los

74 años, ha ocupado en su patria los más altos puestos. Por las dotes de su inteligencia y de su saber, fue dignísimo Rector de la Universidad de Coimbra, una de las más ilustres y antiguas de Europa. Animado siempre por claros ideales democráticos, y fervoroso republicano, magnífico orador y escritor de gran clase, llegó por méritos auténticos a ser Presidente del Consejo de Ministros, y su intensa vida política fué y ha sido siempre un ejemplo excepcional de lealtad, de fé en los principios, de probidad y de entereza. No ha dejado nunca de ser un buen soldado de la causa republicana, sin que preocupaciones o reveses lo hayan hecho vacilar jamás. Y es patriota excelso siempre atento a la suerte de su patria, siempre listo a servirla, sin claudicaciones ni ambiciones personales mezquinas. Hombre de combate, ha conquistado el respeto de amigos y adversarios y es en el Portugal un símbolo puro de las mejores virtudes cívicas, así como es en la vida privada insuperable varón justo, de exquisita bondad para los suyos, de alma para todos generosa.

Reciba este ciudadano del mundo,

acreedor por tantos títulos al homenaje que los grandes hombres merecen, el que le tributan desde lejanas tierras amigos que siempre lo recuerdan con afecto y admiración muy hondos y sinceros.

E. S.

El insigne ex-Rector de la Universidad de Coimbra añade otro nuevo libro a la ya larga serie que viene publicando en Lisboa sobre las «Coisas do Tempo Presente», galeria de estudios tan vigorosos cuanto equilibrados y en los que, uno tras otro, o conjuntamente, analiza los hechos, trances y problemas más acuciantes del Portugal de hoy.

El nuevo libro de Cunha Leal — a veces estudio, a veces campana de alarma — se titula «La Pátria en Peligro», y viene a ser la culminación de un admirable y apasionante conjunto de reflexiones, preveniciones y exámenes, empapado de preocupación portuguesa e iluminado por una larga experiencia política y un conocimiento profundo de los fenómenos que se han ido precipitando en nuestro mundo de hoy, a partir del desequilibrio universal originado, en lo económico, en lo social y en lo político, desde 1914.

CANTARO QUE VAI A FONTE...

Conozco a Cunha Leal desde hace más de treinta años, a lo largo de los cuales venimos manteniendo una amistad en cuya entraña el cariño, la independencia y el respeto forjan la más sólida de las alianzas. Nos hemos visto mutuamente bajo el influjo de los hados favorables y de los hados adversos. Y puedo decir que los dos grandes altares donde mi insigne amigo sacrifica el inmenso tesoro de su ternura — defendido por una energía de acero y por un temple irrompible — son aquellos donde coloca sus mejores amores: la Patria y la familia.

Este hombre afable, comprensivo, comunicativo, a quien la razón y el sentimiento de la justicia hacen un titán, solo ha tenido lágrimas para dos cosas: Portugal y sus hijos.

La vida no ha sido fácil para él. Precozmente dotado por el temperamento y la sabiduría para las más altas funciones rectoras, Presidente del Consejo de Ministros a los treinta años, su vida política — y no diré su carrera política porque Cunha Leal, ingeniero, orador y escritor, no ha sido nunca un profesional de la política — se ha desarrollado cuando a todos los valores ideológicos y éticos en que se inspiraba el arte de gobernar — la de-

mocracia, la libertad de conciencia y de pensamiento, la libre discusión de los asuntos públicos, la publicidad de los hechos y de los procedimientos — iban substituyéndose, en tumultuosa regresión, otros conceptos de inspiración muy diferente y, a veces, de signo enteramente opuesto y cuya expansión infectaba con análogo virus — la arbitrariedad, la violencia, la fuerza bruta — a los más distanciados extremos de la filosofía política y social.

Fiel a lo que Marañón llamaba «la conducta». Cunha Leal, cualesquiera que hayan sido las circunstancias y «las modas», ha seguido siempre liberal y demócrata. Con todas sus consecuencias. El ama al pueblo, a su pueblo; a lo que es carne viva de la historia y espíritu vivo del futuro; y sabe, como todos los demócratas y liberales dignos de serlo, que el Estado es un tafetán administrativo, que el Estado no es la Nación y menos aún el Moloch que la encadena para devorarla con delicias.

El reconocido prestigio de que goza en vastos sectores portugueses y europeos, el respeto que en todo momento le rodeó, no impidieron que conociera los rigores de la emigración. Pero su fidelidad a «la

conducta» nunca se guareció en las cómodas almenas del silencio.

¿No es Cunha Leal el autor de aquel inolvidable y tremendo Portugal e Inglaterra? ¿No es él mismo quien escribió en su ya lejana serie de «Os meus Cadernos», aquel profético Nuevo Renacimiento o Nueva Edad Media que vió la luz en 1932? ¿Y aquel otro, del año 33, sobre Las técnicas y las transformaciones sociales contemporáneas?

¿No es ahora, y desde la misma Lisboa, el autor de libros tan afirmativos de sí mismo como Peregrinaciones a través del Poder Económico, La Guadaña de la Muerte y El Colonialismo de los Anticolonialistas?

El nuevo libro de Cunha Leal La Patria en Peligro, ya anuncia, a partir de su título mismo un contenido donde vibra la misma inquietud patriótica y angustiada.

¡Dura y amarga la tarea que se ha impuesto el ilustre demócrata, con el pensamiento y la acción solitarios y desasistidos entre dos mundos aferrados a cerrazones y violencias, que se hostilizan a muerte desde los últimos extremos de la discordia! ¡Paradójica soledad la de ese pensamiento europeo y el de ese corazón portugués que sigue clamando con de-

nuedo por la reivindicación de la convivencia democrática, por la libre discusión de los problemas que afectan vitalmente a los intereses del Estado — pero sobre todo de la Patria —, y cuyo razonamiento sereno, claro, de rigidez romana, jamás lo enturbia la menor expresión ni el menor movimiento que no sean perfectamente dignos de la nobleza, de la caballería, del calor humano y del respeto a las ideas adversas que caracterizan a esta gran figura de nuestra época.

En *La Patria en Peligro* culmina y se resume, tal vez, la obra ingente de ese hombre.

Pocos son los países que puedan sentirse al margen del peligro, tan difuso como evidente, que se cierne sobre el mundo de hoy, escindido en dos grandes fuerzas antagónicas.

Cada país corre, sin embargo, dentro de ese peligro general, sus riesgos inmediatos y particulares, determinados por las especiales posiciones que cada cual ocupa en el desconcierto — que no concierto — universal.

Los riesgos particulares e inmediatos de Portugal, después de Goa y de los problemas de Angola, se concretan en una serie de circunstancias que Cunha Leal

CANTARO QUE VAI À FONTE...

enumera, califica y analiza a la vez que estudia la manera de hacerles frente con valor y realismo.

En la primera parte del libro estudia los efectos psicológicos creados en la política mundial por el pavor de un cataclismo nuclear y en la segunda, la posición mundial en relación con el fenómeno de la descolonización. La tercera parte es, por un lado, un amargo y certero estudio del caso de Goa y por otro lado, una exposición de ideas sobre las relaciones entre el Portugal y España.

Esto último, dominado por una preocupación que yo quisiera fruto de una inquietud nacional exacerbada por el peligro, hace pensar y sentir. Pensar que esas relaciones han de asentarse definitivamente sobre una base firme y clara de hermandad independiente, generosa y leal. Sentir que Portugal y Espanha han de tener, como siempre, dos destinos diferentes aunque con la comunidad, como siempre también, de ser dos focos universales de civilización, aún acompasándose, como deben acompasarse, en medio de la selva internacional, a todos los progresos de la técnica y a las exigencias de los tiempos que corren.

CÂNTARO QUE VAI A FOME

Autor: Cunha Leal

EDITORA DIGITAL
"ÁGUA PRECIOSA"

Telefone: 923 407 949

Projecto gráfico

Belson Raimundo Hossi



Todos os direitos desta obra reservados a
CUNHA LEAL

Este E-book esta protegido por
leis de direitos autorais na "**CPLP**" "**SADC**" e "**PALOP**"

"CPLP" COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

"SADC" COMUNIDADE DOS PAÍSES DA ÁFRICA AUSTRAL

"PALOP" PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Esta obra esta sob uma *Licença Commons*.

Você pode copiar, distribuir, exibir, desde que
Seja dado crédito aos autores originais.

Não é permitido modificar esta obra.

Não pode fazer uso comercial desta obra.

Não pode criar obras derivadas.

A responsabilidade
Pelos textos, músicas e imagens
é exclusivamente do Autor.

CUNHA LEAL

COISAS DO TEMPO PRESENTE

CÂNTARO
QUE VAI À FONTE...

Edição do Autor

LISBOA

Julho de 1963

LIVRARIA PETRONY

90, R. DA ASSUNÇÃO, 90